

**SECRETARIA DE PRODUÇÃO E
AGROENERGIA - SPAE**



TOMADA DE CONTAS 2008

Sumário

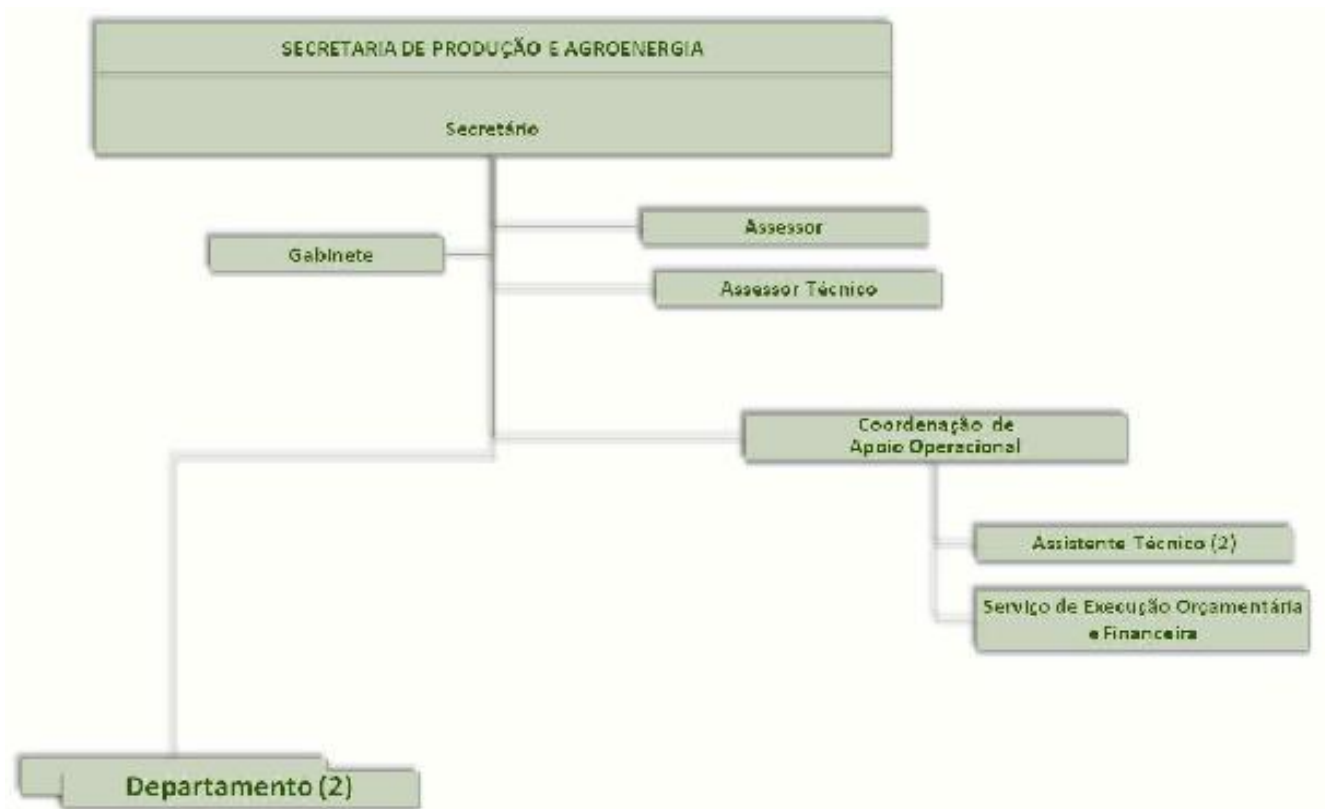
1. Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	1
Organogramas.....	2
2. Objetivos e Metas institucionais e/ou programáticos	5
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	5
2.1.1. Departamento do Café - DCAF	5
2.1.2. Departamento de Cana-de Açúcar e Agroenergia -DCAA	11
2.2. Estratégia de atuação da SPAE na execução das políticas públicas	12
2.2.1. Departamento do Café - DCAF	12
2.2.2. Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia -DCAA.....	16
2.3. Programas	17
Departamento do Café - DCAF	17
2.3.1.1. <i>Programa 0350- Desenvolvimento da Economia Cafeeira</i>	17
2.3.2.1. <i>Principais Ações do Programa 0350-Desenvolvimento da Economia Cafeeira:</i>	19
Remuneração aos agentes financeiros	54
Fiscalização da execução dos contratos.....	57
Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia -DCAA	58
2.3.1.2. <i>Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia</i>	58
2.3.2.2. <i>Principais ações do Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia</i>	60
2.4. Desempenho Operacional.....	74
Departamento do Café – DCAF	74
Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia	75
2.4.1 – Evolução de Gastos Gerais	77
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	77
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	78
5. Demonstrativo de Transferência (recebidas e realizadas) no Exercício	79
6. Previdência Complementar Patrocinada	82

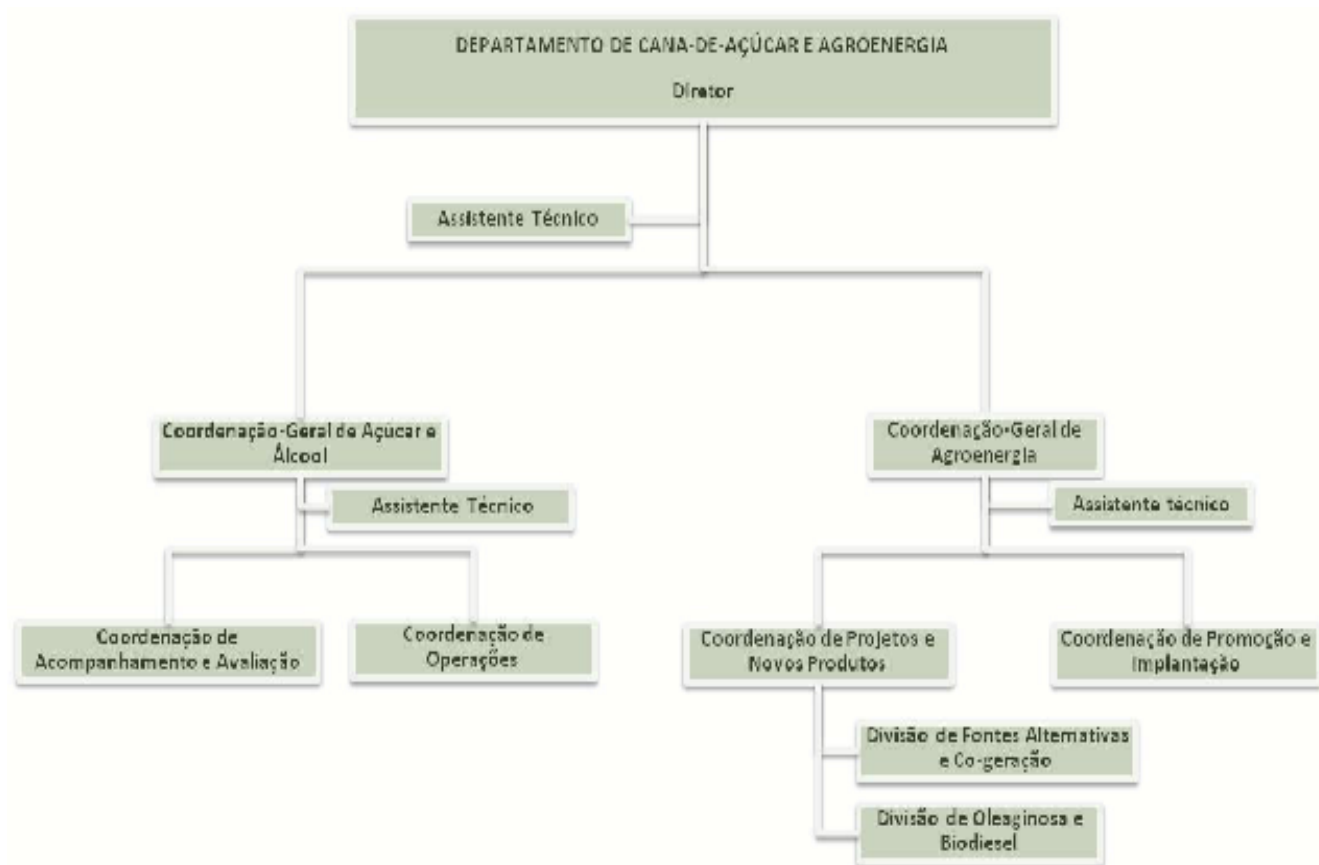
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.	82
8. Renúncia Tributária	82
9. Declaração de sobre a regularidade dos benefícios diretos de renúncia	82
10. Operações de Fundos.....	82
10.1. Departamento do Café - DCAF	82
10.1.1.1 Demonstrativo das Despesas do Funcafé realizadas em 2008	82
10.1.2. Demonstrativo da Receita do Funcafé em 2008	84
10.1.3. Repasses Concedidos em 2008	85
10.1.4. Sub-repasses Concedidos em 2008.....	85
11. Despesas com cartão de crédito	86
12. Recomendações do Órgão ou unidade de Controle Interno	86
13. Determinações e recomendações do TCU	86
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	86
15. Dispensas de Instauração de TCE E TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.....	86
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	87
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	88
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....	90
ANEXOS	91

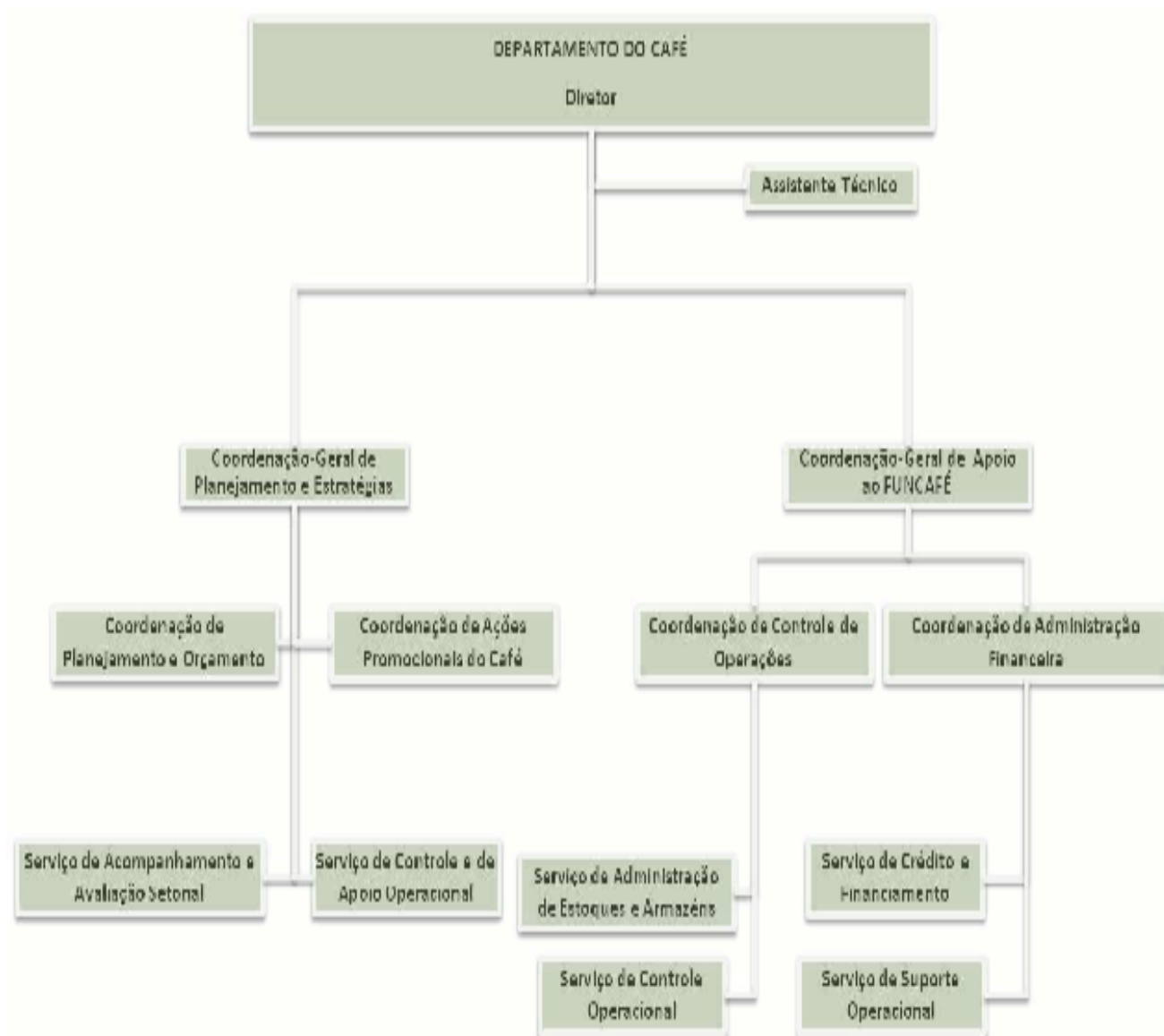
1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Nome completo da Unidade/Sigla:	Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE	
CNPJ N°:	00.396895.0013-69	
Natureza Jurídica:	Órgão Federal do Poder Executivo	
Vinculação Ministerial:	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	
Endereço completo da sede:	Esplanada dos Ministérios, Bloco D – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 7º andar – CEP: 70043-900 – Brasília DF	
Endereço da página institucional na internet:	www.agricultura.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União:	Decreto 5.351, de 21.01.2005, publicado no DOU em 24.01.2005	
Código de UJ titular do relatório:	280106 – Secretário de Produção e Agroenergia (Manoel Vicente Fernandes Bertone)	
Código das UJ abrangidas:	130137 – 130140 – 130160 – 130163 – 130165 – 130167 - 130170	
Situação da Unidade (em funcionamento, em liquidação/extinção; extinta no exercício):	Em funcionamento	
Função de Governo predominante:	Função 20 - Agricultura	
Tipo de Atividade:	Cafeicultura, Açúcar e Agroenergia	
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI:	Nome	Código
	Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE	280106
	Secretaria de produção e Agroenergia – Funcafé	130137
	Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais – Funcafé	130140
	Superintendência Federal de Agricultura e Abastecimento/ Funcafé/MG	130160
	Superintendência Federal de Agricultura e Abastecimento/ Funcafé/ES	130163
	Superintendência Federal de Agricultura e Abastecimento/ Funcafé/RJ	130165
	Superintendência Federal de Agricultura e Abastecimento/ Funcafé/SP	130167
	Superintendência Federal de Agricultura e Abastecimento/ Funcafé/PR	130170

Organogramas







2. Objetivos e Metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE tem como missão: “Viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável e competitivo dos agronegócios Café, Açúcar e Agroenergia em benefício da sociedade brasileira”. Exclusivamente com relação ao setor sucroalcooleiro, executa as políticas governamentais definidas pelo conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool – CIMA, colegiado regido pelo Decreto nº. 3.546/2000 e cuja Presidência é exercida por este Ministério.

2.1.1. Departamento do Café - DCAF

De acordo com o art. 27 do Decreto nº. 5.351, de 21/1/2005, e art. 17 da Portaria MAPA nº 121, de 15-5-2006, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, compete ao Departamento do Café - DCAF, constituído pela Coordenação-Geral de Planejamento e Estratégias - CGPE e Coordenação-Geral de Apoio ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - CGFuncafé, o seguinte:

- I - subsidiar a formulação das políticas públicas relativas ao setor cafeeiro;
- II - planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das ações governamentais e programas concernentes aos segmentos produtivos do setor cafeeiro;
- III - propor, coordenar e acompanhar a oferta e a demanda de cafés para exportação e consumo interno;
- IV - planejar, coordenar e acompanhar ações para a aplicação dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, inclusive a elaboração de proposta de orçamento anual e a contabilidade dos atos e fatos relativos à sua operacionalização;
- V - promover, coordenar, controlar e avaliar os programas, projetos, políticas e diretrizes setoriais para o café emanadas do CDPC;
- VI - propor, coordenar e controlar a formação dos estoques públicos de café e a gestão das unidades armazenadoras de café;
- VII - promover estudos, diagnósticos e avaliar os efeitos das políticas econômicas sobre a cadeia produtiva do café;
- VIII - identificar prioridades e propor a aplicação dos recursos do Funcafé em custeio, colheita, comercialização, investimento, capacitação de recursos humanos e extensão rural, inclusive dos existentes no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR;
- IX - desenvolver atividades voltadas à promoção comercial do café nos mercados interno e externo, em articulação com as demais unidades organizacionais do Ministério;
- X - formular proposta e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes aos temas relacionados ao setor cafeeiro, em articulação com as demais unidades do Ministério;
- XI - coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações do Departamento.

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé

O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, de acordo com o Decreto nº. 5.351, de 21/1/2005, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, art. 27º, inciso IV, é gerido pela Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, por intermédio do Departamento do Café - DCAF.

O Funcafé foi criado pelo Decreto-Lei nº. 2.295, de 21/11/1986, regulamentado pelo Decreto nº. 94.874, de 15/9/1987, e ratificado pela Lei nº. 9.239, de 22/12/1995.

O Art. 4º do Decreto nº. 94.874/87 dispõe que os recursos do Funcafé podem ser investidos nas seguintes ações:

I - prioritariamente:

- a) formação dos estoques reguladores, incluídas as despesas de custeio das operações e de modernização das técnicas de estocagem.

II - subsidiariamente, às seguintes áreas da cafeicultura:

- a) racionalização da cultura cafeeira e assistência à cafeicultura, com o objetivo de elevar o grau de produtividade e competitividade dos setores produtivos;
- b) pesquisas tecnológicas, difusão de tecnologia, estudos e diagnósticos sobre a cafeicultura brasileira;
- c) cooperação técnica e financeira internacional com organismos particulares e oficiais no campo da cafeicultura;
- d) absorção de novas técnicas de cultivo e beneficiamento do produto nas pequenas e médias propriedades;
- e) incentivo ao cooperativismo da lavoura cafeeira e à expansão das cooperativas ou entidades afins já existentes;
- f) aprimoramento da mão-de-obra qualificada em todos os níveis da atividade cafeeira;
- g) melhoria da infra-estrutura das regiões cafeeiras, compreendendo modernização dos transportes, portos, ramais ferroviários e estradas vicinais, comunicação e eletrificação, além do apoio financeiro a programas sociais integrados pelos estados cafeeiros, que visem a proporcionar melhores condições de vida do trabalhador rural;
- h) apoio ao desenvolvimento do parque industrial de torrefação e moagem e de café;
- i) promoção e propaganda destinada ao aumento do consumo do produto nos mercados interno e externo;
- j) pesquisas e estudos dirigidos à produção de subsídios para a execução da política de comercialização voltada para a conquista de novos consumidores.

O art. 6º da Lei nº. 10.186, de 12/2/2001, estabelece que os financiamentos com recursos do Funcafé, a que se refere o art. 7º do Decreto-Lei nº. 2.295/86, serão concedidos segundo condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Com base no parágrafo único desse artigo, o

CMN poderá autorizar prorrogações e composições de dívidas relativas aos financiamentos de que trata o caput, estabelecendo as condições a serem cumpridas para esse efeito.

Desta forma, os financiamentos do Funcafé somente podem ser implementados mediante aprovação de Resoluções específicas do CMN, as quais estabelecem todas as condições operacionais, financeiras e contratuais para cada caso, consoante as proposições emanadas pelo MAPA.

Legislação Pertinente ao Funcafé

O quadro a seguir apresenta um resumo sobre a legislação pertinente ao Departamento do Café - DCAF e ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé.

Base legal	Data	Descrição
Decreto-Lei nº 2.295	21/11/1986	Institui o Funcafé.
Decreto nº 94.874	15/09/1987	Dispõe sobre a estruturação do Funcafé
Portaria MDIC nº 149	16/09/1987	Estabelece as normas operacionais do Funcafé
Decreto-Lei nº 2.440	3/6/1988	Dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do Funcafé
Lei nº 9.239	22/12/1995	Ratifica o Funcafé
Decreto nº 4.623	21/3/2003	Dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC)
Decreto nº 5.351	21/1/2005	Aprova a Estrutura Regimental do Mapa, incluindo a Secretaria de Produção e Agroenergia, art. 25, e o Departamento do Café, art. 27.
Portaria MAPA nº 121	15/5/2005	Dispõe sobre o Regimento Interno da Secretaria de Produção e Agroenergia.
Resolução nº 28	21/6/2005	Suspende os arts. 2º e 4º do Decreto-Lei nº 2.295, que tratam da quota de contribuição.
Resolução CDPC nº 4	28/11/2006	Cria os quatro Comitês Diretores do CDPC: Pesquisa e Desenvolvimento do Café; Planejamento Estratégico do Agronegócio Café; Promoção e Marketing do Café; e Acordo Internacional do Café.

Fonte: Funcafé/DCAF

Referida legislação também encontra-se disponível no site www.agricultura.gov.br - link Agronegócio Café.

Destacamos, abaixo, as principais ações constantes do Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, as quais serão descritas posteriormente:

- Ação 4803 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura Cafeeira;
- Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública;
- Ação 2C94 - Promoção do Café Brasileiro no Exterior;
- Ação 0012 - Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré - comercialização do Café.

Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC

De acordo com o art. 2º do Decreto nº 4.623, de 21-03-03, compete ao Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC:

I - aprovar plano de safra para o setor, compreendendo o programa de produção da exportação de café verde, solúvel, torrado e moído;

II - autorizar a realização de programas e projetos de pesquisa agrônômica, mercadológica e de estimativa de safra do café;

III - aprovar, anualmente, a proposta orçamentária referente aos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, criado pelo Decreto-Lei nº 2.295/86;

IV - regulamentar ações que visam a manutenção do equilíbrio entre a oferta e a demanda do café para exportação e consumo interno;

V - estabelecer cooperação técnica e financeira, nacional e internacional, com organismos oficiais ou privados no campo da cafeicultura;

VI - aprovar políticas de estocagem e de administração dos armazéns de café.

Referido Conselho é constituído pelos seguintes membros:

I - o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, que o preside;

II - o Secretário-Executivo do MAPA;

III - o Secretário de Produção e Agroenergia do MAPA;

IV - um representante do Ministério da Fazenda - MF;

V - um representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE;

VI - um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC;

VII - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG;

VIII - dois representantes do Conselho Nacional do Café - CNC;

IX - dois representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

X - um representante da Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC;

XI - um representante da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - ABICS;

XII - um representante do Conselho de Exportadores de Café do Brasil - CECAFÉ

CDPC – Reuniões Ordinárias em 2008	
55ª Reunião	13/2/2008
56ª Reunião	29/4/2008
57ª Reunião	4/9/2008
58ª Reunião	30/10/2008
59ª Reunião	11/12/2008

Fonte: Funcafé/DCAF

Comitês Diretores do CDPC

Com a edição da Resolução CDPC nº 4, de 28-11-2006, foram criados quatro Comitês Diretores com o objetivo de prestar assessoramento e avaliar preliminarmente todos os assuntos que são levados à deliberação do Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC, a saber:

I - Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CDPD/Café

Com o objetivo precípua de proceder à análise, discussão e aprovação de projetos, programas e ações pertinentes à pesquisa do café, ao levantamento da estimativa de safra, estoques, custos de produção e aos demais assuntos correlacionados ao agronegócio café, constituído por um representante de cada uma das seguintes instituições:

- a) Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC;
- b) Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - ABICS;
- c) Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - CECAFÉ;
- d) Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- e) Conselho Nacional do Café - CNC;
- f) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;
- g) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

CDPD/Café - Reuniões Ordinárias em 2008	
17ª Reunião	13/2/2008
18ª Reunião	13/11/2008

Fonte: Funcafé/DCAF

II - Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Agronegócio Café - CDPE/Café

Com o objetivo precípua de proceder à análise, discussão e aprovação de propostas de orçamento e financiamento do setor, inclusive proposição de novos instrumentos creditícios, além de programas e projetos estruturantes e estratégicos para o agronegócio café, constituído por um representante de cada uma das seguintes instituições:

- a) Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC;
- b) Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - ABICS;
- c) Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - CECAFÉ;
- d) Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- e) Conselho Nacional do Café - CNC;
- f) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;
- g) Ministério da Fazenda - MF;
- h) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

CDPE/Café - Reuniões Ordinárias em 2008	
10ª Reunião	12/2/2008
11ª Reunião	29/4/2008
12ª Reunião	3/9/2008
13ª Reunião	29/10/2008

Fonte: Funcafé/DCAF

III - Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café - CDPM/Café

Com o objetivo precípuo de proceder à análise, discussão, aprovação, gestão e fiscalização das ações, de contratos e convênios relacionados a programas e projetos promocionais de publicidade e marketing do café no país e exterior, constituído por um representante de cada uma das seguintes instituições:

- a) Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC;
- b) Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - ABICS;
- c) Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - CECAPÉ;
- d) Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- e) Conselho Nacional do Café - CNC;
- f) Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro.

CDPM/Café - Reuniões Ordinárias em 2008	
39ª Reunião	12/2/2008
40ª Reunião	28/4/2008
41ª Reunião	3/9/2008

Fonte: Funcafé/DCAF

IV - Comitê Diretor do Acordo Internacional do Café - CDAI/Café

Com o objetivo precípuo de proceder à análise, discussão, aprovação e gestão das ações, projetos e programas relacionados ao Acordo Internacional do Café e à Organização Internacional do Café - OIC, constituído por um representante de cada uma das seguintes instituições:

- a) Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC;
- b) Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - ABICS;
- c) Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - CECAPÉ;
- d) Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- e) Conselho Nacional do Café - CNC;
- f) Ministério da Fazenda - MF;
- g) Ministério das Relações Exteriores - MRE.

CDAI/Café - Reunião Ordinária em 2008	
6ª Reunião	4/9/2008

Fonte: Funcafé/DCAF

2.1.2. Departamento de Cana-de Açúcar e Agroenergia -DCAA

De acordo com o Artigo 8º do Decreto nº 5.351, de 21/1/2005, e art. Nº da Portaria MAPA nº 121, de 15-5-06, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de produção e Agroenergia – SPAE, compete ao Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia-DCAA, constituído pela Coordenação-Geral da Cana-de-Açúcar e Agroenergia e Coordenação-Geral de Agroenergia; o seguinte:

I - subsidiar a formulação das políticas públicas relativas ao setor canavieiro e à agroenergia;

II - planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das ações governamentais e programas concernentes aos segmentos produtivos da cana-de-açúcar e do açúcar, do álcool e demais matérias-primas de origem agrícola quando destinadas à fabricação de combustíveis e à geração de energia alternativa;

III - acompanhar, de forma sistemática, o comportamento da produção e da comercialização da cana-de-açúcar, do açúcar, do álcool e demais matérias primas agroenergéticas, destinadas à fabricação de combustíveis e geração de energia, e propor medidas para garantir a regularidade do abastecimento interno;

IV - desenvolver estudos e pesquisas visando subsidiar formulação de planos e programas relativos à cana-de-açúcar, ao açúcar, ao álcool e às demais matérias-primas agroenergéticas;

V - assessorar nos assuntos vinculados ao CIMA;

VI - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes aos temas relacionados à cadeia produtiva da cana-de-açúcar, bem como aos setores alcooleiro e de agroenergia, em articulação com as demais unidades organizacionais do Ministério ;

VII - coordenar a elaboração, promover a execução, o acompanhamento e a avaliação dos programas e ações do Departamento.

Em consonância com as atribuições regimentais acima, o DCAA assumiu postura de liderança nos debates em torno das iniciativas de apoio às cadeias produtivas agroenergéticas, com foco no aumento da sua participação na matriz energética nacional, cujas iniciativas inerentes, destacamos:

a) Desenvolver o mercado de biocombustíveis, tornando-os Commodities internacionais;

- Fortalecer e ampliar os acordos de cooperação com outras nações para a produção e uso de forma sustentável de biocombustíveis.
- Desenvolver, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores-MRE, programa de capacitação de pessoas do seu corpo diplomático, para atender demandas específicas do açúcar e da Agroenergia.

- Contribuir na implementação, elaboração e o desenvolvimento do Programa de Certificação Sócio Ambiental para a produção dos biocombustíveis;
- Participar ativamente das câmaras e os fóruns internacionais que visam ao desenvolvimento do mercado de biocombustíveis.

b) Garantir o abastecimento do mercado interno de biocombustíveis;

- Aprimorar a articulação e participação pró-ativa nas negociações da cadeia produtiva do açúcar e da agroenergia.
- Fortalecer as câmaras e os fóruns destinados à discussão de temas voltados ao açúcar e à agroenergia;
- Fomentar a organização e harmonização de todos os elos das cadeias produtivas do açúcar e da agroenergia para produção de matérias-primas de maior competitividade.

c) Garantir a sustentabilidade dos biocombustíveis;

- Realizar estudos para identificação de novas áreas para o cultivo de matérias-primas voltadas à produção de biocombustíveis.
- Estabelecer diretrizes para a elaboração de programa de Zoneamento agro-ecológico para matérias-primas destinadas à agroenergia.
- Estimular a distribuição espacial competitiva e sustentável da produção de biocombustíveis.
- Articular para o estabelecimento da plataforma de pesquisas para os biocombustíveis, inclusive nas rotas de 2ª geração.

2.2. Estratégia de atuação da SPAE na execução das políticas públicas

De acordo com o Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, compete a Secretaria de Produção e Agroenergia, entre outras atribuições, contribuir para a formulação da política agrícola no que se refere às produções cafeeira, sucro-alcooleira e agroenergética.

Cabendo a estratégia de atuação da Secretaria de Produção e Agroenergia aos seus departamentos:

2.2.1. Departamento do Café - DCAF

De acordo com o Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, a estrutura organizacional do Departamento do Café - DCAF é composta pela Coordenação- Geral de Planejamento e Estratégias – CGPE e a Coordenação-Geral de Apoio ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - CGFuncafé.

Em parceria com as entidades representantes do setor cafeeiro - produção rural, torrefação e moagem, indústria de solúvel e comércio exportador - compete ao DCAF, entre outras atribuições, a formulação e execução de políticas públicas focadas no desenvolvimento da cafeicultura.

Em consonância com o disposto no Art. 2º, do Decreto nº 4.623, de 21 de março de 2003, a estratégia de atuação do DCAF pauta-se na condução das propostas de políticas setoriais à apreciação e homologação do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC, foro que congrega órgãos públicos e entidades privadas vinculadas ao agronegócio café.

A principal estratégia de atuação do Departamento do Café – DCAF é formular e gerir políticas públicas relativas ao setor cafeeiro, e promover, coordenar, controlar e avaliar os programas,

projetos, políticas e diretrizes setoriais emanadas do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC, como o desenvolvimento de pesquisas agronômicas, de levantamento de safra, estoque privados e custos de produção, incentivo à produtividade e competitividade, qualificação da mão-de-obra, publicidade e promoção dos Cafés do Brasil no país e exterior, e, ainda, planejar e executar os financiamentos do setor através da liberação de recursos para crédito de custeio, colheita, estocagem, aquisição de café - FAC e Cédula de Produto Rural - CPR.

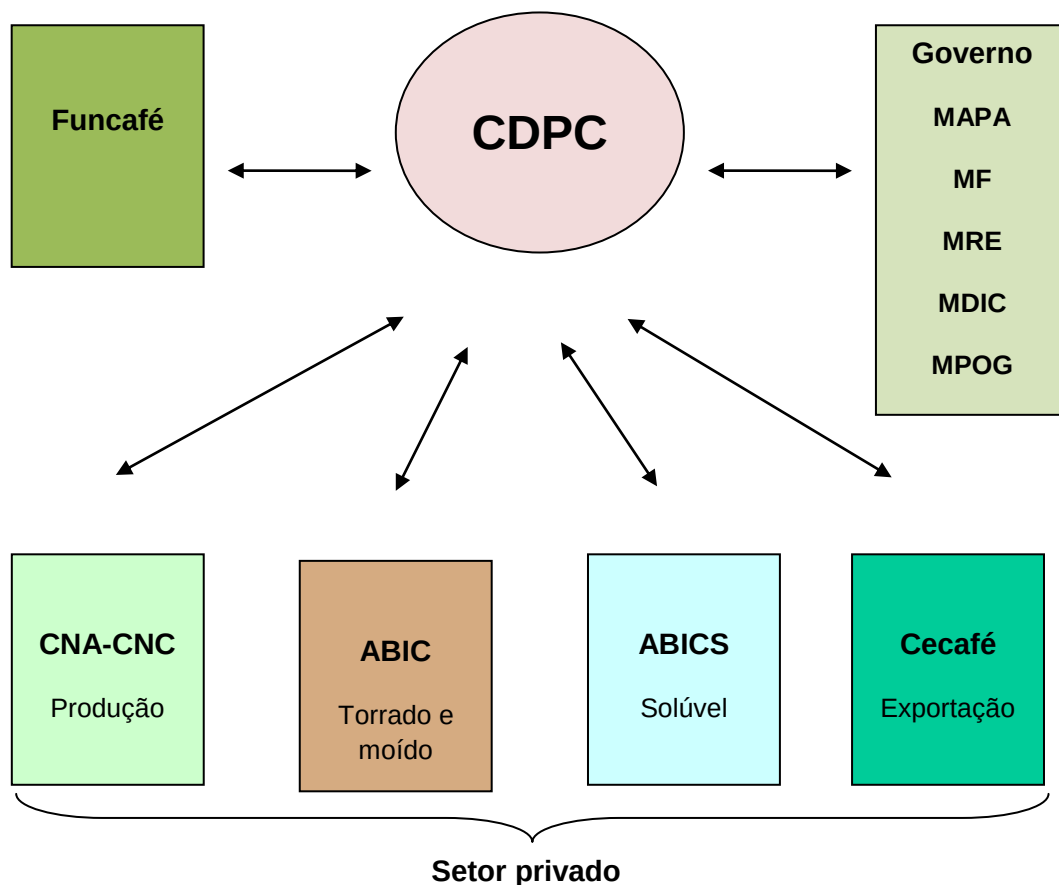
Em relação aos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, geridos pelo DCAF, são aplicados nas ações que integram do Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, constante do Plano Plurianual (PPA 2008-2011), instituído pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, com o objetivo de permitir a implementação de políticas emanadas dos setores público e privado que propiciem a geração de renda e desenvolvimento harmônico em todos os elos da cadeia agroindustrial do café e promova a geração de divisas, de emprego, e a inserção social de forma sustentável.

Os financiamentos do Funcafé somente podem ser implementados mediante aprovação de Resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional - CMN, as quais estabelecem todas as condições operacionais, financeiras e contratuais para cada caso, consoante as proposições emanadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. E, no caso das despesas correntes, contempladas no PPA 2008-2011, estão contidas nas ações descritas a seguir:

- 2272 - Gestão e Administração do Programa;
- 4641 - Publicidade de Utilidade Pública;
- 2C94 - Promoção do Café Brasileiro no Exterior;
- 4803 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura;
- 0012 - Financiamentos para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização de Café;
- 4717 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café;
- 2825 - Conservação dos Estoques Reguladores de Café;
- 0A27 - Equalização de Juros nos Financiamentos para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização de Café;
- 4792 - Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação de Financiamentos à Cafeicultura; e,
- 0017 - Contribuição à Organização Internacional do Café.

Referidas ações são efetivadas mediante o esforço conjugado de instituições de pesquisa, universidades, instituições financeiras e demais órgãos públicos e privados relacionados à formulação e implementação de políticas, programas e projetos visando o desenvolvimento sustentável da cafeicultura.

No âmbito do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC, que é presidido pelo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e composto por representantes do governo federal e de entidades privadas da cafeicultura nacional, são discutidas e aprovadas as políticas públicas para o setor cafeeiro, conforme descrito no item 2 - Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos, fls. 23-29, da Tomada de Contas e Relatório de Gestão da SPAE - exercício 2008 (Processo MAPA nº 21000.002650/2009-14).



E os Comitês Diretores do CDPC (Pesquisa e Desenvolvimento do Café; Planejamento Estratégico do Agronegócio Café; Promoção e Marketing do Café; e do Acordo Internacional do Café, foram criados pela Resolução nº 4, de 28 de novembro de 2006, com o objetivo de prestar assessoramento e avaliar preliminarmente todos os assuntos que são levados à deliberação do citado Conselho.

Os principais resultados alcançados das ações de pesquisa e desenvolvimento, publicidade e promoção e financiamentos para o setor cafeeiro encontram-se descritos no item 2.3.2.1. Principais Ações do Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, fls. 34-76, da Tomada de Contas e Relatório de Gestão da SPAE - exercício 2008 (Processo MAPA nº 21000.002650/2009-14).

Indicadores de desempenho da cafeicultura - 2001 a 2008

Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1. Produção - milhões/sc	31,3	48,5	28,8	39,3	32,9	42,5	36,1	45,99
1.1. Área em produção - milhões/há	2,2	2,3	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
1.2. Produtividade sc/ha	14,4	21,0	13,1	17,8	14,9	19,8	16,57	21,2
2. Exportação - verde, solúvel e torrado	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Quantidade - milhões/sc	23,3	28,4	25,7	26,7	26,0	27,6	28,0	29,5
2.2. Valor - bilhões/US\$	1,4	1,4	1,5	2,0	2,9	3,3	3,9	4,73
2.3. Preço Médio - US\$/sc	59,88	48,17	59,59	76,30	111,57	120,70	137,66	160,49
3. Consumo interno de T&M e Solúvel - milhões/sc	13,6	14,0	13,7	14,9	15,5	16,3	17,1	17,66
3.1. Consumo per capita - kg/hab./ano	4,9	4,8	4,7	5,0	5,1	5,3	5,5	5,64
4. Estoques do Funcafé - milhões/sc	5,6	5,4	5,1	4,3	3,2	1,9	0,7	0,5
5. Orçamento aprovado Funcafé - R\$ milhões	898	824	550	1.226	1.282	1.680	2,147	2,561
5.1. Financiamentos	855	693	524	1.201	1.249	1.579	2,026	2,441
5.2. Publicidade e Promoção dos Cafés do Brasil	8,0	1,6	3,5	5,0	8,4	5,6	13,0	13,0
5.3. Pesquisa Cafeeira	16,0	5,1	8,0	8,0	12,0	7,5	12,0	12,0
6. Participação das exportações brasileiras em relação às exportações mundiais (em sc) (%)	25,8	32,0	29,9	29,3	29,6	30,0	29,1	30
7. Participação do café nas exportações do agronegócio (em US\$) (%)	5,9	5,5	5,0	5,2	6,6	6,8	6,6	6,6
8. Preços do café tipo 6, bebida dura, recebidos pelos produtores, base CEPEA/ESALQ (R\$/sc)	117,97	129,88	173,84	217,27	281,13	250,33	252,43	260,37

Fontes: DCAF, CONAB; ABIC - MDIC/SECEX; OIC; CEPEA/ESALQ/BM&F

Em relação às restrições estruturais e deficiências de pessoal, o Departamento do Café - DCAF tem que ser fortalecido na estrutura de pessoal com a equipe técnica (engenheiros agrônomos, estatísticos e economistas), além da necessidade da automação da gestão do Funcafé, com especialistas em informática e áreas afins. Quanto às limitações orçamentário-financeiras, o que prejudica a execução do orçamento do Funcafé são os limites de empenho e de pagamento destinados à pesquisa, publicidade e promoção dos Cafés do Brasil.

2.2.2. Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia -DCAA

A Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE, foi criada pelo Decreto nº 5.351, de 21/1/2005 e seu Regimento Interno foi aprovado pela Portaria nº 121, de 15/5/2006 e publicado no D.O.U em 16/5/2006.

A interlocução com as cadeias produtivas e articulação com as demais áreas do governo, com foco na elaboração e implementação de políticas públicas que atendam aos objetivos estratégicos definidos pelo Governo Federal para esses setores. Tais estratégias serão detalhadas a seguir:

a) Desenvolver o mercado de biocombustíveis, tornando-os Commodities internacionais;

- Fortalecimento e ampliar os acordos de cooperação com outras nações, para a produção e uso de forma sustentável de biocombustíveis.
- Desenvolvimento, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores-MRE, programa de capacitação de pessoas do seu corpo diplomático, para atender demandas específicas relacionadas à Agroenergia.
- Participação ativamente das câmaras e os fóruns internacionais que visam ao desenvolvimento do mercado de biocombustíveis (uniformização de normas de especificações técnicas e redução das barreiras ao comércio).

b) Garantir o abastecimento do mercado interno de biocombustíveis

- Aprimoramento da articulação e participação pró-ativa nas negociações da cadeia produtiva do açúcar e da agroenergia.
- Fortalecimento as câmaras e os fóruns destinados à discussão de temas voltados ao açúcar e à agroenergia.
- Fomento à organização e harmonização de todos os elos das cadeias produtivas do açúcar e da agroenergia para produção de matérias-primas de maior competitividade.
- Monitoramento da oferta, da demanda e dos estoques de álcool combustível, propondo a adoção de instrumentos reguladores, quando necessário.

c) Garantir a sustentabilidade dos biocombustíveis

- Realização de estudos para identificação de novas áreas para o cultivo de matérias-primas voltadas à produção de biocombustíveis.
- Estabelecimento de diretrizes para a elaboração de programa de Zoneamento agro-ecológico para matérias-primas destinadas à agroenergia.
- Estímulo à distribuição espacial competitiva e sustentável da produção de biocombustíveis.
- Articulação para o estabelecimento da plataforma de pesquisas para os biocombustíveis, inclusive nas rotas de 2ª geração.

d) Aumentar a eficiência e a qualidade das informações sobre açúcar e agroenergia

- Desenvolvimento de Portal de acesso a informações estratégicas sobre as cadeias produtivas do açúcar e da agroenergia.
- Estruturação de banco de dados com informações estratégicas para a cadeia produtiva do açúcar e da agroenergia.
- Elaboração do plano de divulgação de informações estratégicas da cadeia produtiva do açúcar e da agroenergia, em conjunto com a Assessoria de Comunicação Social do MAPA.

- Melhoria da qualidade e agilidade de acesso às informações estratégicas sobre a cadeia produtiva do açúcar e da agroenergia.
- Monitoramento permanente das cadeias produtivas, com enfoque nas tendências de expansão e desenvolvimento de novas tecnologias.
- Fortalecimento da integração com centros de estudos e entidades representativas visando identificar oportunidades, ameaças e soluções para a cadeia produtiva do açúcar e da agroenergia.

Estratégia de atuação da SPAE na execução das políticas públicas, no que se refere ao Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia, no tocante a realizações, sucessos e impactos, parcerias exitosas, transferências e contratações particularmente importantes, podem ser observadas na página 90 - Principais realizações do DCAA.

As limitações orçamentário-financeiros temos a informar que em algumas Ações a baixa dotação-orçamentária prejudicou a implementação de alguns projetos que estavam previstos para serem realizados em parceria com a Embrapa, como exemplo a Ação 8542 – Estudos das Potencialidades das Matérias-Primas Agroenergéticas, contemplada na LOA 2008 apenas com R\$ 100.000,00.

2.3. Programas

A Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE destaca os seus principais Programas e Ações a seguir:

Departamento do Café - DCAF

2.3.1.1. Programa 0350- Desenvolvimento da Economia Cafeeira

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.
Gerente do programa	Manoel Vicente Fernandes Bertone
Gerente-executivo	Lucas Tadeu Ferreira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Manoel Vicente Fernandes Bertone
Indicadores ou parâmetros utilizados	972 - Consumo Interno de Café 973 - Volume de Produção de Café 975 - Volume de Exportação de Café
Público-alvo (beneficiários)	Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, indústria, exportação e comercialização

Fonte: Funcafé/DCAF

O Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira tem como objetivo estratégico estimular políticas emanadas dos setores públicos e privados que propiciem a geração de renda e desenvolvimento harmônico em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo a geração de divisas, de emprego, inclusão social e a sustentabilidade ambiental, contribuindo também para o aumento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Destina-se ao desenvolvimento de

pesquisas, ao incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, qualificação da mão-de-obra e promoção e marketing dos Cafés do Brasil, visando o aumento do consumo nos mercados interno e externo.

As ações que compõem este Programa são efetivadas mediante o esforço conjugado de instituições de pesquisa, universidades, Instituições financeiras e demais órgãos públicos e privados relacionados à formulação e implementação de políticas, programas e projetos visando o desenvolvimento sustentável da cafeicultura.

O café se destaca na história econômica e social do Brasil desde a época colonial. As primeiras exportações expressivas ocorreram a partir de 1802. Em 1845, o país participava com 45% da produção mundial, destacando-se como o maior produtor. Entre 1925 e 1929, o café chegou a contribuir isoladamente com 70% do valor das exportações. Nos anos 50 à 60, ainda era um dos principais produtos da pauta de exportação, assegurando receitas cambiais expressivas e sustentando a política de substituição de importações. A partir da década de 70, a produção teve novo impulso com a conquista das regiões dos cerrados.

Em função da diversificada ocupação geográfica do produto, o país apresenta a vantajosa característica de produzir variados tipos de café, o que amplia sobremodo a sua capacidade de atender às mais diferentes exigências mundiais quanto a paladares e preços. Essa diversificação possibilita, ainda, variada gama de *blends*, produzidos a partir de café de terreiro ou natural, café despulpado, descascado, café de bebida suave, cafés ácidos, encorpados, além de cafés aromáticos e especiais e de outras características.

O Brasil continua sendo o maior produtor e exportador mundial de café, e o segundo maior consumidor do produto. O café é produzido em 14 Estados, está presente em cerca de 1.900 Municípios e emprega direta e indiretamente aproximadamente 8,4 milhões de trabalhadores. A safra colhida em 2008 alcançou 45,99 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado, superior em 27,5% (9.922 mil sacas) as 36,07 milhões de sacas produzidas em 2007, e o consumo interno atingiu 17,66 milhões de sacas.

Em 2008 as exportações brasileiras do produto chegaram a 29,5 milhões de sacas de 60 kg, com faturamento de US\$ 4,732 bilhões, com um crescimento de 22,74% em relação ao exercício anterior (US\$ 3,85 bilhões). Do total embarcado, 26,115 milhões de sacas de 60 kg corresponderam a café verde; 3,238 milhões ao café solúvel e 132,070 de café torrado e moído, com receita de US\$ 4,131 bilhões, US\$ 565,667 milhões e US\$ 35,627 milhões de dólares, respectivamente. Esse desempenho das exportações mantém a posição de liderança do Brasil, conferindo-lhe a participação de 30,52% do mercado mundial, com base nas estimativas a partir de dados veiculados pela Organização Internacional do Café - OIC.

As principais Ações que materializam o objetivo do Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira são:

- **Ação 4803 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura:** o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café é realizado por intermédio do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café, coordenado pela Embrapa Café, o qual congrega as instituições mais conceituadas de pesquisa agropecuária, universidades e instituições privadas da cadeia agroindustrial da cafeicultura estrategicamente localizadas em relação ao negócio do café. O PNP&D/Café é um compromisso de capital importância para o setor café brasileiro, além de um instrumento de mudança e modernização do setor com o fim de proporcionar sustentabilidade e evolução do agronegócio café brasileiro;
- **Ações 4641 - Publicidade de Utilidade Pública e 2C94 - Promoção do Café Brasileiro no Exterior:** tem por objetivo formular as bases de um elenco consistente e ordenado de ações que criem uma imagem positiva do produto brasileiro, que consolidem e ampliem os

negócios com o café nos mercados interno e externo, em todas as suas formas, garantam visibilidade e traduzam excelência dos produtos e dos fornecedores nacionais, ampliem permanentemente o consumo interno do café, permitindo a conquista contínua de novos consumidores, criando e estimulando a formação de novos canais de distribuição e apóiem o aperfeiçoamento da qualidade dos produtos e o seu valor agregado;

- **Ação 0012 - Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré- comercialização do Café:** visa alocar recursos do Funcafé destinados aos financiamentos da cafeicultura - custeio, colheita, comercialização e indústria, que são propostos pelo Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC a cada safra cafeeira. Todas as propostas de financiamento são previamente submetidas ao Conselho Monetário Nacional - CMN, o qual estabelece mediante Resoluções específicas o detalhamento das condições das contratações e reembolsos. Os agentes financeiros integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR podem operacionalizar esses recursos, que atualmente são: Banco do Brasil S/A, Bancoob, Banestes, Bradesco, Crediminas, Credivar, Itaú, Itaú BBA, RaboBank, Banco de Ribeirão Preto, Safra, Santander e Unibanco.

2.3.2.1. Principais Ações do Programa 0350-Desenvolvimento da Economia Cafeeira:

2.3.2.1.1. Ação 4803 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver novos processos tecnológicos aplicáveis ao agronegócio café em todos os seus estágios, visando ao incremento da produção e à produtividade da cultura, bem como viabilizar a adoção, pelos agentes da cadeia do agronegócio café, de conhecimentos, tecnologias e processos disponibilizados pela pesquisa.
Descrição	Elaboração de pesquisas, desenvolvimento e inovação em cafeicultura mediante incentivo à obtenção de novas variedades e de novas técnicas de cultivo, colheita e industrialização de café; orientação ao produtor na adequação de seus custos em relação aos preços praticados no mercado, bem como transferências de tecnologias para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração d novas oportunidades para o agronegócio café.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DCAF/SPAE/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	Cláudia Marinelli
Unidades executoras	130137- Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/MAPA
Área responsável por gerenciamento ou execução da ação	CGPE/DCAF/SPAE/MAPA
Competência Institucional requerida para a execução da ação	Coordenador-Geral – Port. 81, de 15 de maio de 2007, public. no DOU, de 16 de maio de 2007.

Fonte: Funcafé/DCAF

Resultados e avanços obtidos

O Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café é constituído por projetos multiinstitucionais e multidisciplinares, com o objetivo de gerar e transferir conhecimentos e tecnologias que aprimorem a competitividade do agronegócio café brasileiro. O Programa é desenvolvido por meio de inovador arranjo institucional, chamado Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café, composto por diversas instituições de pesquisa, ensino, extensão e empresas privadas, que trabalham com a cadeia produtiva do café sob a coordenação da Embrapa Café.

A Embrapa Café, trabalhando em consonância com o Grupo de Trabalho - GT criado pela Portaria GM/Mapa nº 510, de 3 de junho de 2008, para elaborar a Agenda Estratégica do Agronegócio Café, construiu seu primeiro Plano Diretor da Unidade - PDU planejando estrategicamente suas atividades. Nesse PDU foi enfatizada a necessidade de sustentação e fortalecimento do esforço em ciência, tecnologia, inovação e gestão. Este primeiro PDU da Embrapa Café também merece destaque nas ações de 2008, por constituir-se num marco para a Pesquisa e Desenvolvimento - P&D em café, já que se trata de um planejamento estratégico que contempla de forma transparente seus instrumentos de gestão, permite a maximização de valores dos trabalhos em parcerias e otimiza sua atuação como gestora do Programa de Pesquisa do CBP&D/Café.

Na mesma direção, resultante dos esforços advindos do aprendizado na criação do Plano Diretor da Embrapa Café, surgiu a oportunidade de desenvolvimento de instrumento que tem como ênfase a melhoria do processo de planejamento e gestão estratégica das ações do CBP&D/Café, ou seja, a construção de um Plano Diretor para o Consórcio a partir de 2009.

Paralelamente a essas ações, fizeram parte do PNP&D/Café em 2008, 84 projetos financiados pelo Funcafé no montante de R\$ 8.930.798,55, sendo que desse montante, R\$8.926.416,68 foram liquidados, sob a forma de descentralização de crédito para a Embrapa Café, envolvendo 393 ações de pesquisa e desenvolvimento, no sentido de consolidar e ampliar a capacidade de geração de alternativas tecnológicas para a cadeia produtiva do café dentro do modelo de gestão de P&D preconizado com base na identificação de focos temáticos, descritos na tabela abaixo.

Geração de conhecimentos estratégicos	
Ampliação da base de conhecimento	78
Geração de informações e tecnologias	
Alternativas para cafeicultura familiar	18
Preservação ambiental e desenvolvimento econômico e social	29
Café e saúde	15
Agregação de qualidade ao produto	11
Aperfeiçoamento dos processos industriais e novos produtos à base de café	16
Diagnóstico e informação para formulação de estratégias e políticas	5
Cafeicultura irrigada	36
Melhoria dos processos de colheita e da pós-colheita	3
Otimização dos sistemas de cultivo	37
Riscos físicos, químicos e biológicos à cafeicultura	97
Sistemas agroecológicos ou orgânicos	28
Usos alternativos para resíduos e subprodutos do café	6
Comunicação técnico-científica de resultados	
Difusão e transferência de conhecimentos, tecnologias e informações	14
Total	393

Fonte: Embrapa Café

Dentre as ações realizadas pelo CBP&D/Café em 2008, destacam-se:

Genoma do Cafeeiro

Após a conclusão da primeira e segunda fase do projeto Genoma Café, obteve-se como resultado a construção de uma base de dados com mais de 200 mil seqüências de DNA e a identificação de mais de 30 mil genes, além da anotação dos genes por meio de ferramentas de bioinformática, segue o trabalho chamado de mineração, no qual os pesquisadores buscam os genes de interesse estratégico para a cafeicultura. Assim, podem-se encontrar os genes que estão envolvidos na resistência à ferrugem, ao bicho-mineiro, à broca-do-café, aos nematóides e outros patógenos.

Com relação à formação, o desenvolvimento e a maturação do café, vários estudos têm sido realizados para determinar a expressão dos genes relacionados a cada uma das etapas, desde o florescimento até os frutos cereja. Trabalhos envolvendo genes responsáveis pela síntese de açúcares, dos ácidos clorogênicos e da cafeína, bem como os relativos à formação e degradação da parede celular, vêm sendo desenvolvidos por diversos grupos de pesquisa do país, começando a desvendar os mecanismos que controlam alguns fatores que têm efeito direto na qualidade do café e cujo conhecimento pode beneficiar tanto produtores como consumidores. Esses fatores podem ser tanto as qualidades organolépticas do produto, ou seja, aquelas relacionadas ao aroma e sabor, quanto o tamanho do grão e a sua maturação.

Pode-se também saber quais são os genes responsáveis pela resistência à seca, ao frio, e outras condições severas da natureza. Vários genes relacionados com tolerância à seca também já foram identificados. Além disto, informações importantes sobre os genes envolvidos na qualidade de bebida, nas propriedades nutracêuticas do grão e na produtividade serão obtidas. Essas informações poderão facilitar o melhoramento genético, a partir do mapeamento dos genes identificados e de marcadores moleculares, gerando cultivares com características especiais num espaço de tempo bem menor.

Esta parte do trabalho foi iniciada em 2006 com financiamento conjunto do Funcafé e da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep e tem como parceiros a Embrapa Café, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar, Instituto Agrônomo de Campinas - IAC, Universidade Federal de Viçosa - UFV e Universidade Federal de Lavras - UFLA, contando ainda com a colaboração do Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural - Incaper, Universidade de Campinas - Unicamp e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig.

As informações do genoma ainda permitirão a identificação dos genes e das rotas metabólicas envolvidas, podendo gerar soluções para os diversos problemas da cafeicultura e atender a demandas de diferentes produtos do mercado. Isto favorecerá não só o grande produtor, como também o produtor familiar, a cafeicultura orgânica, cafés especiais, a indústria de café torrado e moído, o solúvel e os outros segmentos da cadeia produtiva do café.

Inovação

Como resultado do esforço que vem sendo desenvolvido para promover a inovação tecnológica e, com base no estudo do Genoma do Cafeeiro, foram obtidas e depositadas duas patentes no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. Essas patentes referem-se a "Composições e métodos para direcionar a expressão de genes, usando o promotor do gene da família das isoflavonas de plantas de café" e "Composições e métodos para direcionar a expressão de genes, usando o promotor do gene da família das peroxidases de plantas de café". Realizado em parceria entre Embrapa, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - Unesp e IAC, esses trabalhos permitirão um grande avanço no desenvolvimento de novas cultivares de café que incorporem um conjunto maior de características desejáveis.

Café e Saúde

A intensificação de pesquisas científicas que tem destacado o café como aliado contra várias doenças, entre elas, diabetes, depressão, alcoolismo e doenças do coração começa a trazer resultados. Hoje, evidências permitem classificar o café como uma planta com propriedades nutricionais e farmacêuticas importantes.

O projeto de pesquisa desenvolvido no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo - Incor avalia os efeitos do café especificamente sobre doenças do coração, com o objetivo de confirmar os efeitos benéficos de substâncias presentes na bebida. As pesquisas ajudam a desmistificar a imagem de que o café faz mal a saúde, refletindo no aumento do consumo do produto. Com uma amplitude maior do que o foco agrônomo, os resultados despertam a atenção da classe médica e da população para os benefícios do café, e aos poucos, vai sendo abandonada a idéia de que o café só tem cafeína.

Estudos revelaram que os ácidos clorogênicos presentes no café ajudam a aumentar os níveis de dopamina e serotonina, que agem diretamente no combate à depressão, que é um forte agravante quando o assunto é a saúde do coração. Mesmo que o café não tenha somente cafeína, esta é a substância que mais o caracteriza, por suas propriedades excitantes. Hoje os pesquisadores sabem que, administrado em doses moderadas - 3 a 4 xícaras de café por dia -, a cafeína não oferece risco à saúde humana.

Nas últimas décadas, os estudos realizados mostram que a cafeína estimula naturalmente a atenção, a concentração, a memória e o desempenho intelectual, sendo inclusive adicionada a diversos tipos de medicamentos. Além da cafeína, o café é rico em substâncias antioxidantes, principalmente os ácidos clorogênicos e os quinídeos, que são formados durante o processo de torra. Há evidências de que estas substâncias possam atuar no sistema nervoso central, modulando o estado de humor e, desta forma, prevenindo a ocorrência da depressão e suas conseqüências - tabagismo, alcoolismo, consumo de drogas e suicídio.

Produção Integrada de Café - PIC

O CBP&D/Café, juntamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e representantes do setor cafeeiro, concluiu em 2008 a elaboração de proposta de normatização para a produção de café segundo requisitos de segurança alimentar e de sustentabilidade de produção, levando-se em conta as peculiaridades da cafeicultura brasileira.

Trata-se da criação do programa nacional de Produção Integrada de Café - PIC. A iniciativa de criação de um código de conduta com ênfase na sustentabilidade tem o objetivo de excluir práticas inaceitáveis e propiciar uma melhora contínua de boas práticas agrícolas. A adoção da norma PIC vai permitir a rastreabilidade das operações ao longo de toda a cadeia agroindustrial do café, favorecendo a aplicação de uma certificação nacional, com princípios que atendam às exigências internacionais e que sejam de fácil acesso a pequenos e médios produtores.

A proposta de normatização para a PIC foi alicerçada principalmente, no modelo já implementado com sucesso pelo Mapa, para a Produção Integrada de Frutas - PIF. Após sua aprovação, a PIC fará parte do Programa Brasileiro de Produção Integrada e do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade, do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Inmetro.

Café orgânico e agroecológico

O PNP&D/Café apoiou as pesquisas sobre sistemas de produção agroecológico e orgânico desenvolvidas pela equipe multidisciplinar da Epamig e UFV, em conjunto com agricultores familiares da Zona da Mata mineira. Assim, o novo enfoque da pesquisa cafeeira se rendeu à percepção de que os sistemas produtivos convencionais, embasados no monocultivo e consumo de insumos intensivos, têm-se mostrado insustentáveis para o agricultor familiar.

Os avanços constatados na cafeicultura da região são fruto de um amplo programa iniciado em meados dos anos 90. Dentre as demandas prioritárias para a produção de café em sistemas orgânico e agroecológico, a seleção de cultivares, manejo de adubação e controle de pragas e doenças são fundamentais para produzir café com produtividade e rentabilidade. Além da filosofia ecológica, os produtores reconhecem que não basta produzir um café em sistema diferenciado, mas inseri-lo num plano organizado de produção, certificação e comercialização desse café.

Mudanças climáticas e suas influências na cafeicultura

Chuvas irregulares, secas imprevisíveis, floradas fora de época, maturação desuniforme são alguns dos sintomas das alterações climáticas e seus efeitos na cafeicultura brasileira. O momento exige conhecimento, medidas mitigadoras e adaptação aos efeitos do aquecimento global, previsto pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC.

Ciente de sua responsabilidade ambiental, o PNP&D/Café apoiou o desenvolvimento de diversos estudos sobre as influências do aquecimento global na cafeicultura, tais como: monitoramento de estiagem e temperaturas elevadas no período de florescimento do cafeeiro; avaliação de impactos ecofisiológicos, edáficos e fitotécnicos de agrossistemas com café arborizados e suas consequências sobre a sustentabilidade do ambiente. A arborização é apresentada como tentativa de recompor o ambiente e atenuar as consequências da elevação gradual de temperatura no planeta, que poderá alterar o zoneamento agroclimatológico da cafeicultura.

Entre outros estudos desenvolvidos pelas instituições do CBP&D/Café, destaca-se ainda a adoção de práticas conservacionistas e investimentos em melhoramento genético e biotecnologia em busca de variedades tolerantes à deficiência hídrica e a altas temperaturas. No modelo tecnológico em desenvolvimento, deverá ser incluída atenção especial à nutrição mineral. Todos esses fatores estão em estudo no âmbito do PNP&D/Café e novos projetos deverão ser estimulados, de modo a evitar danos futuros à cafeicultura nacional.

Novas variedades de café

No âmbito CBP&D/Café, a Fundação de Apoio à Tecnologia Cafeeira - Fundação Procafé em parceria com outras instituições promoveram o lançamento das cultivares de café Jupi e Arara que apresentam boas características de resistência a ferrugem do cafeeiro, vigor e produtividade. Essas novas cultivares já estão disponíveis para que os cafeicultores das regiões produtoras do Estado de Minas Gerais possam fazer suas próprias avaliações quanto à adaptação e desempenho.

Nova forma de irrigar o café no cerrado

Na Região do Cerrado brasileiro a distribuição de chuvas em períodos concentrados impõe a necessidade de irrigação para viabilizar a cafeicultura. A pesquisa vem comprovando que as aplicações de água para o cafeeiro, nesta região, quando feitas com eficiência, tem potencializado o rendimento e a qualidade do produto.

A pesquisa desenvolvida pela Embrapa Cerrados demonstrou que é viável a utilização do longo período de seca, característico do Cerrado, como fator positivo para obtenção de alta produtividade e qualidade do café. Os estudos levaram ao desenvolvimento da tecnologia de estresse hídrico para sincronização do desenvolvimento das gemas reprodutivas do cafeeiro arábica.

Uma das recomendações da tecnologia prevê que os produtores devem suspender as irrigações em um período determinado do ano para permitir a sincronização do desenvolvimento das gemas reprodutivas e, conseqüentemente, obter alta uniformidade de floração e maturação dos frutos. Com isso, produz-se um café de melhor qualidade com redução significativa do uso da água e da energia na irrigação diminuindo os custos de colheita.

Fora do período de estresse hídrico, todos os fatores de produção devem ser otimizados para garantir alta produtividade com qualidade e estabilidade de produção. A aplicação de fósforo, em doses adequadas, garante a energia necessária ao crescimento do cafeeiro mesmo em lavouras com alta carga pendente, o que reduz a bienalidade de produção. As irrigações devem ser feitas criteriosamente para garantir a água necessária ao crescimento das plantas e desenvolvimento dos frutos.

Como complemento de todas as informações já disponíveis, a pesquisa da Embrapa Cerrados também desenvolveu o Programa de Monitoramento de Irrigação no Cerrado, uma ferramenta simples voltada para produtores e técnicos da cadeia produtiva de café, que pode ser utilizada *on line* na página da Embrapa Cerrados na internet (www.cpac.embrapa.br) capaz de estimar, com a confiabilidade necessária, a lâmina líquida a ser aplicada em cada irrigação ao longo do ciclo de culturas anuais e do café, em particular.

Portal Geosolos no foco da tecnologia moderna

A Epamig desenvolveu e disponibilizou na internet o Portal Vertical Geosolos, com o objetivo de divulgar os resultados dos projetos de pesquisa desenvolvidos pela equipe de pesquisadores do Laboratório de Geoprocessamento do Centro Tecnológico Sul de Minas. Muitos dos projetos financiados pelo PNP&D/Café estão em destaque no site www.epamig.br/geosolos. O conteúdo é voltado para a utilização de técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto que permitem mapear e caracterizar os ambientes cafeeiros do estado de Minas Gerais. O portal também contém informações relevantes de outras instituições parceiras, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Departamento de Geoprocessamento de Minas Gerais - GeoMinas.

Novo método de colheita e secagem do Café Conilon

Com a perspectiva de agregar qualidade e mais eficiência à produção do café conilon, a pesquisa analisa a viabilidade técnica e econômica de nova tecnologia que alia poda, colheita e secagem em uma mesma operação. O trabalho vem sendo realizado na UFV, em parceria com pesquisadores do Incaper e da Epamig. A idéia é aproveitar a operação de poda, necessária nos ramos produtivos do conilon, para fazer a colheita, sendo transportados para o terreiro os grãos ainda nos ramos.

No terreiro convencional ou no terreiro híbrido - tecnologia que utiliza ar aquecido na secagem -, os ramos amontoados não necessitam de revolvimento, o que reduz o tempo de secagem e, sobretudo, necessidade de mão-de-obra. Com a secagem ainda nos ramos, pequenos produtores deixarão de entregar a produção para secagem por terceiros, prática ainda muito comum neste segmento de cafeicultores. Depois de secos, os ramos são trilhados em operação similar ao feijão.

Resultados preliminares das pesquisas mostram viabilidade técnica para a tecnologia. A partir dos primeiros resultados, esta tecnologia, passa agora pelas análises econômicas e de aplicabilidade.

Multiplicação do conhecimento

Com o objetivo de promover a integração entre agentes do agronegócio café, centrado no atendimento de demandas regionais, e, de ampliar a capacidade de identificação de problemas, o PNP&D/Café apoiou diversas ações de transferência de tecnologia e difusão de tecnologia, com ênfase em palestras, cursos, reuniões, seminários, congressos e dias de campo.

Como exemplo, a Epamig lançou quatro boletins técnicos com ênfase na cultura do café, que relatam o histórico, biologia, danos e métodos de controle de ácaros, cigarras e cochonilhas farinhentas em cafeeiros, além de trazer uma abordagem inédita sobre o uso do silício na nutrição e defesa de plantas.

O Iapar ampliou experimentos e incentivou a adoção do kit-nematóide, tecnologia que indica a viabilidade da cafeicultura em áreas infestadas com nematóide, com testes em cerca de 210 municípios das 10 regiões cafeeiras do Paraná inseridas no programa, que recebe o apoio do PNP&D/Café.

A UFLA, em parceria com o CBP&D/Café publicou o livro “Pós-colheita do Café”, que reúne as experiências e resultados de pesquisas desenvolvidas em 10 instituições de pesquisa e ensino, contemplando tanto a abordagem teórica quanto a prática do processamento de café, com linguagem clara e ilustrativa para ser utilizada como referência por técnicos, estudantes e produtores. Também em 2008, foi lançado pela Embrapa Café o livro “Cultivares de Café - origem, características e recomendações”, que descreve as principais características das cultivares de café disponíveis para plantio trazendo também informações sobre as recomendações do preparo, armazenamento, adubação e tratos culturais.

Entre os eventos, destaque deve ser dado a *22nd International Conference on Coffee Science – ASIC 2008*, realizada em Campinas-SP, de 14 à 19 de setembro de 2008, onde os avanços da pesquisa científica cafeeira, abordados em 371 estudos foram apresentados. O roteiro tecnológico incluiu a visita ao IAC, instituição anfitriã da Conferência, onde os participantes conheceram um dos mais completos bancos de germoplasma e alguns experimentos conduzidos pela equipe multidisciplinar do Centro de Café Alcides Carvalho, com a participação de profissionais de outros centros.

Parque Tecnológico do Café

Em continuidade aos resultados do sucesso obtido nestes 10 anos de criação do Consócio, em 2008 foi criado o “Parque Tecnológico do Café”, na cidade de Varginha - MG, em parceria com a Prefeitura Municipal, o Mapa, a Embrapa, instituições ligadas ao CBP&D/Café e diversos segmentos do agronegócio café.

A implantação do Parque Tecnológico do Café já foi iniciada com o objetivo de ser um instrumento de transferência de tecnologia. Pretende-se dar mais sinergia às ações de pesquisa e desenvolvimento e apoiar a inovação tecnológica no negócio do café no Brasil. Esse Parque também é o local apropriado para a instalação de Empresas de Base Tecnológica, a partir da integração de empresas com tecnologias são geradas pelos pesquisadores e das instituições do CBP&D/Café.

Neste contexto, o café brasileiro apresenta-se com nova imagem, tanto no mercado interno como nos principais países consumidores. A base dessa transformação está no modelo tecnológico focado na sustentabilidade econômica, social e ambiental, gerado e incentivado no âmbito de cada instituição participante. A retomada da produção não está focada apenas em termos quantitativos, como no passado, mas dentro de um novo patamar qualitativo: adoção de variedades resistentes, manejo integrado de pragas e doenças, uso racional do solo, busca contínua pela melhoria da qualidade do café e novas formas de colheita e processamento.

O consumidor de café é cada vez mais valorizado dentro do processo produtivo. Programas para o aumento de consumo, liderados pela Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, recebem o apoio do CBP&D/Café, coordenado pela Embrapa/Café, em pesquisas que desmistificam a imagem do café como vilão da saúde. O Consórcio, atento às exigências do mercado, também apresenta uma nova forma de gerir a produção cafeeira, a partir de um conjunto de diretrizes técnicas que compõem a Produção Integrada de Café - PIC. A norma, já elaborada entregue ao MAPA, favorece a rastreabilidade de toda a cadeia e o desenvolvimento de uma certificação nacional, com princípios que atendam às exigências internacionais e de fácil acesso a pequenos e médios produtores organizados.

Em 2008, CBP&D/Café apoiou mais de 900 ações de transferência e difusão de tecnologia, com ênfase em eventos, que levaram informação e conhecimento a todos os segmentos ligados ao agronegócio café. O balanço destas ações reforça o cumprimento da meta do CBP&D/Café em desenvolver estudos, pesquisas e atividades capazes de dar sustentação tecnológica e econômica à cadeia produtiva do café, no sentido de expandir e consolidar a capacidade de identificação de problemas e geração de alternativas tecnológicas.

Atividade	2004	2005	2006	2007	2008
Concurso	2	0	9	6	7
Congresso	5	7	10	1	4
Curso	18	6	55	20	12
Dia de Campo	18	2	42	21	23
Encontro	9	4	45	26	10
Entrevista Coletiva	3	3	0	2	2
Exposição / Feira	18	5	8	40	7
Fórum	1	1	0	5	1
Palestra	38	47	51	15	47
Reunião	44	20	15	45	44
Seminário	7	7	10	7	6
Simpósio	4	5	6	5	3
Visita Técnica	9	2	1	2	36
Workshop	5	3	7	1	3
Total	181	112	259	190	205

Fonte: Embrapa Café

Em termos gerais, as atividades que mais se destacaram foram palestras, cursos, reuniões e dias de campo. O CBP&D/Café também esteve presente em congressos, simpósios, seminários, workshops e feiras agropecuárias, com grande número de participantes envolvidos. Esses eventos caracterizam-se como ferramenta de integração entre os agentes do agronegócio café, sempre com foco no atendimento das demandas regionais. Nos últimos anos, a multiplicação do conhecimento vem trazendo mudanças para a economia cafeeira nos aspectos de produtividade e sustentabilidade. Em diversas regiões cafeeiras, os eventos, cursos e treinamentos estimulam os produtores a agregarem valor a seus produtos e, muitos deles, já encontram nichos de mercado que garantem mais rentabilidade ao agronegócio, como os cafés certificados. O resultado desse esforço é o reconhecimento do Brasil não apenas como o maior produtor de café do mundo, mas também como país produtor de tecnologias e exemplo de integração entre as instituições de pesquisa.

Os projetos previstos nesta ação, no montante de R\$9.626.416,67 (liquidados) foram assim executados: R\$8.926.416,68 pela Embrapa/Café, R\$399.999,99 pelo CNPQ, por meio de descentralização de recursos, e R\$300.000,00 pela SEAB – PR, através de Convênio. O referido montante foi aplicado de acordo com as seguintes naturezas de despesas:

PTRES	Órgão	Natureza da Despesa	Emissão de Empenhos R\$	Reforço de Empenhos R\$	Anulação de Empenho R\$	Empenhos Emitidos R\$	Empenhos a Liquidar R\$	Empenho Liquidado R\$	Valores Pagos R\$	Restos a Pagar R\$
001600	Embrapa	333039	574.888,00			574.888,00		574.888,00	131.169,00	443.719,00
		333041	263.055,00			263.055,00		263.055,00	263.055,00	0,00
		335041	8.444.732,00	1.600.000,00	5.000.000,00	5.044.732,00		5.044.732,00	5.044.732,00	0,00
		339014	134.824,70	612,13	21.824,18	113.612,65	1.343,10	112.269,55	111.929,55	340,00
		339030	345.423,58		161.336,51	184.087,07	3.000,00	181.087,07	174.467,29	6.619,78
		339033	142.008,09		1.971,61	140.036,48		140.036,48	140.036,48	0,00
		339035	12.800,00			12.800,00		12.800,00	12.800,00	0,00
		339036	275.665,85		132.946,37	142.719,48		142.719,48	142.719,48	0,00
		339037	745.444,35		297.810,25	447.634,10		447.634,10	444.201,84	3.432,26
		339039	1.133.119,78	1.847,23	147.163,37	987.803,64	38,77	987.764,87	957.355,25	30.409,62
		339047	12.504,47		4.856,11	7.648,36		7.648,36	7.648,36	0,00
		339139	12.087,63		158,30	11.929,33		11.929,33	11.929,33	0,00
		443052	653.300,00		0,00	653.300,00		653.300,00	315.000,00	338.300,00
		449052	390.795,90		44.243,46	346.552,44		346.552,44	58.350,42	288.202,02
Total I			13.140.649,35	1.602.459,36	5.812.310,16	8.930.798,55	4.381,87	8.926.416,68	7.815.394,00	1.111.022,68
001600	CNPQ	339020	400.000,99	0,00	1,00	399.999,99	0,00	399.999,99	0,00	399.999,99
Total II			400.000,99	0,00	1,00	399.999,99	0,00	399.999,99	0,00	399.999,99
001600	SEAB-PR	333041	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Total III			300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Total geral			13.840.650,34	1.602.459,36	5.812.311,16	9.630.798,54	4.381,87	9.626.416,67	7.815.394,00	1.811.022,67

Fonte: Funcafé/DCAF

Com relação aos gastos supramencionados, cabe ressaltar que todos os projetos foram realizados com critério e acompanhados diligentemente, uma vez que foram analisados, discutidos e aprovados em reuniões formais do Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CDPD/Café.

Os preços e custos foram analisados e compatibilizados, por ocasião da apreciação das propostas de projetos e subprojetos pelos Comitês dos Núcleos de Referência, que avaliam os projetos e subprojetos de pesquisa e estudos, a promoção do intercâmbio técnico, a orientação e a congregação entre os pares, a consolidação das propostas, a aprovação técnica e a recomendação financeira dos projetos e estudos, bem como o acompanhamento dos trabalhos e a avaliação dos resultados; e Comissão Técnica do Programa Café - CTP/Café, que supervisiona e orienta os Comitês de Pesquisa e respectivos Núcleos de Referência, priorizando os projetos e estudos, a consolidação financeira, técnica e administrativa do PNP&D/Café.

Embora constituam importante fonte financiadora, os recursos destinados pelo Funcafé não são a única base de sustentação do PNP&D/Café. Os recursos humanos e laboratoriais das instituições consorciadas representam o grande alicerce para execução do programa de pesquisa.

Um estudo realizado pela Embrapa Café demonstrou que a contrapartida das instituições consorciadas, ao disponibilizar os pesquisadores de seus quadros, profissionais nas áreas técnica e administrativa, além da infra-estrutura laboratorial e de campo, é nove vezes superior ao recurso aplicado para o custeio das atividades.

Uma vez consolidada a parceria no âmbito do CBP&D/Café, a obtenção de recursos de outras fontes financiadoras foi facilitada. No período entre 2004 e 2008, diversos projetos de pesquisa foram apresentados e aprovados por fundações estaduais de pesquisa e fundações de apoio, entre elas, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig, Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, Fundação de Administração e Pesquisa Econômico-Social - Fapes, Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e Banco do Nordeste. O total de recursos desta natureza é compatível com o total de recursos do Funcafé destinado para custeio e investimento em pesquisa.

Alguns exemplos de captação de recursos em fontes financiadoras públicas são os projetos de Genoma Funcional do Cafeeiro, Análise Proteômica do Café e Café Descafeinado, aprovados pela Finep e que receberam, no período, valores superiores a R\$ 5 milhões. A Fapemig investiu em estudos de biotecnologia, pragas e na formação do Banco de Germoplasma de Café do Estado de Minas Gerais, que foi instalado na Fazenda Experimental de Patrocínio, da Epamig, e também na estruturação da Produção Integrada do Café - PIC. A Embrapa, através do Sistema Embrapa de Gestão – SEG, financiou projetos em biotecnologia do cafeeiro, que envolveram valores superiores a R\$ 1 milhão.

A captação de recursos no exterior, por meio de projetos em parceria com instituições de outros países, também já é uma realidade no CBP&D/Café - exemplos são os projetos de estudos genéticos e moleculares relacionados à expressão gênica da tolerância à seca em *Coffea canephora*, que recebe recursos da Comunidade Européia, e o projeto sobre Melhoria da Qualidade do Café pela Prevenção da Formação de Fungos, financiado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO.

Nesse contexto, o papel da Embrapa Café, como coordenadora do CBP&D/Café, é de informar sobre as oportunidades de financiamento externo e aglutinar competências para o desenvolvimento das propostas de projetos.

Os valores gastos foram adequados a parâmetros competitivos de mercado, e obedeceram aos respectivos Planos de Trabalho, devidamente aprovados pela Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/MAPA.

No tocante aos recursos materiais e humanos envolvidos nesta ação, é de se ressaltar que num mundo em que tecnologia, conhecimento e integração estão cada vez mais presentes nas organizações, é de suma importância para a cafeicultura brasileira a idéia de se reunir instituições em prol da organização e fortalecimento da pesquisa cafeeira, oficializada com a criação do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café para execução do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café PNP&D/Café, sob a coordenação da Embrapa/MAPA, que contempla atualmente mais de 60 instituições, investimentos contínuos e direcionados, com o empenho de mais de 1500 pesquisadores científicos, professores, extensionistas, estudantes de graduação e pós-graduação, bolsistas e estagiários.

O CBP&D/Café concede cerca de 259 bolsas de desenvolvimento em pesquisa, propiciando a capacitação técnica de estudantes de graduação e pós-graduação, nas universidades e instituições consorciadas. Os recursos humanos qualificados ampliam a capacidade dos professores e pesquisadores no desenvolvimento de pesquisas e na geração de novos conhecimentos. Muitos profissionais recém-formados tiveram, nesse apoio, o aporte necessário para sua formação, especialização e conquista de novos postos de trabalho no ramo da ciência e tecnologia.

Todos os procedimentos adotados pela Embrapa Café foram de acordo com a legislação vigente, não tendo sido detectado no exercício erros de avaliação ou de conduta por parte dos órgãos controladores.

É de se destacar a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados, que a partir da criação do CBP&D/Café, proporcionou a aproximação e integração das equipes de pesquisadores das várias instituições e dos diversos segmentos da cadeia agroindustrial do café. Como consequência dessa parceria, foram otimizadas as aplicações de recursos, ganhou-se mais representatividade e avanços sobremaneira na qualidade dos resultados.

A participação no Consórcio tem sido importante na consolidação dos diversos grupos de pesquisa das instituições consorciadas, garantindo recursos financeiros para a execução de projetos de pesquisa e concedendo bolsas para a graduação e a pós-graduação. Essa atuação, por meio do aporte de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, tem contribuído para induzir e fomentar a ciência, tecnologia e inovação em cafeicultura, possibilitando a condução de um dos maiores programas de P&D em café no mundo e garantindo a formação de recursos humanos especializados para a cafeicultura nacional, preparando profissionais mais capacitados para o futuro do agronegócio. Assim, o Brasil só se manterá competitivo no agronegócio do café se continuar investindo na geração de tecnologia e na formação de profissionais competentes para o setor.

As despesas com diárias e passagens consumidas no exercício (valores liquidados) vinculadas a esta Ação, importaram em R\$ 252.306,03, sendo R\$ 112.269,55 referentes à diárias e R\$ 140.036,48 , destinados à despesas com passagens.

A descentralização de recursos efetuada pela Embrapa para atender despesas com custeio, máquinas, equipamentos e benfeitorias do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café, para cada Região e Unidade da Federação - UF, encontra-se a seguir:

Região / UF	2008 (R\$)
Centro-Oeste	2.747.733,68
Distrito Federal	2.747.733,68
Nordeste	9.026,00
Bahia	9.026,00
Norte	90.316,00
Acre	10.100,00
Amapá	-
Pará	-
Rondônia	80.216,00
Sudeste	3.576.566,00
Espírito Santo	343.718,00
Minas Gerais	1.994.496,00
Rio de Janeiro	212.233,00
São Paulo	1.026.119,00
Sul	502.775,00
Paraná	502.775,00
Várias UF (bolsas)	2.000.000,00
Total	8.926.416,68

Fonte: Embrapa Café

Esta Ação é executada pelo CBP&D/Café, coordenado pela Embrapa/Café, e congrega mais de 60 instituições de pesquisa, com o empenho de mais de 1500 pesquisadores científicos, professores, extensionistas, estudantes de graduação e pós-graduação, bolsistas e estagiários.

Uma das vantagens dessa descentralização é promover a integração entre os segmentos da cafeicultura nacional, sempre com foco no atendimento das demandas regionais. Nos últimos anos, a multiplicação do conhecimento vem trazendo mudanças para a economia cafeeira nos aspectos de produtividade e sustentabilidade, o que estimula os produtores a agregarem valor a seus produtos e, muitos deles, já encontram nichos de mercado que garantem mais rentabilidade ao negócio. Até agora, tais descentralizações não apresentaram desvantagens para a realização desta ação.

No tocante aos critérios utilizados para a análise e aprovação dos repasses de recursos, a Embrapa, como coordenadora do CBP&D/Café, recebe as propostas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Transferência de Tecnologia - TT por meio de editais públicos ou chamadas de projetos, em áreas estratégicas que constituem os focos temáticos do Programa, para seleção e concessão de apoio financeiro para a execução dos projetos temáticos, deixando a cargo do Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CDPD/Café o direcionamento sobre os focos das pesquisas em café e a prerrogativa do Conselho Deliberativo da Política de Café - CDPC para aprovação final (homologação) dos projetos.

Com base na programação dos projetos aprovados, é incluída no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA o montante de recursos para a sua execução, que a cada exercício está sujeito a contingenciamento, em razão dos limites orçamentários constantes dessa LOA. Definido o valor da ação, são realizados os devidos ajustes da programação anteriormente aprovada, e apresentado pela Embrapa à SPAE/MAPA os Planos de Trabalho específicos, de acordo com o cronograma da pesquisa. Após a aprovação do referido Plano, a SPAE fica no aguardo da liberação dos limites para empenho e pagamento para que sejam feitas as respectivas Notas de Movimentação de Créditos - NCs e repasses dos recursos à Embrapa/Café.

Até o momento, os recursos repassados à Embrapa/Café não apresentaram problemas em relação à inadimplência. Portanto, não houve necessidade por parte da gerência da ação tomar qualquer providência a respeito.

No tocante a situação das prestações de contas de convênios da Embrapa, como tais convênios são firmados entre aquela empresa e os diversos parceiros da ação, a contabilização desses convênios e suas prestações de contas é de sua responsabilidade e não da SPAE. O mesmo caso se aplica ao CNPQ.

Com relação ao Convênio firmado pelo Funcafé diretamente com a SEAB-PR, informamos que somente em 2009 começarão a vencer as respectivas prestações de contas.

- **Metas e resultados da ação no exercício**

Meta	Previsão R\$	Execução R\$	Execução/previsão %
Financeira – Embrapa/Café	9.437.901,00	8.926.416,68	94,58
Financeira – CNPQ	400.000,00	399.999,99	100,00
Financeira – SEAB - PR	300.000,00	300.000,00	100,00
Total I	9.837.901,00	(*) 9.626.416,67	94,80
Física - Embrapa/Café	198	83	41,91
Física – CNPQ	1	1	100,00
Física – SEAB - PR	1	0	
Total II	200,00	84,00	42,00

Fonte: Funcafé/DCAF- (*) Valores descentralizados para a Embrapa/Café e CNPQ e Convênio com a SEAB - PR

Em relação às metas físicas, foram implementados pela Embrapa/Café 83 projetos e 1 pelo CNPQ, totalizando 84 projetos dos 200 previstos para 2008. Tendo em vista problemas ocasionados pelo Banco do Brasil S/A, não foram repassados, até 31.02.08, os recursos financeiros destinados à SEAB-PR, fato esse que impediu a implementação física do seu projeto de pesquisas até aquela data.

Em 2008, a ação de pesquisa, executada por meio do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café, congregou mais de 60 instituições de Pesquisa, Ensino e Extensão Rural responsáveis pela execução direta das ações de P&D, Difusão e Transferência de Tecnologia - DTT, estrategicamente localizadas em relação às principais regiões do agronegócio café, as quais trabalham reunidas por um modelo pluralista, democraticamente participativo, com coordenação em nível nacional e execução descentralizada.

2.3.2.1.2. Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem vinculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DCAF/SPAE/MAPA
Coordenador nacional da ação	Cláudia Marinelli
Unidades executoras	130137- Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/MAPA
Área responsável por gerenciamento ou execução da ação	CGPE/DCAF/SPAE/MAPA
Competência Institucional requerida para a execução da ação	Coordenador-Geral – Portaria nº 81, de 15 de maio de 2007, DOU de 16 de maio de 2007.

Fonte: Funcafé/DCAF

Resultados e Avanços obtidos

Os projetos e ações de publicidade e promoção dos Cafés do Brasil são desenvolvidos no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, por intermédio da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, e em parceria com as instituições do setor cafeeiro, têm como objetivo promover, incentivar e ampliar o consumo de café, bem como realizar pesquisas e estudos dirigidos à produção de subsídios para política de comercialização voltada para a conquista de novos consumidores.

Todas as atividades conjugadas visam direta e indiretamente informar e orientar os agentes do agronegócio café sobre as vantagens comparativas do produto brasileiro em relação aos demais concorrentes, os benefícios do consumo moderado de café à saúde humana, bem como os benefícios reais que o produto e a cafeicultura tem proporcionado ao país, ao longo de sua história, e também dos ganhos econômicos e sociais.

Esta ação, em 2008, viabilizou um trabalho abrangente de publicidade dos Cafés do Brasil que resultou na campanha “Café é Saúde”, desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social – ACS/GM/MAPA, assim como a realização de exposição temática no Museu do Café, em Santos-SP, concursos de qualidade do café e da pesquisa tendências do consumo de café.

Os Concursos de Qualidade, por exemplo, têm sido uma ferramenta importante para gerar mobilização dos cafeicultores e suas comunidades, no sentido de incentivar a melhoria na qualidade do café para

agregar valor ao produto e impulsionar os ganhos do setor, garantindo mais satisfação do consumidor e o crescimento e desenvolvimento da cultura cafeeira no país.

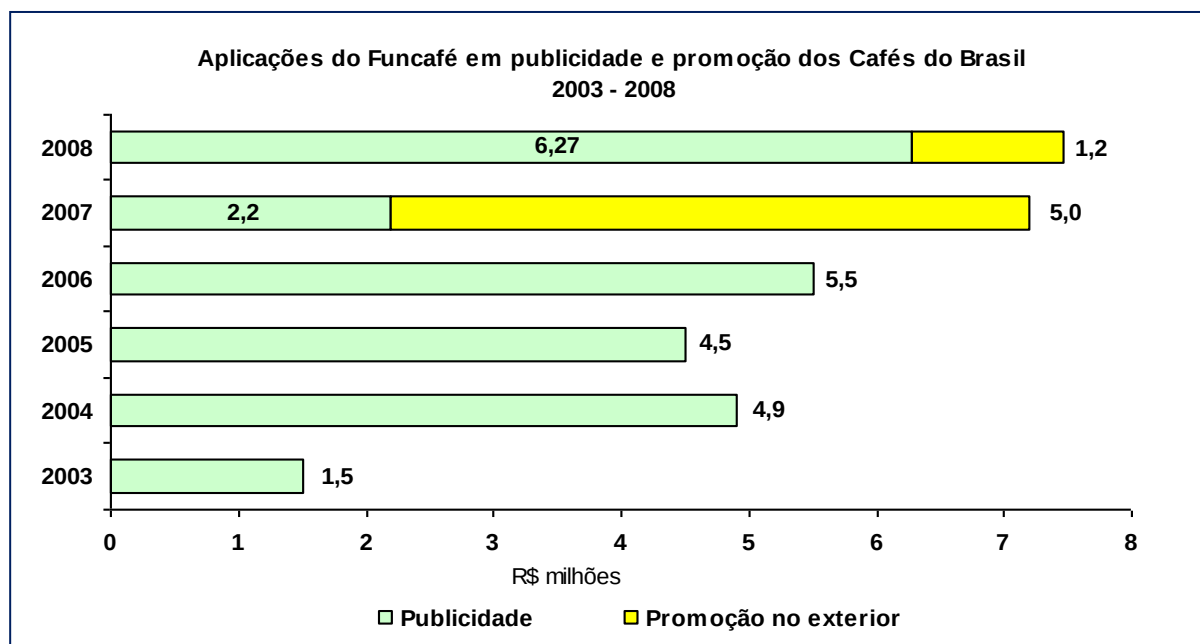
Desde o início da década de 90, os produtores brasileiros têm adquirido conhecimentos sobre as melhores técnicas de produção de grãos de alta qualidade, seja utilizando-se de tecnologias inovadoras, seja pela adoção de práticas corretas de colheita, preparação e armazenamento do café – o valor agregado desses cafés representa, portanto, o estímulo mais adequado para esses produtores sejam recompensados por seus investimentos e esforços na obtenção da qualidade do produto que será oferecido ao consumidor.

Em relação ao consumo interno brasileiro de café, vem crescendo de forma acentuada nos últimos anos. De acordo com o último levantamento da Associação Brasileira da Indústria de Café – ABIC divulgado em 19 de março de 2009, no período entre novembro/2007 e outubro/2008, registrou-se o consumo de 17,66 milhões de sacas de 60 kg, que representou acréscimo de 3,21% em relação ao período anterior correspondente (novembro/2006 a outubro/2007), que havia sido de 17,11 milhões de sacas. Isto significa que o país ampliou seu mercado interno de café em 550 mil sacas nos 12 meses considerados.

O resultado do consumo de 17,66 milhões de sacas representou 38,4% da safra colhida em 2008, que foi de 45,99 milhões de sacas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab.

Já o consumo *per capita* foi de 5,64 kg de café em grão cru ou 4,51 kg de café torrado, quase 76 litros para cada brasileiro por ano, registrando uma evolução de 2% em relação ao período anterior, o que confirma a constatação da pesquisa “Tendências do Consumo do Café no Brasil em 2008”, realizada com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé/MAPA, de que os consumidores estão consumindo mais xícaras de café por dia.

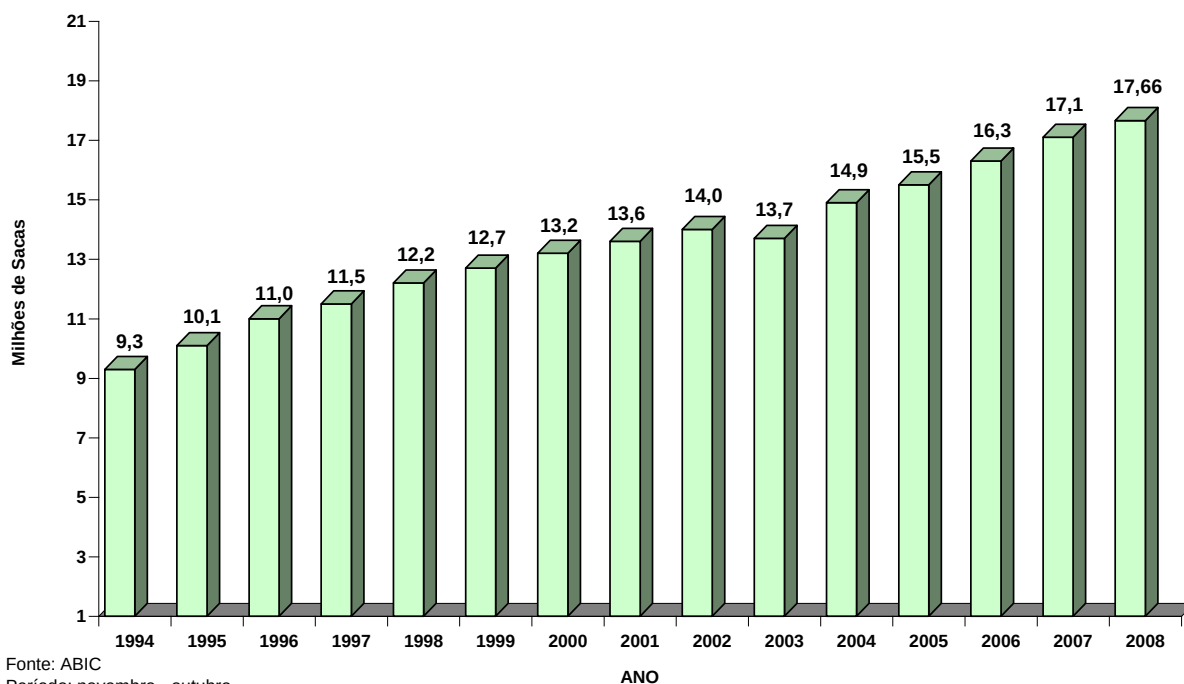
No Brasil, o consumo interno evoluiu 28,96% desde 2003, de 13,7 milhões de sacas para os atuais 17,66 milhões. O mercado brasileiro também representa 13,8% da demanda mundial. Atribui-se esse aumento também aos investimentos do Funcafé em publicidade e promoção dos Cafés do Brasil que, conjugando esforços com as empresas privadas do setor cafeeiro, têm sido fundamentais para assegurar a expansão do consumo de café.



Fonte: Funcafé/DCAF

O gráfico a seguir demonstra a evolução do consumo interno de café no Brasil no período de 1994 à 2008, sinalizando a tendência de crescimento para os próximos anos.

Evolução do consumo interno de café no Brasil



Os projetos previstos nesta Ação, no montante de R\$ 6.275.988,00, foram realizados pela agência de publicidade contratada por este Ministério, SLA Propaganda Ltda., e por meio de convênios celebrados entre a Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/MAPA e entidades representativas da cafeicultura nacional. Referido montante foi aplicado de acordo com as seguintes naturezas de despesa:

PTRES	Natureza da Despesa	Emissão de Empenhos R\$	Reforço de Empenhos R\$	Empenhos emitidos R\$	Empenhos Liquidados R\$	Valores Pagos R\$	Restos a Pagar R\$
001598	335039	447.188,00	0,00	447.188,00	447.188,00	447.188,00	0,00
	335041	220.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	339039	2.000,00	5.826.800,00	5.828.800,00	5.828.800,00	339.124,79	5.489.675,21
Total		669.838,00	5.826.800,00	6.275.988,00	6.275.988,00	786.312,79	5.489.675,21

Fonte: Siafi Gerencial

A Ação Publicidade de Utilidade Pública, constante do Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, é executada no âmbito do Departamento do Café - DCAF, da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, como uma das prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC. Referido Programa tem por objetivos formular as bases de um elenco consistente e ordenado de ações que criem uma imagem positiva do café brasileiro, consolidem e ampliem os negócios com o café no mercado interno, em todas as suas formas, garantam visibilidade e traduzam

excelência dos produtos e dos fornecedores nacionais, além do aumento permanente do consumo interno, permitindo a conquista contínua de novos consumidores, criando e estimulando a formação de novos canais de distribuição e apoiando o aperfeiçoamento da qualidade do produto e o seu valor agregado.

Neste sentido, o Funcafé, no âmbito do supracitado Programa, apoiou a realização de vários projetos previstos nesta ação de publicidade, a saber:

- **Campanha “Café é saúde”:** com abrangência nacional, a campanha “Café é saúde” foi desenvolvida pela SLA Propaganda Ltda, agência de publicidade contratada pelo Mapa, e aprovada pela Secretaria de Comunicação Social - Secom, da Presidência da República, com o objetivo de informar e conscientizar a população sobre as vantagens do consumo moderado e regular do café à saúde humana, além de estimular o interesse pelo produto. O “Super Café” é o personagem central desta campanha de utilidade pública, lançada por este Ministério em dezembro de 2008. Voltada para o público jovem, as peças promocionais divulgaram as vantagens do café como bebida saudável, quando consumida de forma moderada, que pode prevenir doenças como a depressão, suicídio, obesidade, melhorar a concentração e o desempenho de atletas, ajudar a memória, entre outros benefícios. Referida campanha contou com a produção de um filme de curta duração de 30’ veiculado em TV aberta e por assinatura, em cinemas das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza e Recife, onde o “Super Café” aparece para ajudar jovens que precisam se concentrar nos estudos, aperfeiçoar a forma física ou conter a fadiga por esforços continuados, como é o caso dos atletas. E, ainda, com peças publicadas nas revistas VEJA, Época, Isto É, Carta Capital, Caras, Capricho, Superinteressante, Jornal do Café e Revista da Associação Médica Brasileira, outdoor, busdoor, Internet, metrô e distribuição de folhetos com conteúdo informativo e educativo.



- **Exposição “A Trajetória das Correntes Imigratórias no Brasil - Japoneses, Italianos, Espanhóis e Austríacos - As Fazendas e a Contribuição na Cafeicultura”** (Associação dos Amigos do Museu dos Cafés do Brasil): em continuidade às comemorações ao Centenário da Imigração Japonesa, o Museu do Café, em Santos-SP, organizou a exposição “A Trajetória das Correntes Imigratórias no Brasil - japoneses, italianos, espanhóis, alemães e austríacos - as fazendas e a contribuição na cafeicultura”, com o objetivo de resgatar, preservar e divulgar a memória histórica, social e cultural dos imigrantes que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da cultura cafeeira no país, através de imagens, totens de consulta, objetos, documentos, dados estatísticos e depoimentos, abordando a chegada pioneira dos grupos imigratórios vindos desde meados do século XIX para o trabalho na lavoura cafeeira.

- 7º Concurso Estadual de Qualidade do Café de São Paulo e 6ª Edição Especial dos Melhores Cafés de São Paulo** (Sindicato da Indústria de Café do Estado de São Paulo - Sindicafé-SP): esse concurso foi disputado pelos lotes de cafés vencedores de concursos regionais do Estado de São Paulo que, ao todo, receberam 1.027 amostras. Dos lotes premiados nesses eventos regionais foram inscritas no estadual, por 14 associações, cooperativas e sindicatos, o total de 67 amostras na categoria Café Natural e 43 na categoria Cereja Descascado. Uma equipe de jurados, integrada por profissionais de prova e classificação, selecionou as cinco amostras de café premiadas em cada uma das categorias. Posteriormente, esses cafés foram leiloados por representantes de torrefações, individualmente ou em consórcio, que deram seus lances após prova cega (sem identificação do produtor ou região), resultando no ranking final. Os vencedores foram divulgados na cerimônia realizada no Museu do Café, em Santos-SP - o produtor campeão da categoria Cereja Descascado foi Homero Teixeira de Macedo Junior, da Fazenda Recreio, de São Sebastião da Gramma - SP, cujo lote foi arrematado em leilão pelas torrefadoras Café Serra da Gramma e Press Café pelo valor de R\$ 1.280,00 a saca. E na categoria Café Natural, o campeão foi Fernando Loureiro, do Sítio Árvore da Vida, de Torrinha - SP – o lote foi comprado no leilão por R\$ 870,00 a saca pelas empresas Café Morro Grande e Café Cassiano. E a 6ª Edição Especial dos Melhores Cafés de São Paulo foi realizada em 19/12/2008, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo-SP, e apresentou os lotes de 10 sacas de café de 60 kg vencedores do 7º Concurso Estadual em embalagens sofisticadas e numeradas que, posteriormente, esteve à disposição dos consumidores em supermercados e lojas gourmet.
- 9º Concurso de Qualidade Cafés do Brasil e Leilão *Cup of Excellence*** (Associação Brasileira de Cafés Especiais - BSCA): o concurso de Qualidade de Cafés do Brasil foi criado com o objetivo de promover e divulgar os Cafés do Brasil no exterior e, ao mesmo tempo, para premiar os produtores que produzem cafés de alta qualidade. A nona edição desse concurso teve 273 amostras inscritas - foram pré-selecionadas 102 amostras que passaram pelo crivo do júri nacional e, desse total, apenas 43 seguiram para a fase internacional, que selecionou os 23 lotes finalistas. Todas as etapas foram realizadas no Centro de Excelência de Café do Sul de Minas - CEC, em Machado-MG. Os membros do júri internacional foram profissionais de compra de lojas e torrefadoras de diversos países. Após o encerramento do 9º Concurso, os lotes selecionados foram vendidos aos compradores do Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia através do leilão *Cup of Excellence Brazil*, via Internet, realizado em parceria com a *Alliance for Coffee Excellence* - ACE, em 13/1/ 2009 – esse leilão confirmou a preferência dos japoneses pelos cafés especiais brasileiros - dos 23 lotes finalistas, 18 foram arrematados por compradores do Japão. O lote de 22 sacas do 1º colocado no concurso, do produtor Ralph de Castro Junqueira, de Carmo de Minas-MG, foi adquirido pelas empresas *Maruyama Coffee*, *Orsir Coffee* e *Intelligentsia Coffee Roasters and Cafe Imports* por US\$ 26,336.42; o lote de 36 sacas do 2º colocado, do produtor Homero Teixeira de Machado Junior, de São Sebastião da Gramma - SP, foi arrematado pela *Nippon Coffee Trading* por US\$ 30,238.60; e lote de 19 sacas do 3º terceiro colocado, do produtor Antônio Márcio Pereira de Castro, de Carmo de Minas-MG, foi comprado pela *UCC Ueshima Coffee* por US\$ 22,745.09.
- Pesquisa Nacional para Identificação das Tendências do Consumo de Café - Edição 2008** (Sindicato da Indústria de Café do Estado de São Paulo - Sindicafé-SP): essa pesquisa tem como objetivo principal monitorar o mercado de consumidores de café no país, em suas diferentes versões, a fim de estimular o consumo do café e descobrir novos nichos e /ou oportunidades de mercado, bem como identificar subsídios para manter fortalecido o setor cafeeiro nacional. Trata-se de uma pesquisa quantitativa que abrange todas as classes sociais, os tipos de café consumido, locais de consumo, frequência, quantidade e modo de preparo, a fim de oferecer um panorama sobre os hábitos e atitudes dos consumidores. Em 2008 foram realizadas 2.173 entrevistas pessoais e domiciliares nas capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Belém, Goiânia, Brasília; nas cidades de Juiz de Fora - MG, Sorocaba-SP, Joinville-SC e Campina Grande-PB; e em quatro cidades rurais –

Três Cachoeiras - GO; Morungaba - SP, Lamarão - BA e Bom Princípio - RS. E as conclusões foram as seguintes:

- houve aumento do consumo de café na população como um todo, exceto nas cidades rurais, com destaque para os jovens, o que contribui para o rejuvenescimento da base de consumidores;
- razões ligadas a viciar, dar dor de cabeça e não gostar do sabor são os principais motivos para não consumir café;
- aumento expressivo da penetração de café em todas as classes sociais e faixas etárias, em cinco anos;
- a Classe C vem mudando os seus hábitos – diminuiu o consumo de água, leite e suco natural e aumentou o consumo de café, achocolatados, suco pronto e bebidas alcoólicas;
- ainda permanece a percepção de que, se há algum substituto para o café no futuro, serão os sucos, chás e leite;
- o principal motivador de consumo de café continua sendo o hábito adquirido desde criança (tradição familiar);
- a restrição ao consumo por crianças pequenas existe, mas a principal razão é mais pela falta de hábito e menos por ser prejudicial à saúde; a propensão dos consumidores a aumentar ou a consumir café na mesma quantidade se mantém, mostrando amadurecimento do mercado;
- o índice de menções relativas à saúde humana aumenta como principal motivo para diminuição do consumo, mostrando a necessidade de uma campanha educativa sistemática sobre os benefícios do café;
- no ranking de importância a marca habitual, qualidade e preço são os principais determinantes de compra do café – a marca é mais valorizada no Sudeste, Classes A e B; a qualidade no Centro-Oeste; e preço nas cidades menores;
- considerando todos os tipos de café, os expresso, capuccino e especiais vem ganhando espaço no mercado consumidor;
- a cada medição, percebeu-se que o costume de tomar café fora de casa vem aumentando gradativamente no mercado em geral – houve um aumento de 42% de consumidores em relação a 2007 que estão tomando também café fora de casa; e dobrou o consumo da Classe C fora de casa em cinco anos;
- o mercado brasileiro apresentou crescimento no consumo de café, e uma diminuição no índice de abandono na bebida, representando um aumento de penetração da ordem de 5%;
- o consumo de café é quase sempre associado a sensações positivas como anima, levanta, liga, melhora o humor e a concentração;
- identificou-se um mercado bastante maduro e aberto a lançamentos e inovações em termos de tipos de produtos, embalagens, formas de preparo e de consumo.

Esta pesquisa é realizada desde 2004 com o apoio do MAPA/Funcafé e todos os estudos encontram-se disponíveis no site www.agricultura.gov.br – link Agronegócio Café / Promoção e Marketing.

Em relação aos gastos desta Ação, cabe destacar que todos os projetos mencionados anteriormente foram realizados com critério e acompanhados diligentemente, uma vez que foram analisados, discutidos e aprovados em reuniões formais do Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café - CDPM/Café e homologados pelo Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC, ambos constituídos por representantes do governo e de entidades do setor cafeeiro.

Os parceiros não-governamentais da cafeicultura nacional, que têm assento no CDPC, na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas, têm superado as expectativas, seja por meio das contrapartidas dos convênios, bem como pelo interesse demonstrado nas reuniões do CDPM/Café e do referido Conselho, onde as discussões sobre as ações de publicidade e promoção dos Cafés do Brasil fornecem idéias interessantes e sugestões inovadoras.

Nesse sentido, os critérios utilizados para a análise e aprovação do repasse de recursos da Ação Publicidade de Utilidade Pública, tanto nas fases de concepção como de avaliação dos resultados, foram amplamente discutidos no âmbito do CDPM/Café, que também conta com a participação de representante da Assessoria de Comunicação Social deste Ministério - ACS/GM/MAPA.

Quanto aos convênios, foi realizado o acompanhamento para verificar se o objetivo e as metas constantes de cada Plano de Trabalho foram devidamente executadas, conforme dispõe o CAPÍTULO V – Do ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO, artigos 51 a 55, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008, e Portaria MAPA nº 607, de 8 de dezembro de 1996. Nesse caso, um servidor, devidamente designado por meio de Portaria da SPAE/MAPA publicada no Boletim de Pessoal deste Ministério, emite o relatório de acompanhamento do respectivo convênio. Posteriormente, as prestações de contas desses convênios são analisadas no âmbito da Coordenação de Apoio Operacional - CAO/SPAE.

Em relação aos preços e custos incorridos e despesas realizadas para os projetos executados por intermédio de celebração de convênios, recomendou-se às entidades conveniadas, por meio de Ofício expedido pela SPAE/MAPA, que todos os preços dos produtos e/ou serviços fossem adquiridos com base na Lei de Licitações nº 8.666/, que trata de processo licitatório, bem como que fosse cumprido o disposto no Decreto nº 6.170/07 e Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/08, que dispõem sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios.

Quanto às despesas realizadas por meio da agência de publicidade para o desenvolvimento e veiculação da campanha “Café é Saúde”, a Portaria SPOA/MAPA nº 110, de 10 de setembro de 2008, publicada no Boletim de Pessoal CGRH/SPOA/SE/MAPA nº 25, de 10 de setembro de 2008, designou servidoras lotadas na Assessoria de Comunicação Social - ACS/GM/MAPA para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato celebrado entre o MAPA e empresa SLA Propaganda Ltda.

Não houve dificuldades na implementação e execução dos projetos realizados no âmbito desta ação por meio de convênios, tendo em vista que as entidades cumpriram os normativos que regem essa matéria, o que permitiu o alcance de todos os objetivos e metas desses convênios celebrados com a SPAE/MAPA.

Assim, os investimentos em publicidade e promoção dos Cafés do Brasil efetuados pelo MAPA/Funcafé e entidades do setor cafeeiro têm sido fundamentais para continuar alavancando o crescimento do consumo no Brasil, por meio de apoio a concursos de qualidade, realização de exposições, pesquisas e campanhas educativas com o objetivo de informar e conscientizar a população sobre as vantagens do consumo moderado e regular do café à saúde humana, além de estimular o interesse pelo produto.

O montante das despesas, em vulto orçamentário e financeiro para o atingimentos das metas vinculadas à ação está assim discriminado:

Categorias	2008 R\$
Exposição Temática; Concurso de Qualidade; Pesquisa Consumo	447.188,00
Campanha informativa e educativa	5.828.800,00
Total	6.275.988,00

Fonte: Funcafé/DCAF

Cabe ressaltar que não se aplicam à ação Publicidade de Utilidade Pública, conforme consta do Siafi Gerencial, gastos com diárias e passagens.

Com referência aos recursos transferidos (despesa liquidada) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental por tipo de conveniente, está devidamente descrito na parte A do Anexo II, Quadro II.A.3 Transferências (convênios e outros tipos), desta Tomada de Contas.

- **Metas Físicas e Financeiras**

Meta	Previsão R\$	Execução R\$	Execução/previsão %
Financeira	6.400.000,00	6.275.988,00	98
Física	Não se aplica	5 eventos	Não se aplica

Fonte: DCAF/SPAE

2.3.2.1.3. Ação 2C94 - Promoção do Café Brasileiro no Exterior

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Formular as bases de um elenco consistente e ordenado de ações que criem uma imagem positiva do produto brasileiro, consolidar e ampliar o agronegócio café nos mercados externos, em todas as suas formas, garantir visibilidade e traduzir em excelência dos produtos e dos fornecedores nacionais; promover a expansão permanente do consumo, permitindo a conquista contínua de novos consumidores, criando e estimulando a formação de novos canais de distribuição e apoio e aperfeiçoamento da qualidade do produto e seu valor agregado, incrementando as exportações brasileiras de café conseqüente geração de mais divisas para o país.
Descrição	Participação em eventos promocionais como feiras de alimentos e bebidas, programas de degustação de cafés brasileiros, concursos de qualidade, seminários e workshops.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DCAF/SPAE/MAPA
Coordenador nacional da ação	Cláudia Marinelli
Unidades executoras	130137- Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/MAPA
Área responsável por gerenciamento ou execução da ação	CGPE/DCAF/SPAE/MAPA
Competência Institucional requerida para a execução da ação	Coordenador-Geral- Portaria nº 81, de 15 de maio de 2007, DOU de 16 de maio de 2007

Fonte: Funcafé/DCAF

Resultados e Avanços obtidos

Os projetos e ações de promocionais dos Cafés do Brasil são desenvolvidos no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, por intermédio da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, e em parceria com as instituições do setor cafeeiro, têm como objetivo promover, incentivar e ampliar o consumo de café no mercado externo, além de reforçar a posição brasileira como fornecedor de cafés de qualidade e, assim, criar uma imagem altamente positiva que se reflete em melhores preços, aceitação de todos os tipos de café produzidos e conquista de novos mercados, além de ampliar a geração de divisas e de empregos diretos indiretos no setor.

Em 2008, esta ação possibilitou a participação e promoção dos Cafés do Brasil em feira internacional de cafés especiais, realização do projeto vendedor e do programa de degustação dos cafés brasileiros (solúvel).

O programa de degustação, por exemplo, é um modelo de ação de promoção dos cafés industrializados brasileiros, comercializados nos mercados internacionais, em redes de varejo, gastronomia e hotelaria e em eventos. Está relacionado à divulgação junto aos consumidores internacionais, oferecendo-lhes a oportunidade de provarem, apreciarem e adquirirem o nosso produto, tudo colaborando para consolidar o posicionamento dos Cafés do Brasil e estabelecer o hábito de consumi-los. É objetivo principal, igualmente, criar as condições para a divulgação da marca Cafés do Brasil e do país, com grande visibilidade, junto aos estabelecimentos de grandes redes varejistas mundiais, onde a frequência diária de consumidores é muito significativa.

E, ainda, agrega como vantagem, além da contrapartida significativa do setor privado, a sua capacidade operacional e de rápida mobilização, a abrangência e a simultaneidade de ações em diferentes países e regiões geográficas, o que se traduz, no médio prazo, numa ampla, eficiente e econômica ação de recuperação da imagem positiva e de excelência dos cafés brasileiros.

As exportações brasileiras de café chegaram a 29,5 milhões de sacas de 60 kg em 2008, com faturamento de US\$ 4,73 bilhões e os principais destinos das exportações brasileiras de café verde foram Alemanha, Estados Unidos, Itália, Bélgica e Japão. O país detém 30% do mercado mundial de café em grão *in natura*, seguido do Vietnã, Colômbia, Indonésia e Guatemala.

Exportações brasileiras em 2008

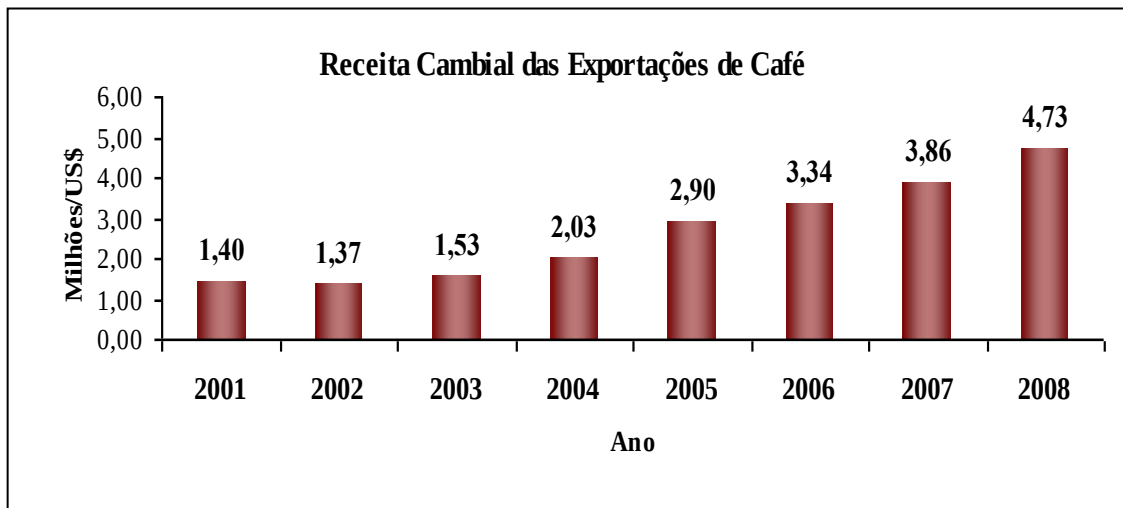
Café	Exportação (sacas 60 kg)
Verde	26.115.350
Solúvel	132.070
Torrado e moído	3.238.387
Total	29.485.807

Fonte: MDIC/Secex

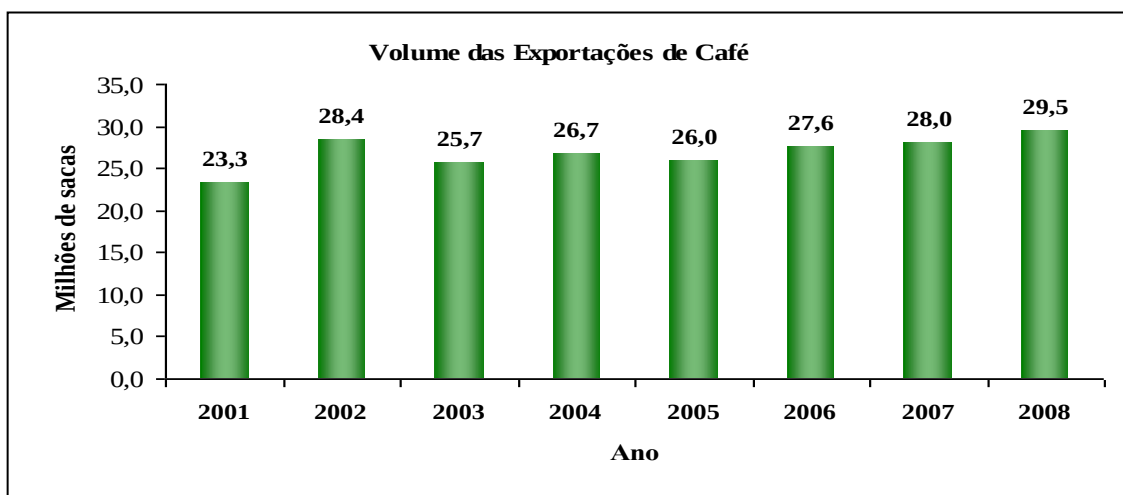
Exportações brasileiras de café verde, torrado e moído e solúvel

Ano	Volume	Receita Cambial	Preço médio
	(milhões de sacas de 60 kg)	(milhões de US\$ F.O.B.)	(US\$/saca)
2001	23,3	1,40	59,90
2002	28,4	1,37	48,17
2003	25,7	1,53	59,59
2004	26,7	2,03	76,17
2005	26,0	2,90	111,53
2006	27,6	3,34	120,69
2007	28,0	3,86	137,67
2008	29,5	4,73	160,49

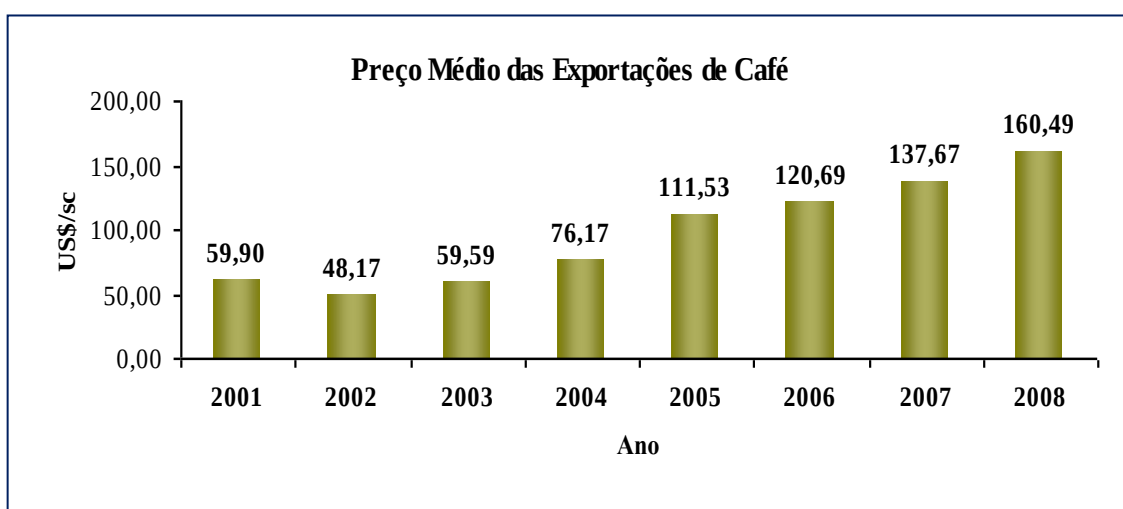
Fonte:MDIC/Secex



Fonte: MDIC/Secex



Fonte: MDIC/Secex



Fonte: MDIC/Secex

Os projetos previstos nesta ação, no montante de R\$ 1.230.589,57, foram realizados por meio de convênios celebrados entre a Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/MAPA e entidades representativas da cafeicultura nacional. Referido montante foi aplicado de acordo com as seguintes naturezas de despesa:

PTRES	Natureza da Despesa	Emissão de Empenhos R\$	Anulação de Empenhos R\$	Empenhos emitidos R\$	Empenhos Liquidados R\$	Valores Pagos R\$	Restos a Pagar R\$
20863	335039	1.532.589,57	302.000,00	1.230.589,57	1.230.589,57	411.600,00	818.989,57
Total		1.532.589,57	302.000,00	1.230.589,57	1.230.589,57	411.600,00	818.989,57

Fonte: Siafi Gerencial

A Ação Promoção do Café Brasileiro no Exterior, constante do Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, é executada no âmbito do Departamento do Café - DCAF, da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, como uma das prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC. Referido Programa tem por objetivos formular as bases de um elenco consistente e ordenado de ações que criem uma imagem positiva do café brasileiro, consolidem e ampliem os negócios com o café no mercado externo, em todas as suas formas, garantam visibilidade e traduzam excelência dos produtos e dos fornecedores nacionais, permitindo a conquista contínua de novos consumidores, criando e estimulando a formação de novos canais de distribuição e apoiando o aperfeiçoamento da qualidade do produto e o seu valor agregado.

Neste sentido, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, no âmbito deste Programa, apoiou a realização dos projetos previstos nesta Ação de promoção, a saber:

- **Promoção dos Cafés do Brasil na feira *World Specialty Coffee Conference Exhibition SCAJ 2008*** (Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé): a feira *World Specialty Coffee Conference and Exhibition 2008* foi realizada no período de 15 a 17 de outubro de 2008, em Tóquio, Japão. A participação do estande Cafés do Brasil, de 72 m², com destaque para a comemoração dos 100 Anos da Imigração Japonesa, teve como objetivo oferecer ao mercado japonês conhecimentos sobre o café brasileiro, do cultivo à xícara, o que representou uma oportunidade para reforçar a posição brasileira como fornecedor de cafés especiais e permitir a inserção de produtores e industriais de pequeno e médio porte nesse mercado, proporcionando a aproximação entre os compradores japoneses e os potenciais exportadores brasileiros. Foram servidos, para fins de degustação, cafés brasileiros de várias regiões produtoras e distribuídos materiais promocionais, além de apresentação de filmes sobre Cafés do Brasil. Essa feira contou com a participação de 85 expositores e de 20.520 visitantes de vários países, além de oferecer palestras, cursos e o tradicional Campeonato de Barista do Japão.
- **Projeto Vendedor no Japão** (Associação Brasileira de Cafés Especiais - BSCA): o Projeto Vendedor, realizado no mês de dezembro de 2008, em Tóquio, Japão, consistiu na realização de encontros de negócios entre os produtores brasileiros e representantes da BSCA, que fizeram uma apresentação dos cafés brasileiros aos participantes japoneses, seguido de sessões de provas dos lotes de cafés vencedores do 9º Concurso de Qualidade Cafés do Brasil, que posteriormente foram ofertados aos principais compradores do mercado externo por meio do leilão *Cup of Excellence*. Referido Projeto permitiu aos produtores brasileiros oferecerem cafés de qualidade igual ou superior aos melhores produtores mundiais, ampliando a oportunidade de negócios com as empresas e torrefadoras japonesas, que pagam melhores preços pelos grãos brasileiros em virtude de sua cultura de qualidade e agregação de valor.

- **Programa de degustação dos Cafés do Brasil - solúvel** (Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel – Abics: esse programa está previsto para ser realizado na Bolívia, Uruguai, Chile e Romênia, no período de dezembro de 2008 a junho de 2009, com o objetivo de estimular o aumento do consumo do café solúvel brasileiro. Trata-se de um modelo de ação de promoção dos cafés industrializados brasileiros, comercializados nos mercados internacionais em redes de varejo, gastronomia, hotelaria e em eventos, onde a frequência diária de consumidores é muito significativa. Está relacionado à divulgação junto aos consumidores internacionais, oferecendo-lhes a oportunidade de provarem e adquirirem os cafés brasileiros, a fim de consolidar o posicionamento desses cafés e estabelecer o hábito de consumi-los. As ações de degustação do café solúvel brasileiro reforçarão a qualidade e diferencial do produto brasileiro, estimulando a experimentação/degustação do consumidor, reforçando a percepção da marca “Cafés do Brasil” e, em particular, das demais marcas brasileiras que serão expostas, além de fortalecer o relacionamento já existente com os canais de venda que já comercializam o produto brasileiro, incrementando as vendas atuais e futuras.

A citada Ação não alcançou todas as metas previstas, tendo em vista que o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, por meio do Portal dos Convênios - www.convenios.gov.br -, cujo órgão central responsável é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, encontrava-se em desenvolvimento. Com base no art. 3º do Decreto nº 6.170/07, que estabelece que as entidades privadas sem fins lucrativos para poderem celebrar convênios com a administração pública federal deverão cadastrar-se no SICONV, o MAPA ficou impossibilitado de firmar quaisquer convênios, situação que se regularizou a partir de setembro de 2008, período em que já não era possível realizar parte da programação prevista para o exercício.

Os Cafés do Brasil estão vencendo obstáculos e barreiras nos mercados de diversos países. O produto industrializado, torrado e moído, que jamais havia sido exportado, uma vez que a grande atividade exportadora se concentra no grão cru e no café solúvel, começa a ganhar destaque em diversos países. Além da referência à origem Brasil em inúmeras marcas de café internacionais, na Europa, Ásia e Estados Unidos, está ocorrendo a introdução de marcas brasileiras de café torrado e moído em redes varejistas, no *food-service* e na gastronomia. Além do café torrado e moído, destaca-se a ampla penetração do café solúvel brasileiro, agora também com marca nos mercados da América e Europa Oriental. Some-se a este esforço a grande penetração do café em grão cru do Brasil, e notadamente, os cafés especiais, cuja participação mundial está em 30% da demanda global.

Assim, é imprescindível o apoio deste Ministério ao conjunto de programas e ações promocionais destinados a ampliar a presença dos cafés brasileiros com maior valor agregado no mercado externo.

Em relação aos gastos desta ação, cabe destacar que todos os projetos mencionados anteriormente foram realizados com critério e acompanhados diligentemente, uma vez que foram analisados, discutidos e aprovados em reuniões formais do Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café - CDPM/Café e homologados pelo Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC, ambos constituídos por representantes do governo e de entidades do setor cafeeiro.

Os parceiros não-governamentais da cafeicultura nacional, que têm assento no CDPC, na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas, têm superado as expectativas, seja por meio das contrapartidas dos convênios, bem como pelo interesse demonstrado nas reuniões do CDPM/Café e do referido Conselho, onde as discussões sobre as ações de publicidade e promoção dos Cafés do Brasil fornecem idéias interessantes e sugestões inovadoras.

Nesse sentido, os critérios utilizados para a análise e aprovação do repasse de recursos da Ação Promoção do Café Brasileiro no Exterior, tanto nas fases de concepção como de avaliação dos resultados, foram amplamente discutidos no âmbito do CDPM/Café.

Quanto aos convênios, foi realizado o acompanhamento para verificar se o objetivo e as metas constantes de cada Plano de Trabalho foram devidamente executadas, conforme dispõe o CAPÍTULO V – Do ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO, artigos 51 a 55, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008, e Portaria MAPA nº 607, de 8 de dezembro de 1996. Nesse caso, um servidor, devidamente designado por meio de Portaria da SPAE/MAPA publicada no Boletim de Pessoal deste Ministério, emitiu o relatório de acompanhamento do convênio. Posteriormente, as prestações de contas desses convênios são analisadas no âmbito da Coordenação de Apoio Operacional - CAO/SPAE.

Em relação aos preços e custos incorridos e despesas realizadas para os projetos executados por intermédio de celebração de convênios, recomendou-se às entidades conveniadas, por meio de Ofício expedido pela SPAE/MAPA, que todos os preços dos produtos e/ou serviços fossem adquiridos com base na Lei de Licitações nº 8.666/, que trata de processo licitatório, bem como que fosse cumprido o disposto no Decreto nº 6.170/07 e Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/08, que dispõem sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios.

Não houve dificuldades na implementação e execução dos projetos realizados no âmbito desta ação, tendo em vista que as entidades que apresentaram projetos cumpriram os normativos que regem a matéria, o que permitiu o alcance de todos os objetivos e metas desses convênios que foram celebrados com a SPAE/MAPA.

O montante das despesas, em vulto orçamentário e financeiro, para o atingimento das metas vinculadas à ação está assim discriminado:

Categorias	2008 (R\$)
Feiras mundiais de cafés especiais	302.000,00
Projeto Vendedor (café verde, especiais, industrializado)	109.600,00
Programa de degustação de cafés brasileiros	818.989,57
Total	1.230.589,57

Fonte: Funcafé/DCAF

Cabe ressaltar que não se aplicam à Ação Promoção do Café Brasileiro no Exterior, conforme consta do Siafi Gerencial, gastos com diárias e passagens.

Com referência aos recursos transferidos (despesa liquidada) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental por tipo de conveniente, está devidamente descrito na parte A do Anexo II, Quadro II.A.3 Transferências (convênios e outros tipos), desta Tomada de Contas.

- **Metas Físicas e Financeiras**

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira (R\$)	4.000.000,00	1.230.589,57	30,76
Física (Unid.)	12 eventos	3 eventos	25

Fonte: Funcafé/DCAF

2.3.2.1.4. Ação 0012 - Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré- comercialização do Café

Dados gerais

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Alocar recursos às linhas de crédito rural e agroindustrial que se destinam a financiar a manutenção e o desenvolvimento da cafeicultura.
Descrição	Equalização de taxa de juros e concessão de financiamentos destinados ao custeio dos tratos culturais da lavoura, da colheita, da estocagem, da comercialização e ao investimento para modernização dos equipamentos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SPAЕ/DCAF
Coordenador nacional da ação	José Rogério Lara
Unidades executoras	130137- Secretaria de Produção e Agroenergia/MAPA/FUNCAFÉ
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SPAЕ/DCAF/CGFUNCAFÉ
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Coordenador-Geral de Apoio ao Funcafé (Portaria Ministerial nº 132, publicada no DOU nº. 39, de 27 de fevereiro de 2008, Seção 2, Página 3)

Esta ação consta do Programa 0350 – Desenvolvimento da Economia Cafeeira. A origem dos seus recursos são aqueles consignados ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé no Orçamento Geral da União. Em 2008 foi alocado o montante de R\$ 2.441.841.567 para o financiamento de custeio, investimento, colheita e pré-comercialização de café. Os beneficiários dessa ação são cafeicultores, cooperativas de produtores de café, indústrias torrefadoras, beneficiadores e exportadores de café.

A execução dessa ação decorre da aprovação do Orçamento Geral da União e publicação de Portaria Interministerial MAPA/MF. O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através de Aviso, torna público que estará contratando instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR para atuarem como agentes financeiros do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé.

Para aqueles agentes que manifestam interesse em firmar o contrato de aplicação e administração de recursos do Fundo destinados às linhas de financiamento à cafeicultura, é exigido a apresentação de documentos tais como: Documento do Banco Central que o habilite a atuar como agente financeiro do SNCR; Certidões negativas da SRF/MF, PGFN/MF e INSS/MPAS; Certidão de Regularidade junto ao FGTS; Cadastro de Inadimplentes junto ao Governo Federal – CADIN; Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, com parecer de auditoria independente, dos últimos três exercícios; e Atas de eleição da diretoria atual e das três últimas assembléias gerais ordinárias e extraordinárias da instituição. Além dessa exigência, acontece também uma análise do desempenho operacional de cada agente financeiro em relação à aplicação dos recursos disponibilizados em anos anteriores.

No exercício de 2008, observou-se os seguintes normativos para a execução da ação:

- Lei nº 11.647, de 23 de março de 2008;
- Resolução CMN nº 3.451, de 5 de abril de 2007;
- Resolução CMN nº 3.494, de agosto de 2007;
- Resolução CMN nº 3.602, de 29 de agosto de 2008;
- Resolução CMN nº 3.645, de 26 de novembro de 2008;
- Resolução CMN nº 3.665, de 17 de dezembro de 2008;
- Portaria Interministerial MAPA/MF nº 435, de 15 de maio de 2008;
- Portaria Interministerial MAPA/MF nº 1.180-A, de 4 de dezembro de 2008.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº. 3.451, de 5 de abril de 2007, sistematizou em um único instrumento normativo as linhas de financiamento usualmente concedidas, custeio, colheita, estocagem e Financiamento para Aquisição de Café – FAC, traz as disposições gerais sobre a aplicação dos recursos do Funcafé destinados às linhas de crédito referidas, tais como: agentes financeiros, risco das operações, beneficiários dos financiamentos, encargos financeiros, prazos de contratação, limites de crédito por tomador, reembolso dos recursos ao Fundo, entre outras. Com base na citada Resolução e suas alterações, a Secretaria de Produção e Agroenergia, através do Departamento do Café firmou contratos com treze agentes financeiros (vide **tabela 1**), disponibilizando um montante de R\$ 2.188.394.490,94 à cafeicultura nacional no exercício de 2008.

Tabela 1 – Recursos disponibilizados aos agentes financeiros – posição em 31/12/2008

Em R\$

Agentes	Liberado	Devolvido	Remanejado	Total disponibilizado	Aplicado	Em aplicação	Aplicado/Total Disponibilizado (%)	Participação (%)
Banco do Brasil	850.699.022,54	-	48.269.853,58(1)	850.699.022,54	560.846.662,78	289.852.359,76	65,9	38,87
Bancoob	431.880.000,00	32.000.017,50	-	399.879.982,50	306.543.117,50	93.336.865,00	76,7	18,27
Banestes	40.000.000,00	367.310,00	-	39.632.690,00	39.562.820,00	69.870,00	99,8	1,81
Bradesco	98.000.000,00	895.476,80	-	97.104.523,20	51.425.694,19	45.678.829,01	53,0	4,44
Crediminas	105.000.000,00	-	-	105.000.000,00	58.516.500,00	46.483.500,00	55,7	4,80
Credivar	36.000.000,00	-	-	36.000.000,00	27.626.660,00	8.373.340,00	76,7	1,65
Itaú S/A	23.943.897,22	-	-	23.943.897,22	19.035.326,20	4.908.571,02	79,5	1,09
Itaú BBA	177.300.488,51	20.000.000,00	-	157.300.488,51	107.300.488,51	50.000.000,00	68,2	7,19
RaboBank	49.000.000,00	3.919.620,00	-	45.080.380,00	29.080.380,00	16.000.000,00	64,5	2,06
Ribeirão Preto	54.000.000,00	2.690.000,00	-	51.310.000,00	22.801.400,00	28.508.600,00	44,4	2,34
Banco Safra	125.000.000,00	47.005.479,55	-	77.994.520,45	77.994.520,45	-	100,0	3,56
Santander	235.200.000,00	-	34.169.440,00(2)	235.200.000,00	182.285.926,50	52.914.073,50	77,5	10,75
Unibanco	69.248.986,52	-	-	69.248.986,52	69.248.986,52	-	100,0	3,16
Total geral	2.295.272.394,79	106.877.903,85	82.439.293,58	2.188.394.490,94	1.552.268.482,65	636.126.008,29	70,9	-

Fonte: SPAE/DCAF e agentes financeiros

(1) Valor remanejado para a linha de estocagem

(2) Valor remanejado para as linhas de FAC e custeio

Conforme citado anteriormente, a Resolução 3.451/2007 sistematizou os financiamentos à cafeicultura em um único instrumento, sem vinculação com a safra do produto ou período agrícola e com validade indeterminada; é estabelecido em seu artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, que o Ministério da Fazenda e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento “*designarão os valores a serem aplicados para custeio, colheita, estocagem e em Financiamento para Aquisição de Café – FAC.*” Nesse sentido, em 16/5/2008 foi publicada a Portaria Interministerial nº 435, distribuindo o montante de R\$ 2.160 bilhões entre as linhas de financiamento à produção e comercialização de café, da seguinte forma:

- **Operações de custeio:** até R\$ 453.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões de reais);
- **Operações de colheita:** até R\$ 496.000.000,00 (quatrocentos e noventa e seis milhões de reais);
- **Operações de estocagem:** até R\$ 898.000.000,00 (oitocentos e noventa e oito milhões de reais);
- **Operações de Financiamento para Aquisição de Café - FAC:** até R\$ 313.000.000,00 (trezentos e treze milhões de reais).

Em dezembro de 2008, diante da decisão do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC, de ampliar o volume de recursos destinados à linha de financiamento de estocagem de café devido a bialidade positiva da safra, até o montante de 1,2 bilhão, editou-se outra Portaria Interministerial MAPA/MF de nº 1.180-A, publicada no DOU de 19/12/2008. Nessa Portaria, estabeleceu-se também a distribuição de recursos para duas novas linhas de financiamento: uma destinada ao financiamento da recuperação de lavouras de café afetadas por chuva de granizo no 2º semestre de 2008, e outra com o objetivo de liquidar dívidas de café vinculadas à Cédula do Produto Rural (CPR). Ambas as linhas foram instituídas, respectivamente, pelas Resoluções CMN nº 3.640 e nº 3.643, de 26/11/2008.

Pela Portaria Interministerial nº 1.180-A, a distribuição dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o Funcafé, no exercício de 2008, destinados à produção e comercialização de café, no montante de R\$ 2.300.000.000,00, passou a ser a seguinte:

- **Operações de custeio:** até R\$ 294.000.000,00 (duzentos e noventa e quatro milhões de reais);
- **Operações de colheita:** até R\$ 352.000.000,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões de reais);
- **Operações de estocagem:** até R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais);
- **Operações de Financiamento para Aquisição de Café - FAC:** R\$ 264.000.000,00 (duzentos e sessenta e quatro milhões de reais);
- **Operações para financiamento da recuperação produtiva de lavouras atingidas por chuva de granizo:** até R\$ 90.000.000 (noventa milhões de reais);
- **Operações para aquisição de dívidas de café vinculadas à Cédula do Produto Rural:** até R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais)

Esclarecemos que o artigo 2º da Portaria Interministerial nº 1.180-A, estabelece que de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira do Funcafé e, mediante solicitação do agente financeiro e autorização do gestor do Fundo, quando houver saldo não aplicado no último mês do prazo estabelecido para contratação de cada modalidade, é autorizado o remanejamento de recursos disponibilizados entre as linhas de financiamento. Sendo assim, conforme demonstrado na **tabela 1**, o Banco do Brasil, na linha de colheita, cujo prazo de contratação encerrou-se em 31/10/2008, foi autorizado a remanejar R\$ 48.269.853,58 para linha de estocagem e ao Santander foi concedido o remanejamento de R\$ 34.169.440,00, sendo R\$ 17.084.720,00 para linha de FAC e R\$ 17.084.720,00 para linha de custeio de café.

Ainda na **tabela 1**, a coluna “Total disponibilizado” considera a movimentação dos recursos remanejados entre as linhas de financiamento referidas, bem como os valores devolvidos sem aplicação.

Ressaltamos que o contrato de aplicação e administração de recursos do Funcafé é elaborado com base na Resolução CMN nº 3.451/2007 e suas alterações, e que conforme o disposto no inciso III, do art. 1º da referida Resolução, o risco das operações realizadas com recursos do Fundo é do agente financeiro, ou seja, não há transferência da inadimplência ao Funcafé.

A remuneração desses agentes financeiros, segundo o inciso II, do art. 2º da Resolução 3.451/2007, é fixada em 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano) sobre o valor nominal das operações realizadas, ou seja, sobre o valor de recursos efetivamente aplicados pelas instituições financeiras. Em 2008, o Funcafé desembolsou R\$ 23.678.828,49 para remunerar os agentes.

A parceria existente entre a SPAE/DCAF/Funcafé e os agentes financeiros através dos contratos firmados em 2008, foi de fundamental importância para a pulverização dos recursos do Fundo destinados a financiamentos à cafeicultura nacional.

Cabe ressaltar que todos os procedimentos adotados pela Coordenação-Geral de Apoio ao Funcafé/DCAF/SPAE foram de acordo com a legislação vigente, e também que os contratos firmados nos últimos dois anos contemplaram alterações recomendadas pelo Tribunal de Contas da União, como por exemplo, informações socioeconômicas sobre os beneficiários dos financiamentos e a coibição da prática de vincular a concessão de empréstimos com recursos do Fundo à aquisição de produtos/serviços bancários, bem como o descredenciamento do agente financeiro que for denunciado por tal prática. Também, seguindo recomendação do TCU, orientou-se as instituições financeiras a priorizarem recursos à cooperativas de crédito, com o intuito de ampliar a pulverização dos financiamentos, e adotou-se no processo de liberação de recursos, critérios para a distribuição aos agentes financeiros dos valores disponibilizados para as linhas de crédito, como por exemplo a análise da performance na aplicação de recursos disponibilizados em anos anteriores.

Do total previsto na LOA/2008 para esta ação, no montante de R\$ 2.441.841.567,00, foram realizados R\$2.188.394.490,94, de acordo com a seguinte natureza de despesa:

PTRES	Natureza da Despesa	Emissão de Empenhos R\$	Empenhos Liquidados R\$	Valores Pagos R\$	Valores a Pagar R\$
001595	459066	2.188.394.490,94	2.188.394.490,94	2.188.394.490,94	0,00
TOTAL		2.188.394.490,94	2.188.394.490,94	2.188.394.490,94	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

Resultados e avanços obtidos

Com base na Resolução CMN 3.451/2007 e alterações e Portarias Interministeriais nºs. 435 e 1.180-A, foi possível liberar recursos do Funcafé ao agronegócio café, até 31/12/2008, no montante de R\$ 2.295.272.394,79, dos quais R\$ 106.877.903,85 foram devolvidos pelos agentes financeiros sem aplicação; R\$ 1.552.268.482,65 foram aplicados nas referidas modalidades de financiamentos e R\$ 636.126.008,29 estão em fase de aplicação.

O montante disponibilizado aos agentes financeiros foi distribuído da seguinte forma entre as linhas de financiamento: colheita - 16,1%, estocagem - 50,3%, FAC – 12,1 %, custeio - 13,4%, financiamento da aquisição de cédula do produto rural – 4,6% e granizo – 3,6%.

Destaque-se que os recursos repassados aos agentes financeiros que encontravam-se “em aplicação” em 31/12/2008, destinavam-se a empréstimos para estocagem e FAC que puderam ser contratados até 31/01/2009; custeio, cujo prazo de contratação encerrou-se em 28/02/2009; liquidação de dívidas de café vinculadas à Cédula do Produto Rural - CPR, com prazo de contratação até 27/03/2009, e financiamento para recuperação de lavouras atingidas por chuvas de granizo com prazo de contratação até 31/03/2009.

Em 2008 o Funcafé repassou recursos para treze agentes financeiros, a saber: Banco do Brasil, Bancoob, Banestes, Bradesco, Crediminas, Credivar, Itaú, Itaú BBA, Rabobank, Banco Ribeirão Preto, Banco Safra, Santander e Unibanco. As tabelas a seguir demonstram a distribuição dos valores destinados a cada linha de financiamento por agente financeiro.

Colheita: linha destinada ao financiamento de todos aqueles itens inerentes às etapas do processo de colheita (aplicação de herbicidas, arruação, colheita, transporte para o terreiro, secagem, mão-de-obra e material utilizado).

Tabela 2-Distribuição dos recursos destinados a colheita de café – posição em 31/12/2008

Em R\$

COLHEITA - prazo limite de contratação: 31/10/2008)								
Agentes	Liberado	Devolvido	Remanejado	Total disponibilizado	Aplicado	Em aplicação	Aplicado/ Disponibilizado (%)	Participação (%)
Banco do Brasil	150.000.000,00	-	48.269.852,58(1)	101.730.147,42	101.730.147,42	-	100,0	28,95
Bancoob	140.000.000,00	10.000.017,50	-	129.999.982,50	129.999.982,50	-	100,0	36,99
Banestes	10.000.000,00	367.310,00	-	9.632.690,00	9.632.690,00	-	100,0	2,74
Bradesco	10.000.000,00	895.476,80	-	9.104.523,20	9.104.523,20	-	100,0	2,59
Crediminas	35.000.000,00	-	-	35.000.000,00	35.000.000,00	-	100,0	9,96
Credivar	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00	10.000.000,00	-	100,0	-
Rabobank	7.000.000,00	3.919.620,00	-	3.080.380,00	3.080.380,00	-	100,0	0,88
Ribeirão Preto	5.000.000,00	2.690.000,00	-	2.310.000,00	2.310.000,00	-	100,0	0,66
Banco Safra	15.000.000,00	4.255.000,00	-	10.745.000,00	10.745.000,00	-	100,0	3,06
Santander	74.000.000,00	-	34.169.440,00 (2)	39.830.560,00	39.830.560,00	-	100,0	11,33
Total	456.000.000,00	22.127.424,30	82.439.293,58	351.433.283,12	351.433.283,12	-	100,0	-

Fonte: DCAF/SPAE e agentes financeiros

- (1) Valor remanejado para a linha de estocagem
 (2) Valor remanejado para as linhas de FAC e custeio

Estocagem: linha de crédito destinada ao financiamento da estocagem de café, e tem como beneficiários cafeicultores e cooperativas de produtores rurais.

Tabela 3 – Distribuição dos recursos destinados a estocagem de café – posição em 31/12/2008

Em R\$

ESTOCAGEM - prazo limite de contratação: 31/01/2009								
Agentes	Liberado	Devolvido	Remanejado	Total disponibilizado	Aplicado	Em aplicação	Aplicado/ Disponibilizado (%)	Participação (%)
Banco do Brasil	347.699.022,54	-	48.269.852,58(1)	395.968.875,12	267.481.854,12	128.487.021,00	76,9	36,00
Bancoob	190.000.000,00	-	-	190.000.000,00	113.255.935,00	76.744.065,00	59,6	17,27
Bradesco	58.000.000,00	-	-	58.000.000,00	19.681.349,73	38.318.650,27	33,9	5,27
Crediminas	70.000.000,00	-	-	70.000.000,00	23.516.500,00	46.483.500,00	33,6	6,36
Credivar	15.000.000,00	-	-	15.000.000,00	10.000.000,00	5.000.000,00	66,7	1,36
Itaú S/A	16.668.953,22	-	-	16.668.953,22	15.668.260,60	1.000.692,62	94,0	1,52
Itaú BBA	100.000.000,00	-	-	100.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	50,0	9,09
Rabobank	32.000.000,00	-	-	32.000.000,00	16.000.000,00	16.000.000,00	50,0	2,91
Ribeirão Preto	45.000.000,00	-	-	45.000.000,00	17.241.400,00	27.758.600,00	38,3	4,09
Banco Safra	80.000.000,00	41.999.881,03	-	37.250.118,97	37.250.118,97	-	100,0	3,39
Santander	100.000.000,00	-	-	100.000.000,00	73.800.649,00	26.199.351,00	73,8	9,09
Unibanco	40.000.000,00	-	-	40.000.000,00	40.000.000,00	-	100,0	3,64
Total	1.094.367.975,76	41.999.881,03	48.269.852,58	1.099.887.947,31	683.896.067,42	415.991.879,89	62,5	-

Fonte: DCAF/SPAE e agentes financeiros

- (1) Valor remanejado da linha de colheita.

Financiamento para Aquisição de Café – FAC: esta linha tem como beneficiários, indústrias torrefadoras de café, beneficiadores e exportadores, e os itens financiáveis são café verde adquirido diretamente de beneficiadores, exportadores, produtores rurais ou de suas cooperativas.

Tabela 4 – Distribuição dos recursos destinados a aquisição de café – posição em 31/12/2008

Em R\$

FAC - prazo limite de contratação: 31/01/2009								
Agentes	Liberado	Devolvido	Remanejado	Total disponibilizado	Aplicado	Em aplicação	Aplicado/ Disponibilizado(%)	Participação (%)
Banco do Brasil	53.000.000,00	-	-	53.000.000,00	51.464.808,66	1.535.191,34	97,1	20,06
Bancoob	300.000,00	-	-	300.000,00	300.000,00	-	100,0	0,11
Bradesco	20.000.000,00	-	-	20.000.000,00	19.941.919,48	58.080,52	99,7	7,57
Itaú S/A	7.274.944,00	-	-	7.274.944,00	3.367.065,60	3.907.878,40	46,3	2,75
Itaú BBA	57.300.488,51	-	-	57.300.488,51	57.300.488,51	-	100,0	21,69
Banco Safra	30.000.000,00	598,52	-	29.999.401,48	29.999.401,48	-	100,0	11,35
Santander	50.000.000,00	-	17.084.720,00(2)	67.084.720,00	60.708.717,50	6.376.002,50	90,5	25,39
Unibanco	29.248.986,52	-	-	29.248.986,52	29.248.986,52	-	100,0	11,07
Total	247.124.419,03	598,52	17.084.720,00(2)	264.208.540,51	252.331.387,75	11.877.152,76	95,5	-

Fonte: DCAF/SPAE e agentes financeiros

- (2) Valor remanejado da linha de colheita

Custeio: tem como beneficiários cafeicultores, e os itens financiáveis com esta linha são todo os custos inerentes aos tratos culturais das lavouras, tais como os relativos a insumos (fertilizantes, corretivos e defensivos) mão-de-obra e operações com máquinas.

Tabela 5 – Distribuição dos recursos destinados ao custeio de café – posição em 31/12/2008

Em R\$

CUSTEIO - prazo limite de contratação: 28/02/2009								
Agentes	Liberado	Devolvido	Remanejado	Total disponibilizado	Aplicado	Em aplicação	Aplicado/Disponibilizado (%)	Participação (%)
Banco do Brasil	140.000.000,00	-	-	140.000.000,00	140.000.000,00	-	100,00	47,61
Bancoob	85.000.000,00	22.000.000,00	-	63.000.000,00	62.987.200,00	12.800,00	99,98	21,42
Banestes	30.000.000,00	-	-	30.000.000,00	29.930.130,00	69.870,00	99,77	10,20
Bradesco	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00	2.697.901,78	7.302.098,22	26,98	3,40
Rabobank	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00	10.000.000,00	-	100,00	3,40
Ribeirão Preto	4.000.000,00	-	-	4.000.000,00	3.250.000,00	750.000,00	81,25	1,36
Santander	10.000.000,00	-	17.084.720,00(2)	27.084.720,00	7.946.000,00	19.138.720,00	29,34	9,21
Total	299.000.000,00	22.000.000,00	17.084.720,00	294.084.720,00	264.437.891,78	29.646.828,22	89,9	-

Fonte: DCAF/SPAE e agentes financeiros

(2) Valor remanejado da linha de colheita

CPR: instituída pela Resolução CMN nº 3.643, de 26/11/2008, e tem por finalidade financiar a liquidação de dívidas de café vinculadas à Cédula do Produto Rural (CPR).

Tabela 6 – Distribuição dos recursos destinados a CPR – posição em 31/12/2008

Em R\$

CPR - Cédula de Produtor Rural - prazo limite de contratação: 27/03/2009								
Agentes	Liberado	Devolvido	Remanejado	Total disponibilizado	Aplicado	Em aplicação	Aplicado/Disponibilizado (%)	Participação (%)
Banco do Brasil	100.000.000,00	-	-	100.000.000,00	-	100.000.000,00	-	-
Total	100.000.000,00	-	-	100.000.000,00	-	100.000.000,00	-	-

Fonte: DCAF/SPAE

Granizo: instituída pela Resolução CMN nº 3.640, de 26/11/2008, tem como objetivo financiar a recuperação de lavouras de café afetadas por chuva de granizo no segundo semestre de 2008, e tem como beneficiários os cafeicultores que tiveram suas lavouras atingidas pela intempérie.

Tabela 7 – Distribuição dos recursos destinados a recuperação de lavouras atingidas por granizo – posição em 31/12/2008.

Em R\$

Granizo - prazo limite de contratação: 31/03/2009								
Agentes	Liberado	Devolvido	Remanejado	Total disponibilizado	Aplicado	Em aplicação	Aplicado/Disponibilizado (%)	Participação (%)
Banco do Brasil	60.000.000,00	-	-	60.000.000,00	-	60.000.000,00	-	-
Bancoob	16.580.000,00	-	-	16.580.000,00	-	16.580.000,00	-	-
Credivar	1.000.000,00	-	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-	-
Santander	1.200.000,00	-	-	1.200.000,00	-	1.200.000,00	-	-
Total	78.780.000,00	-	-	78.780.000,00	-	78.780.000,00	-	-

Fonte: DCAF/SPAE

Cabe ressaltar que os recursos destinados ao financiamento da recuperação de lavouras atingidas por chuvas de granizo e à liquidação de dívidas de café vinculadas à CPR foram liberados aos agentes financeiros entre os dias 22 e 24 de dezembro de 2008, o que justifica não constar nas tabelas referentes a essas linhas, apresentadas acima, nenhuma aplicação desses recursos.

Na **tabela 8** é apresentado um comparativo da distribuição dos recursos do Fundo por unidade da federação e quantitativo dos beneficiários em 2006, 2007 e 2008. Na **tabela 9** é apresentada a distribuição geral dos recursos aplicados por unidade da federação, linha de financiamento e agentes financeiros, em 2008.

Tabela 8: Distribuição das aplicações dos recursos do Fundafé por região geográfica e número de beneficiários (2006-2008)

Unidades da Federação	Valor em R\$			Quantidade de Contratos					
				Cooperativas			Produtores(*)		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
NORTE									
AM	290.000	1.020.000	1.269.000	-	-	-	1	2	3
RO	1.517.215	266.000	600.000	5	1	23	168	4	289
TOTAL	1.807.215	1.286.000	1.869.000	5	1	23	169	6	292
NORDESTE									
AL	-	36.000	345.586	-	-	-	-	1	4
BA	8.416.412	13.639.765	12.915.784	1	4	5	114	600	204
CE	9.063.492	10.009.110	3.498.870	-	-	-	5	5	14
MA	1.000.000	993.288	-	-	-	-	1	1	0
PB	2.020.160	1.084.240	2.950.000	-	-	-	3	2	4
SE	-	-	1.849.548	-	-	-	-	-	2
TOTAL	20.500.064	25.762.403	21.559.788	1	4	5	123	609	228
CENTRO-OESTE									
DF	2.704.990	832.200	238.654	1	2	1	9	10	8
GO	753.696	3.207.682	2.342.996	-	-	-	5	15	7
MT	-	-	74.320	-	-	-	-	-	2
TOTAL	3.458.686	4.039.882	2.655.970	1	2	1	14	25	17
SUDESTE									
ES	112.413.282	155.923.821	185.757.443	14	22	96	4.082	6.986	7.659
MG	851.338.099	761.443.407	951.846.992	117	158	368	16.052	21.302	17.045
SP	240.994.422	171.642.184	328.109.280	19	26	45	2.104	4.746	2.847
RJ	5.602.602	8.075.265	7.202.251	-	-	-	13	14	17
TOTAL	1.210.348.405	1.097.084.677	1.472.915.966	150	206	509	22.251	33.048	27.568
SUL									
PR	27.433.311	22.331.776	53.267.759	5	2	9	229	842	344
SC	140.000	198.278	-	-	-	-	1	20	-
TOTAL	27.573.311	22.530.054	53.267.759	5	2	9	230	862	344
TOTAL GERAL	1.263.687.681	1.150.703.016	1.552.268.483	162	215	547	22.787	34.550	28.449

(*) Atendidos por bancos e cooperativas

Fonte: DCAF/SPAE e Agentes Financeiros

Em 2008, Minas Gerais continuou sendo o principal receptor dos recursos do Fundo, detendo 61,3% do total aplicado, com 368 cooperativas atendidas e 17.045 produtores beneficiados, secundado por São Paulo (21,1% com 45 cooperativas e 2.847 contratos com produtores) e Espírito Santo (12% com 96 cooperativas e 7.659 contratos com produtores).

Tabela 9. Distribuição das aplicações dos recursos do Funcafé por unidade da federação, agentes financeiros e linhas de financiamento - 2008

Agentes Financeiros/Linhas de Financiamento	SUDESTE				SUL	NORDESTE					NORTE		CENTRO-OESTE			Total
	ES	MG	SP	RJ	PR	BA	AL	PB	CE	SE	AM	RO	DF	GO	MT	
BANCO DO BRASIL	66.775.218	373.393.804	86.631.437	4.622.908	17.710.392	4.611.897	345.586	2.950.000	1.656.950		1.269.000	-	62.154	742.996	74.320	560.846.663
Colheita	3.049.712	75.510.397	15.421.424	275.454	3.427.731	3.033.301	345.586	-	332.544		-	-	-	314.000	20.000	101.730.147
Estocagem	15.472.149	204.440.427	37.711.937	-	8.839.297	950.000	-	-	182.896		-	-	-	55.000	-	267.651.707
FAC	13.910.000	20.536.848	10.539.364	2.000.000	-	259.596	-	2.950.000	-		1.269.000	-	-	-	-	51.464.809
Custeio	34.343.357	72.906.132	22.958.713	2.347.454	5.443.363	369.000	-	-	1.141.510		-	-	62.154	373.996	54.320	140.000.000
BANCOOB	57.422.880	209.041.338	34.292.400	-	-	5.010.000	-	-	-	-	-	600.000	176.500	-	-	306.543.118
Colheita	30.000.000	72.121.083	25.292.400	-	-	2.110.000	-	-	-	-	-	300.000	176.500	-	-	129.999.983
Estocagem	3.115.680	110.140.255	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113.255.935
FAC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000	-	-	-	300.000
Custeio	24.307.200	26.780.000	9.000.000	-	-	2.900.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.987.200
BANESTES	39.122.820	250.000	-	190.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.562.820
Colheita	9.412.690	220.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.632.690
Custeio	29.710.130	30.000	-	190.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.930.130
BRADESCO	144.800	22.975.431	15.011.660	48.777	10.825.440	577.667	-	-	1.841.919	-	-	-	-	-	-	51.425.694
Colheita	144.800	4.025.853	4.330.204	-	26.000	577.667	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.104.523
Estocagem	-	16.708.312	2.276.106	48.777	648.155	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.681.350
FAC	-	-	8.100.000	-	10.000.000	-	-	-	1.841.919	-	-	-	-	-	-	19.941.919
Custeio	-	2.241.267	305.350	-	151.285	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.697.902
CREDIMINAS	-	58.516.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58.516.500
Colheita	-	35.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.000.000
Estocagem	-	23.516.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.516.500
Custeio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CREDIVAR	-	27.626.660	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.626.660
Colheita	-	10.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000.000
Estocagem	-	10.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000.000
Custeio	-	7.626.660	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.626.660
BANCO SAFRA	2.291.725	48.120.571	19.533.129	1.849.548	4.100.000	250.000	-	-	-	1.849.548	-	-	-	-	-	77.994.520
Colheita	-	10.270.000	225.000	-	-	250.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.745.000
Estocagem	-	24.500.119	10.750.000	-	2.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.250.119
FAC	2.291.725	13.350.452	8.558.129	1.849.548	2.100.000	-	-	-	-	1.849.548	-	-	-	-	-	29.999.401
Custeio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANDER	20.000.000	88.056.900	56.497.099	-	15.631.928	2.100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182.285.927
Colheita	-	15.811.020	23.719.540	-	150.000	150.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.830.560
Estocagem	-	47.230.800	24.320.639	-	1.499.210	750.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73.800.649
FAC	20.000.000	20.916.000	5.900.000	-	13.892.718	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.708.718
Custeio	-	4.099.080	2.556.920	-	90.000	1.200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.946.000
ITAÚ BBA	-	-	107.300.489	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107.300.489
Estocagem	-	-	50.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.000.000
FAC	-	-	57.300.489	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57.300.489
RABOBANK	-	27.114.160	-	-	-	366.220	-	-	-	-	-	-	-	1.600.000	-	29.080.380
Colheita	-	2.280.380	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	800.000	-	3.080.380
Estocagem	-	15.633.780	-	-	-	366.220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.000.000
Custeio	-	9.200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	800.000	-	10.000.000
RIBEIRÃO PRETO	-	22.491.400	310.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.801.400
Colheita	-	2.000.000	310.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.310.000
Estocagem	-	17.241.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.241.400
Custeio	-	3.250.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.250.000
ITAÚ	-	17.502.261	1.533.066	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.035.326
Estocagem	-	15.408.261	260.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.668.261
FAC	-	2.094.000	1.273.066	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.367.066
UNIBANCO	-	56.757.967	7.000.000	491.019	5.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69.248.987
Estocagem	-	40.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.000.000
FAC	-	16.757.967	7.000.000	491.019	5.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.248.987
Total geral	185.757.443	951.846.992	328.109.280	7.202.251	53.267.759	12.915.784	345.586	2.950.000	3.498.870	1.849.548	1.269.000	600.000	238.654	2.342.996	74.320	1.552.268.483
Participação %	11,97	61,32	21,14	0,46	3,43	0,83	0,02	0,19	0,23	0,12	0,08	0,04	0,02	0,15	0,00	100,00

Remuneração aos agentes financeiros

No Manual de Crédito Rural, capítulo 9, seção 1, que trata do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé encontra-se um consolidado de todas as Resoluções do Conselho Monetário Nacional que regem os financiamentos à cafeicultura, estabelecendo inclusive que a remuneração dos agentes financeiros contratados pelo Fundo deve ser paga com recursos primários alocados no orçamento da unidade orçamentária “Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé-MAPA” .

O CMN fixou em 4,5% ao ano a remuneração dos agentes financeiros, calculada sobre o valor nominal da operação e devida nas datas de vencimento das parcelas do financiamento ou, no caso de pagamento antecipado pelo mutuário, até as datas de amortização ou liquidação. A **tabela 10** apresenta os valores pagos aos agentes que operaram recursos do Funcafé em 2008.

Tabela 10 – Remuneração paga aos agentes financeiros – 2008

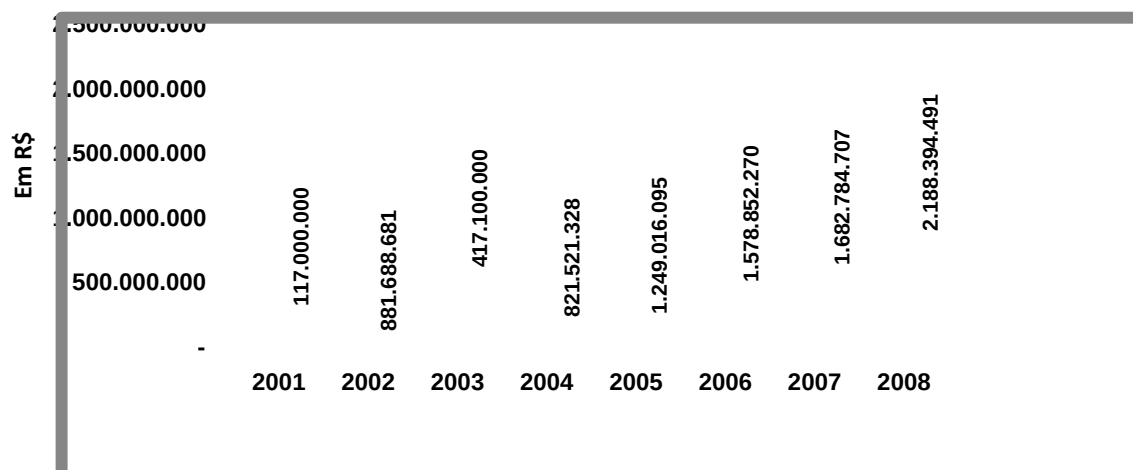
Em R\$

AGENTES FINANCEIROS	VALOR PAGO
Banco do Brasil S/A	4.642.105,69
Banco Ribeirão Preto S/A	362.210,54
Banco Rabobank International Barsil S/A	158.974,69
Banco Cooperativo do Brasil - Bacoob S/A	8.085.491,05
Banco Itaí S/A	1.016.515,78
Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais - Crediminas LTDA.	1.422.358,28
Cooperativa de crédito Rural dos Cafeicultores da Região de Varginha - Credivar LTDA	479.316,17
Banco do Estado do Espírito Santo S/A	611.556,26
Banco ABN AMRO REAL S.A.	103.453,61
União dos Bancos Brasileiros - UNIBANCO S/A	1.207.984,94
Banco Safra S/A	1.069.267,26
Banco Itaú S/A	79.158,48
Banco Bradesco S/A	587.345,73
Banco Santander S/A	3.853.090,01

Fonte: DCAF/SPAE

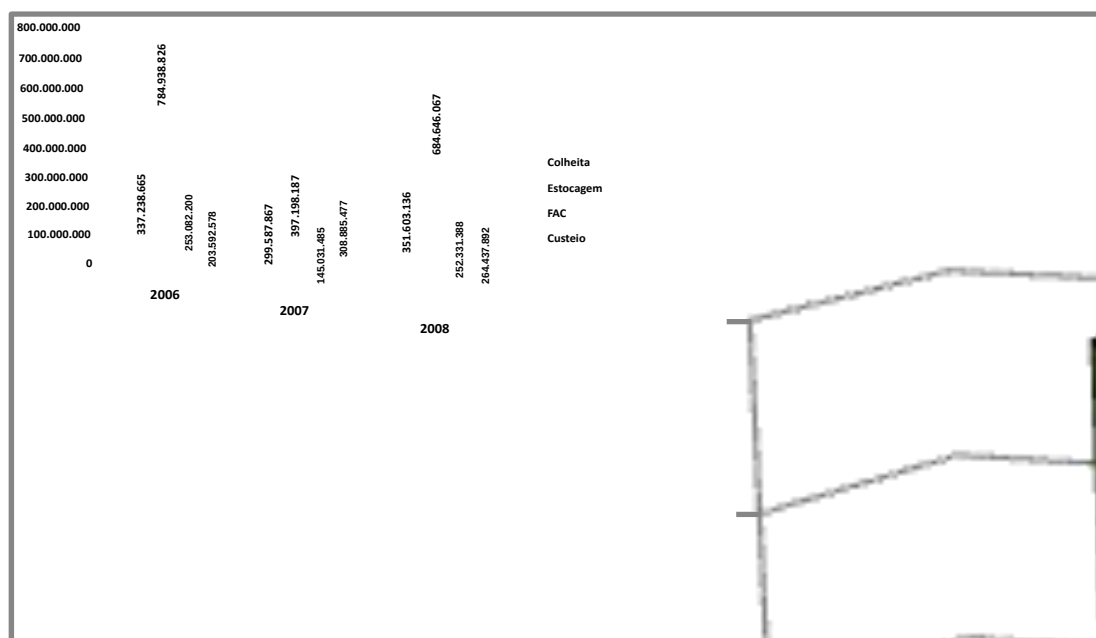
Entre o final de 2001 e dezembro de 2008 foi liberado o total de R\$ 8.936.357.571,88 através de contratos firmados com dezesseis agentes para operarem financiamentos à cafeicultura nacional. A parceria existente entre a SPAE/DCAF/Funcafé e os agentes financeiros através dos contratos firmados em 2008, foi de fundamental importância para a pulverização dos recursos do Fundo. O **gráfico 1** apresenta o volume de recursos liberado através de repasses do Funcafé aos agentes financeiros nos últimos sete anos. O **gráfico 2** apresenta a distribuição por linha de financiamento nos últimos três anos.

Gráfico 1 – Recursos repassados aos agentes financeiros (2001-2008)



Fonte: SPAE/DCAF

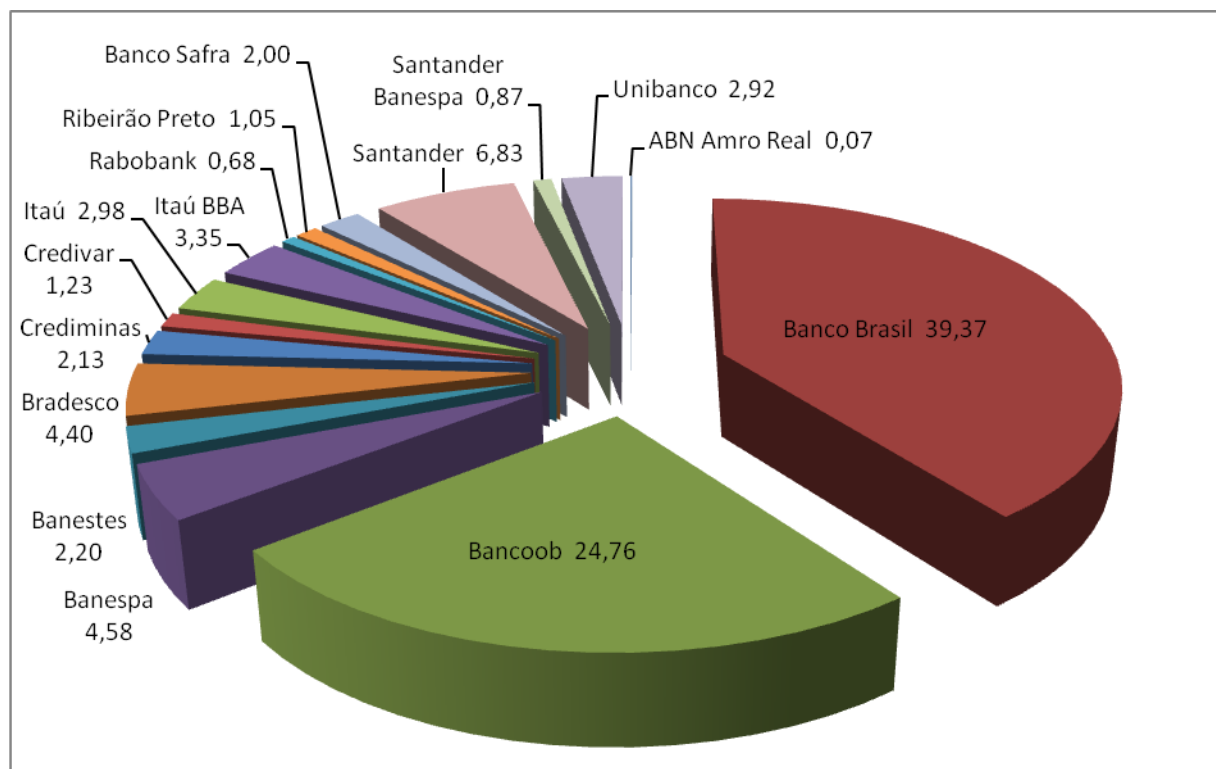
Gráfico 2 - aplicação dos recursos do Funcafé por linha de financiamento (2006-2008)



Fonte: DCAF/SPAE

O **gráfico 3** apresenta a participação percentual dos agentes financeiros nos recursos liberados pelo Funcafé ao longo dos últimos sete anos.

Gráfico 3 – Participação percentual dos agentes financeiros nos recursos liberados (2001-2008)



Fonte: DCAF/SPAE

Fiscalização da execução dos contratos

Atendendo à forma estabelecida no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, e de acordo com o disposto na cláusula Décima Oitava – Da Execução do Contrato de Aplicação e Administração de Recursos Financeiros, o Secretário de Produção e Agroenergia designou o servidor José Rogério Lara, para acompanhar e fiscalizar os contratos firmados com os agentes financeiros em 2008, conforme tabela abaixo:

AGENTE FINANCEIRO	CONTRATO	PORTARIA
Banco do Brasil	010/2008	19, de 26 de maio de 2008
Bancoob	007/2008	15, de 26 de maio de 2008
Banestes	001/2008	12, de 26 de maio de 2008
Bradesco	008/2008	16, de 26 de maio de 2008
Crediminas	002/2008	13, de 26 de maio de 2008
Credivar	003/2008	14, de 26 de maio de 2008
Banco Itaú S/A	013/2008	22, de 19 de junho de 2008
Banco Itaú BBA	006/2008	25, de 19 de junho de 2008
Rabobank	014/2008	18, de 26 de maio de 2008
Banco Ribeirão Preto	011/2008	17, de 26 de maio de 2008
Banco Safra	004/2008	23, de 19 de junho de 2008
Santander	005/2008	24, de 19 de junho de 2008
Unibanco	009/2008	20, de 20 de junho de 2008

Fonte: DCAF/SPAÉ

Avaliação crítica dos resultados alcançados

A despeito do incremento de cerca de 30% no volume de recursos do Funcafé disponibilizados aos financiamentos em 2008 em comparação a 2007, o número de beneficiários atendidos no mesmo período sofreu um decréscimo de 17,7%. Acredita-se que pelo menos quatro fatores podem justificar o ocorrido:

1) o limite de crédito para as linhas de custeio e colheita que era de R\$ 1.440,00 por hectare (Resolução CMN 3.451/2007), passou para R\$ 2.000,00 (Resolução CMN 3.494/2007), posteriormente para R\$ 3.000,00 (Resolução CMN 3.569/2008) e finalmente para R\$ 4.000,00 (Resolução 3.601/2008), com o limite de R\$ 400.000,00 por produtor, fato que pode ter concorrido para que um menor número de financiamentos tenha absorvido um maior volume de recursos;

2) a linha de estocagem, por disponibilizar maior volume de recurso individualmente (R\$ 750.000,00 por produtor- Resolução CMN 3.451/2007), também pode ter contribuído para que ocorresse um menor número de financiamentos, a despeito ter recebido um incremento de 41% no montante para aplicação no ano de 2008 em relação a 2007.

3) os normativos que regem a contratação dos financiamentos à cafeicultura estabelecem os seguintes prazos para contratação: Financiamento para Aquisição de Café – FAC e estocagem - 31 de janeiro de 2009, custeio - 28 de fevereiro de 2009 (Resolução 3.451/2007); aquisição de Cédula de Produto Rural – CPR – 27 de março de 2009 (Resolução 3.643/2008); e recuperação de lavouras atingidas por chuvas de granizo – 31 de março de 2009 (Resolução 3.640/2008). Assim, parcela expressiva dos recursos repassados aos agentes financeiros em 2008 somente serão contratados pelos beneficiários em 2009.

4) dificuldade na obtenção de crédito devido ao elevado grau de endividamento e limitação de garantia oferecida pelos cafeicultores pode ter reduzido o acesso aos financiamentos disponibilizados.

• **Metas e resultados da ação no exercício:**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira (R\$)	2.441.841.567,00	2.188.394.490,94	89,62
Física (financiamentos concedidos)	35.000	28.449	81,28

Fonte: Siafi Gerencial

Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia -DCAA

2.3.1.2. Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.
Gerente do programa	Manoel Vicente Fernandes Bertone
Gerente executivo	Alexandre Betinardi Strapasson
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Manoel Vicente Fernandes Bertone
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional
Público-alvo (beneficiários)	Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis.

O DCAA é responsável pela gerência executiva do Programa Desenvolvimento da Agroenergia (Programa 1409 no PPA 2008/2011). Por se tratar de um tema que envolve diferentes áreas de governo o programa foi concebido a partir de um conjunto de oficinas coordenadas pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento – SPI/MP.

O propósito era de que ele seria um protótipo de um novo conceito de elaboração de programas, os quais deveriam ser agrupados em duas categorias: estratégicos e complementares. Devido à relevância da agroenergia no contexto atual, o programa figuraria entre os estratégicos, o que iria requerer maior rigor no monitoramento da sua implementação. Além disso, devido ao caráter multiinstitucional, sua elaboração contou com a contribuição de diferentes áreas do governo: Casa Civil, MAPA (SPA E AGE), MCT, MDIC, MF, MMA, MME, MRE, MT, além da Embrapa. Nas oficinas foram mapeadas todas as variáveis relacionadas ao tema, bem como, as inter-relações que elas mantinham entre si.

A partir desse mapeamento, o programa deveria se estruturar em ações Orçamentárias que permeassem todos os objetivos estratégicos. Em alguns casos, devido à transversalidade, seria fundamental a maior interação entre os diferentes órgãos envolvidos. Para assegurar que isso efetivamente viria a ocorrer, foi proposta a criação de um Conselho Interministerial, o qual seria responsável pelo estabelecimento das prioridades e monitoramento das Ações.

Foram definidos três eixos estratégicos: a pesquisa; o fomento à produção; e, a cooperação internacional. No caso da pesquisa, competiria à Embrapa (pesquisa agrônômica) e ao MCT (pesquisa aplicada à transformação de biomassa em biocombustíveis), a missão de organizar as redes, das quais deveriam participar as instituições de excelência nas diferentes áreas consideradas estratégicas.

O fomento à produção deveria contemplar a realização de estudos prospectivos voltados para identificar as vocações regionais e de zoneamento agrícola para as culturas estratégicas, o fortalecimento do processo de transferência de tecnologias e o apoio à organização produtiva (associativismo e cooperativismo). Essas atividades deveriam ser implementadas de forma integrada.

Por último, o fortalecimento da cooperação internacional foi entendido como condição indispensável para o desenvolvimento do mercado dos biocombustíveis. Considerando as condições privilegiadas do país (tradição na produção e uso, domínio tecnológico e abundância de terras), as parcerias seriam um meio de facilitar a abertura do mercado para as exportações brasileiras de biocombustíveis, tecnologias, equipamentos e serviços.

Houve relativa harmonia entre os diversos órgãos envolvidos na fase de mapeamento e construção de cenários. Entretanto, no momento da estruturação das Ações em um único Programa, não houve acordo. Desse modo, as ações do MDA para o fomento à produção das matérias-primas oleaginosas pela agricultura familiar ficaram de fora. Além disso, há dificuldades para visualizar a dotação orçamentária destinada à pesquisa, uma vez que a maior parte dos recursos tem como fonte os fundos setoriais administrados pelo MCT. Logo, eles não aparecem na dotação orçamentária das Ações de pesquisa no âmbito do programa.

2.3.2.2. Principais ações do Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia

2.3.2.2. 1. Gestão da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em Ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por Órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia.
Coordenador Nacional da Ação	Lêda Laboissière
Unidades executoras	Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Coordenação de Apoio Orçamentário e Financeiro/CAO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria 184, de 18/07/2006 nomeação em cargo de DAS 102.2 como Assistente Técnica da Diretoria do DCAA.

Resultados e Avanços obtidos

- Consolidação do Levantamento de Safra da Cana-de-Açúcar, com os três levantamentos realizados em 2008 pela Conab. O trabalho começou a ser realizado em 2005 e, com os ajustes na metodologia e a ampliação da base de dados, tem havido significativo aumento na consistência das informações;

- Conclusão do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, realizada em parceria com Embrapa, Conab, INMET, CPRM, IBGE, E IAC e Cepagri/Unicamp. O estudo contemplou a identificação das áreas mais recomendadas para a expansão do cultivo da cana, respeitando todas as restrições legais, as reservas indígenas, os parques e reservas florestais e biomas sensíveis.
- Implantação do sistema SAPCana, que permite a atualização automática das informações sobre produção e comercialização de açúcar e álcool fornecidas pelas usinas e destilarias.
- Cumprimento dos procedimentos para a fiscalização da aplicação dos recursos do Plano de Assistência Social, envolvendo 21 unidades produtoras e uma entidade de classe, conforme determinação judicial. Atividade realizada com o apoio da Superintendência Federal de Agricultura de São Paulo.
- Participação em diversos eventos nacionais, bem como, nas conferências da Organização Internacional do Açúcar, o que permitiu o aumento do nível de conhecimento das demandas do setor privado, fundamental para subsidiar a elaboração das políticas públicas.

a) Despesas orçamentárias vinculadas à Ação, detalhadas por grupo de natureza de natureza de despesas:

TIPO DE DESPESA	NATUREZA DE DESPESA	VALOR R\$
Diárias	33.90.14	88.705,96
Passagens	33.90.33	99.500,00
Diárias Colaborador Eventual	33.90.36	2.680,08
Serviços Terceirizados	33.90.37	331.406,28
Serviços de Terceiros	33.90.39	67.268,59
Serviços de Terceiros	33.90.92	591,77
Indenizações e Restituições	33.90.93	119.837,43
Material Permanente	44.90.52	49.290,00
Transf. Ao Ext. Outros Serv. P. Jurídica	33.80.39	321.000,00

Fonte: Siafi Gerencial

b) Principais fontes de financiamentos interno e externo, complementados pela exposição de sua importância.

Despesas integralmente financiadas com recursos do OGU.

c) Grau de adequação dos valores gastos a parâmetros competitivos de mercado.

Certificação de que foi feita a opção pelo menor custo, sempre que possível, como nas emissões de passagens aéreas.

d) Recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada).

A quase totalidade do material de expediente utilizado na SPAE foi adquirida junto ao almoxarifado central do MAPA. A exceção diz respeito a um volume pequeno de compras, efetuadas com cartão corporativo.

- e) Recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação.**

Processo de seleção, como no caso do novo Coordenador Geral de Agroenergia, enfatizando a capacidade de atendimento aos requisitos dos cargos. Além disso, contato com a Secretaria Executiva e com a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, destacando a necessidade de aumento do quantitativo de pessoal técnico, especialmente o de gestores governamentais. Participação ativa da equipe nos cursos de capacitação oferecidos pelo Mapa.

- f) Eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser detectadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas.**

- Não houve

- g) Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados.**

Como a estrutura do DCAA é muito pequena, grande parte das atividades é realizada por meio de parceria com outros órgãos. Alguns exemplos são: o levantamento de safras realizado pela Conab; o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, coordenado pela Embrapa; e, a fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS, feita pelas Superintendências de Agricultura nos Estados. Desse modo, o DCAA descentraliza os recursos e monitora a sua aplicação.

Os recursos para pagamento de pessoal terceirizado foram descentralizados para a Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais, órgão responsável pela sua contratação. Quanto ao levantamento de safra da cana-de-açúcar, as estimativas de custos apresentadas pela Conab estão em conformidade os custos incorridos pelas outras áreas do governo: a Secretaria de Política Agrícola, no zoneamento agrícola de outros produtos; e, a própria Conab, no levantamento de safra de grãos.

- h) Recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciam participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas:

Tabela 1 – Recursos transferidos

CONAB - Levantamento da Safra Brasileira de Cana-de-Açúcar.	R\$ 321.000,00
CGSLG/MAPA	R\$ 449.996,15
SFA/SP/MAPA	R\$ 15.100,00

Fonte: Siafi Gerencial

- **Vantagens e eventuais desvantagens da descentralização de recursos, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade jurisdicionada, para o atingimento da meta da ação e do objetivo do programa.**

A principal vantagem da descentralização é a possibilidade de contratação de serviços nos quais exige corpo técnico especializado para sua execução, especialmente porque a equipe técnica do DCAA é muito pequena. Entretanto, esta prática requer monitoramento constante tendo em vista os objetivos nos quais a descentralização fora proposta.

- **Critérios utilizados para análises e aprovação do repasse de recursos.**

Competência técnica da instituição que receberá os recursos, de forma a assegurar que os produtos contribuirão para o atendimento dos objetivos do Programa e impacto sobre o público alvo, além das exigências legais.

- **Problemas relativos à inadimplência quando há recursos transferidos, complementados por informações sobre as providências tomadas para evitar perdas e/ou reaver valores.**

- Não houve celebração de convênios nesta ação.

Tabela 1 – Metas e resultados da ação no exercício

METAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (R\$)	1.288.880,00	1.085.280,00	84,20
Física (Unid.)	Não há	Não há	-

Fonte: Siplan

2.3.2.2.2 Ação 8542 – Estudo das Potencialidades das Matérias-Primas Agroenergéticas

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Permitir o melhor aproveitamento das potencialidades regionais para a produção de matérias-primas agroenergéticas.
Descrição	Mapeamento das vocações produtivas das diferentes regiões do país, zoneamento agrícola das matérias-primas agroenergéticas e avaliação das suas potencialidades (produtividade esperada para as diferentes matérias-primas, nas diferentes regiões aptas à sua produção).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia.
Coordenador Nacional da Ação	Denílson Ferreira
Unidades executoras	Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Coordenação de Apoio Orçamentário e Financeiro/CAO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria 957, de 07/10/2008 nomeação em cargo de DAS 101.4 como Coordenador-Geral.

Resultados e Avanços obtidos

Ainda não se pode avaliar os avanços obtidos nesta ação tendo em vista que a sua execução iniciou-se em dezembro de 2008 com uma dotação orçamentária quase simbólica, o que dificultou a sua implementação.

A SPAE firmou Termo de Cooperação Técnica com a Embrapa - Cerrados visando ao mapeamento de maciços naturais de palmáceas, com potencial para a utilização do óleo na produção de Biodiesel. A primeira cultura selecionada foi a da “Macaúba”. Porém, tendo em vista o encerramento do exercício/2008 a Embrapa - Cerrados não conseguiu executar todos os recursos, devolvendo parte à SPAE.

a) Despesas orçamentárias vinculadas Ação, detalhadas por grupo de natureza de natureza de despesas:

Tabela 1 – Despesas Orçamentárias

TIPO DE DESPESA	NATUREZA DE DESPESA	VALOR R\$
Diárias	33.90.14	26.880,00
Serviços de Terceiros	33.90.39	15.000,00
Material de Consumo	33.90.20	7.359,00

Fonte: Siafi Gerencial

b) Principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância.

Despesas integralmente financiadas com recursos do OGU

c) Grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos do mercado.

Custos abaixo dos que poderiam ser praticados por empresas privadas.

d) Recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

- Não houve.

e) Recursos humanos utilizados na execução da ação/; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2.006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação.

- Não se aplica.

f) Eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Destacar, quanto aos insucessos, às providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências.

Baixa dotação orçamentária, combinada com contingenciamento de recursos, dificultou a contratação tempestiva dos serviços. Como resultado, eles não foram plenamente executados.

g) Comentários detalhados sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados.

Como a estrutura do DCAA é muito pequena, grande parte das atividades é realizada por meio de parceria com outros órgãos. No caso do levantamento das potencialidades das matérias-primas agroenergéticas, trata-se de um serviço altamente especializado, havendo a necessidade da contratação de empresa com competência técnica para realizá-lo.

- h) Recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciam participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas:

Tabela 1 – Recursos transferidos

Embrapa - CPAC	R\$ 100.000,00
----------------	----------------

Fonte: Siafi Gerencial

- Vantagens e eventuais desvantagens da descentralização de recursos, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade jurisdicionada, para o atingimento da meta da ação e do objetivo do programa.

A principal vantagem da descentralização é a possibilidade de contratação de serviços nos quais exige corpo técnico especializado para sua execução. Entretanto, como a dotação orçamentária é pequena, há a dificuldade de definir prioridades e efetuar a contratação dos serviços conforme elas.

- Critérios utilizados para análises e aprovação do repasse de recursos.

Leva-se em conta os objetivos e metas a serem atingidas, a competência da instituição a ser contratada, bem como, sua capacidade de cumprir os requisitos estabelecidos no Termo de Cooperação.

- Problemas relativos à inadimplência quando há recursos transferidos, complementados por informações sobre as providências tomadas para evitar perdas e/ou reaver valores.

- Não houve.

Tabela 1 – Metas e resultados da ação no exercício

METAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (R\$)	100.000,00	51.307,00	51,31
Física (Unid.)	4	0	-

Fonte: Siplan

2.3.2.2.3 Ação 2B18 – Difusão Tecnológica e Capacitação em Agroenergia

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Acelerar o processo de transferência de tecnologias para os integrantes das cadeias produtivas agroenergéticas, de forma a aumentar a sua eficiência produtiva.
Descrição	Realização de eventos e celebração de parcerias, com foco na difusão de tecnologias que permitam a melhor organização e a maior eficiência das cadeias produtivas agroenergéticas. Prioridade para os pequenos e médios produtores rurais, desenvolvendo ações de apoio ao associativismo e ao cooperativismo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia.
Coordenador Nacional da Ação	Denílson Ferreira
Unidades executoras	Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Coordenação de Apoio Orçamentário e Financeiro/CAO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria 957, de 07/10/2008 nomeação em cargo de DAS 101.4 como Coordenador-Geral.

Resultados e Avanços obtidos

Aumento do apoio a eventos com o objetivo de difundir experiências e tecnologias para produção de bioenergia. Isso propiciou a maior participação de estudantes, investidores e representantes de governo nacional e internacional nos eventos apoiados e na quantidade e qualidade de trabalhos científicos que vêm sendo divulgados nestes eventos.

Também foram firmados convênios, os quais ainda se encontram em fase de execução e seus resultados só poderão ser avaliados no término da vigência, o que ocorrerá no exercício de 2009.

Durante os eventos foram apresentadas cerca de 270 tecnologias, especialmente voltadas ao manejo de culturas agroenergéticas, como o pinhão-mansão, inclusive com a realização de cursos voltados para os agricultores familiares. Também foi feita a capacitação de técnicos para combate a pragas na cana-de-açúcar no Estado de Alagoas.

a) Despesas orçamentárias vinculadas Ação, detalhadas por grupo de natureza de natureza de despesas:

Tabela 1 – Despesas Orçamentárias

TIPO DE DESPESA	NATUREZA DE DESPESA	VALOR (R\$)
Transf. a instituições sem fins crativos	33.50.39	401.490,40
Serviços de Terceiros- P. jurídica	33.90.39	97.577,23
Serviços de Terceiros – P. Física	33.90.36	16.000,00
Material de Consumo	33.90.30	3.755,00

Fonte: Siafi Gerencial

b) Principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância.

Despesas integralmente financiadas com recursos do OGU.

c) Grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos do mercado.

Valores pagos em conformidade com os parâmetros de mercado para esse tipo de serviço.

d) Recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Apenas aqueles descritos nos planos de trabalhos.

e) Recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2.006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação.

Não se aplica.

f) Eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Destacar, quanto aos insucessos, às providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências.

Não houve, por parte da CGU e do TCU, a detecção de problemas nesta ação. Porém, foram observadas dificuldades na celebração de convênios, especialmente no que se refere à implantação do Sistema de Convênios do Governo Federal.

g) Comentários detalhados sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados.

A Agroenergia representa um novo paradigma para a energia e agricultura mundiais, podendo ser produzida em quase todos os países do globo, com relevante potencial de redução da dependência internacional em relação ao petróleo. Portanto, ela pode contribuir para a redução de conflitos internacionais ligados ao suprimento de energia, em harmonia com o desenvolvimento sustentável. Adicionalmente, a produção de biocombustíveis permite a geração de empregos, principalmente no meio rural, bem como, uma melhor distribuição de renda e da riqueza entre os países.

O Brasil é o maior país tropical do mundo, com mais de 350 milhões de hectares aptos para a agricultura e mais de 5 milhões de estabelecimentos rurais. A difusão de tecnologias em agroenergia é um instrumento fundamental para permitir a maior inserção dos agricultores nacionais nesse novo mercado. Dentro dessa perspectiva, o Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia acolheu propostas de apoio financeiro para realização do 5º Congresso de Plantas Oleaginosas promovido

pela Universidade Federal de Lavras e do III Congresso Brasileiro de Mamona – Energia e Ricinoquímica, promovido pela Embrapa - Algodão. Esses eventos foram considerados estratégicos, especialmente pelo seu foco na transferência de tecnologias em culturas oleaginosas para a agricultura familiar.

Além disso, foi celebrado convênio com a Associação Brasileiro dos Plantadores de Pinhão, com o objetivo de promover dias de campos para difusão de tecnologias para essa nova cultura, também considerada estratégica para os propósitos do Programa Nacional de Produção e Uso de biodiesel – PNPB. Por último, foi celebrado convênio com a Associação dos Plantadores da Cana-de-Açúcar de Alagoas, visando ao desenvolvimento de tecnologias de controle integrado das cigarrinhas (praga comum nos canaviais nordestinos) e de capacitação de operadores de tratores utilizados no controle biológico e químico das cigarrinhas.

h) Recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciam participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas:

Tabela 1 – Recursos transferidos

Região / UF	2008 (R\$)
Nordeste	353.000,00
Sudeste	48.490,40

Fonte: Siafi Gerencial

- **Vantagens e eventuais desvantagens da descentralização de recursos, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade jurisdicionada, para o atingimento da meta da ação e do objetivo do programa.**

As principais vantagens são as reduções de custos com a organização de eventos de capacitação, aproveitando a competência técnica das instituições organizadora, bem como, a capacidade de atingir um público maior, contando com o apoio de corpo técnico especializado de outras instituições. Entretanto, a desvantagem é que alguns dos eventos não foram concebidos com foco estrito na promoção da agricultura energética.

O “Congresso de Plantas Oleaginosas, Óleos e Gorduras”, organizados pela Universidade Federal de Lavras, tratam das perspectivas da pesquisa agrônômica de um modo geral. O biodiesel vem ganhando espaço crescente, embora os eventos (o congresso de 2008 foi a quinta edição) também abordam os outros mercados para os óleos vegetais. Da mesma forma, os Congressos de Mamona organizados pela Embrapa tratam de toda a cadeia produtiva, em especial as aplicações do óleo na ricinoquímica, um mercado mais nobre do que o de biodiesel.

O apoio a esses eventos decorreu da sua importância para a indústria de biodiesel, embora também tratassem de outras aplicações para os óleos vegetais. Da mesma forma, o apoio à Associação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar do estado de Alagoas foi amparado pela importância do trabalho que essa entidade desenvolve junto aos seus associados, especialmente os

pequenos produtores rurais, mesmo reconhecendo que grande parte da cana-de-açúcar do estado é destinada à produção de açúcar. Não haveria a possibilidade de vincular, de forma direta, os recursos repassados (voltados para apoiar o fortalecimento da produção de cana-de-açúcar), com o aumento da produção de álcool e da co-geração de energia elétrica, que efetivamente contribuiriam para os objetivos do Programa 1409.

Entidade	Evento	VALOR
Universidade Federal de Lavras - UFLA	5º Congresso de Plantas Oleaginosas, óleos e Gorduras.	50.000,00
Embrapa Algodão	III congresso Brasileiro de Mamona – Energia e Ricinoquímica.	50.000,00
Associação Bras. Dos Plantadores de Pinhão Manso - ABPPM	Convênio para promover Dias de Campos para Difusão de Tecnologia para a Cultura do Pinhão Manso.	225.600,75
Associação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar do Estado de Alagoas - ASPLANA	Capacitação de Operadores de Tratores para o combate e controle biológico da cigarrinha da Cana-de-Açúcar.	353.000,00

- **Critérios utilizados para análises e aprovação do repasse de recursos.**

Adequação dos eventos às diretrizes da Ação e o potencial impacto positivo sobre o público alvo.

- **Problemas relativos à inadimplência quando há recursos transferidos, complementados por informações sobre as providências tomadas para evitar perdas e/ou reaver valores.**

Não há inadimplência quanto aos convênios contratados, uma vez que ainda estão em vigência.

Tabela 1 – Metas e resultados da ação no exercício

METAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.240.000,00	549.340,00	48,21
Física	2	270	-

Fonte: Siplan

2.3.2.2.4 Ação 8626 – Cooperação Internacional para a Difusão da Agroenergia

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a cooperação técnica internacional, com foco na difusão da experiência brasileira em agroenergia.
Descrição	Despesas com a organização de missões (brasileiras ao exterior, bem como, de delegações estrangeiras), estruturar cursos de capacitação e programas de transferências de tecnologia para Países em Desenvolvimento, com foco no fomento à produção e uso de biocombustíveis. Esse instrumento objetiva abrir espaço para a venda de tecnologias, equipamentos e serviços, bem como, contribuir para a consolidação dos biocombustíveis como commodities internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia.
Coordenador Nacional da Ação	José Nilton Vieira de Souza
Unidades executoras	Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Coordenação de Apoio Orçamentário e Financeiro/CAO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria 217, de 14/04/2005 nomeação em cargo de DAS 101.4 como Assessor.

Resultados e Avanços obtidos

Presença ativa da equipe técnica do DCAA nos principais eventos internacionais que trataram da agroenergia, dando suporte ao corpo diplomático na defesa dos interesses nacionais durante as negociações. Os principais resultados foram: publicação do “White Paper”, estabelecendo as diretrizes para a uniformização de normas internacionais de especificações técnicas para biocombustíveis; revisão da orientação da FAO e do Banco Mundial, inicialmente críticos dos biocombustíveis, por entenderem que poderiam comprometer a segurança alimentar; negociação dos termos da Decisão “Biocombustíveis e Biodiversidade”, no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica; negociação dos termos do Acordo de Cooperação em Energias Renováveis com o Governo da Alemanha. Além disso, merecem destaque algumas iniciativas em andamento, como o desenvolvimento de metodologias, critérios e indicadores de sustentabilidade dos biocombustíveis, que vem sendo conduzido pela Global Bioenergy Partnership.

Por último, também merecem destaque a realização da 1ª Ethanol Week e da Conferência Internacional de Biocombustíveis. O primeiro evento foi organizado conjuntamente pelo DCAA e pela ABC-MRE e reuniu 63 delegados de 33 países da América Latina, Caribe e África, num curso de capacitação sobre a produção e uso de álcool combustível, coordenado pela Universidade Federal de São Carlos.

A Conferência, por sua vez, foi o principal evento realizado pelo Governo Brasileiro sobre o tema. Envolveu o esforço conjunto de diversos Ministérios, além de Embrapa, Petrobras e BNDES. Estiveram presentes delegações de 92 países, além de representantes de 25 organismos

internacionais, entre eles os vinculados à ONU, a Agência Internacional de Energia, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Compete destacar que embora ambos os eventos tenham contado com o forte envolvimento da equipe técnica do DCAA, a maioria das despesas foi custeada pelo MRE. No caso da 1ª Ethanol Week, a ABC arcou com os custos de traslado internacional dos delegados, enquanto que o Mapa se responsabilizou pelas despesas internas, incluindo hospedagem, alimentação, bem como os gastos diretos com o curso. No caso da Conferência, todas as despesas foram assumidas pelo MRE.

a) Despesas orçamentárias vinculadas Ação, detalhadas por grupo de natureza de despesas:

Tabela 1 – Despesas Orçamentárias

TIPO DE DESPESA	NATUREZA DE DESPESA	VALOR R\$
Diárias	33.90.14	37.754,96
Passagens	33.90.33	55.231,28
Serviços de Terceiros	33.90.39	179.226,97

Fonte: Siafi Gerencial

As despesas com diárias e passagens nesta ação custearam as viagens internacionais que tiveram como objetivo a participação da equipe técnica do DCAA em eventos relacionados à Agroenergia.

b) Principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância.

Despesas integralmente financiadas com recursos do OGU.

c) Grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos do mercado.

Certificação de que foi feita a opção pelo menor custo, sempre que possível, como nas emissões de passagens aéreas. Além disso, despesas com a Ethanol Week obedeceram aos termos do contrato entre o Mapa e a empresa licitada.

d) Recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação).

Sala de Reuniões, data-show, material de informática, etc.

e) Recursos humanos utilizados na execução da ação/; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2.006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação.

- Não se aplica.

f) Eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Destacar, quanto aos insucessos, às providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências.

- Não houve, por parte da CGU e do TCU, a detecção de problemas nesta ação.

g) Comentários detalhados sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados.

A parceria com a Universidade de São Carlos teve um importante papel na disseminação do processo de transferência de tecnologia sobre produção de etanol aos diversos países que enviaram representantes para o curso de capacitação. Tal iniciativa visa ao fortalecimento da cooperação internacional, requisito indispensável para o desenvolvimento do mercado de biocombustíveis (transformá-los em commodities).

h) Recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciam participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas:

- Não houve celebração de convênios nesta ação.

- **Vantagens e eventuais desvantagens da descentralização de recursos, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade jurisdicionada, para o atingimento da meta da ação e do objetivo do programa.**

- Não se aplica.

- **Critérios utilizados para análises e aprovação do repasse de recursos.**

- Não se aplica

- **Problemas relativos à inadimplência quando há recursos transferidos, complementados por informações sobre as providências tomadas para evitar perdas e/ou reaver valores.**

- Não houve celebração de convênios nesta ação.

Tabela 1 – Metas e resultados da ação no exercício

METAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	520.000,00	272.213,00	52,35
Física	22	42	-

Fonte: Siplan

2.4. Desempenho Operacional

Departamento do Café – DCAF

Indicadores de desempenho da cafeicultura - 2001 a 2008

Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1. Produção - milhões/sc	31,3	48,5	28,8	39,3	32,9	42,5	36,1	45,99
1.1. Área em produção - milhões/ha	2,2	2,3	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
1.2. Produtividade -sc/ha	14,4	21,0	13,1	17,8	14,9	19,8	16,57	21,2
2. Exportação - verde, solúvel e torrado	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Quantidade - milhões/sc	23,3	28,4	25,7	26,7	26,0	27,6	28,0	29,5
2.2. Valor - bilhões/US\$	1,4	1,4	1,5	2,0	2,9	3,3	3,9	4,73
2.3. Preço Médio - US\$/sc	59,88	48,17	59,59	76,30	111,57	120,70	137,66	160,49
3. Consumo interno de T&M e Solúvel - milhões/sc	13,6	14,0	13,7	14,9	15,5	16,3	17,1	17,66
3.1. Consumo per capita - kg/hab./ano	4,9	4,8	4,7	5,0	5,1	5,3	5,5	5,64
4. Estoques do Funcafé - milhões/sc	5,6	5,4	5,1	4,3	3,2	1,9	0,7	0,5
5. Orçamento aprovado Funcafé - R\$ milhões	898	824	550	1.226	1.282	1.680	2.147	2.561
5.1. Financiamentos	855	693	524	1.201	1.249	1.579	2.026	2.441
5.2. Publicidade e Promoção	8,0	1,6	3,5	5,0	8,4	5,6	13,0	13,0
5.3. Pesquisa Cafeeira	16,0	5,1	8,0	8,0	12,0	7,5	12,0	12,0
6. Participação das exportações brasileiras em relação às exportações mundiais (em sc) (%)	25,8	32,0	29,9	29,3	29,6	30,0	29,1	30,0
7. Participação do café nas exportações do agronegócio (em US\$) (%)	5,9	5,5	5,0	5,2	6,6	6,8	6,6	6,6
8. Preços do café tipo 6, bebida dura, recebidos pelos produtores, base CEPEA/ESALQ (R\$/sc)	117,97	129,88	173,84	217,27	281,13	250,33	252,43	260,37

Fontes: DCAF, CONAB; ABIC - MDIC/SECEX; OIC; CEPEA/ESALQ/BM&F

Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia

Principais realizações do DCAA:

Ao longo do ano de 2008 o DCAA desenvolveu um conjunto de atividades cotidianas, além de ter participação ativa em eventos nacionais e internacionais relacionados à agroenergia. No que diz respeito às atividades rotineiras, merecem destaque:

- monitoramento da produção sucroalcooleira e do abastecimento do mercado interno de álcool combustível, inclusive com a implantação de um novo sistema de gestão de informações, o SAPCana, a partir do mês de março;
- articulação com a Secretaria de Defesa Agropecuária, para o estabelecimento de condições especiais para o plantio experimental do pinhão manso, considerada uma alternativa estratégica para a produção de biodiesel;
- cadastramento/atualização cadastral de 76 unidades de produção sucroalcooleira, a maioria em decorrência de mudanças societárias (fusões/incorporações). Foram negadas cinco solicitações de cadastramento, basicamente devido ao atraso nas obras, o que impossibilitou o início das operações no próprio ano;
- tramitação de 154 processos judiciais, assim sintetizados: monitoramento de 11 processos de fiscalização do cumprimento da aplicação de recursos do Plano de Assistência Social, envolvendo 25 unidades produtoras e uma entidade de classe do setor sucroalcooleiro; segmento à tramitação de 67 processos diversos; arquivamento de outros 76, sendo 12 relacionados ao PAS;
- elaboração e expedição 248 Notas Técnicas, 129 Memorandos, 233 Ofícios e 191 Faxes, em resposta às diversas consultas recebidas, ou propondo a adoção de medidas relevantes para o atendimento de pleitos apresentados pelas cadeias produtivas ligadas à agroenergia;
- participação em diversas reuniões internas e interministeriais, especialmente para tratar das estratégias de promoção externa da experiência brasileira em biocombustíveis, sob coordenação do MRE; e, de monitoramento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, sob coordenação da Casa Civil;
- realização de diversas viagens, para participação em eventos e iniciativas, nacionais e internacionais, relacionados à agroenergia. Ao todo, foram mais de 110 participações em eventos nacionais (conferências, seminários e reuniões técnicas e fiscalizações) e 18 participações em eventos internacionais.

No âmbito internacional, o Departamento deu suporte ao MRE nas negociações multilaterais, como no âmbito do MERCOSUL, da Convenção de Diversidade Biológica – CDB, da Convenção de Mudança do Clima – IPCC, do Fórum Internacional de Biocombustíveis – FIB e da Global Bioenergy Partnership - GBEP, além de diversos acordos bilaterais de cooperação.

Cabe destacar o Acordo de Cooperação em Energias Renováveis com a Alemanha; a Decisão tratando de “Biocombustíveis e Biodiversidade”, no âmbito da Comissão de Diversidade Biológica; e, o documento sintetizando o estágio atual dos biocombustíveis nos países membros do Conselho Agropecuário do Sul.

Além disso, o DCAA coordenou a realização do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, participou ativamente da organização da Conferência Internacional de Biocombustíveis e organizou, conjuntamente com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC-MRE e a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, a “1ª Ethanol Week”. O evento, que faz parte da estratégia de promoção da cooperação internacional, contou com a participação de técnicos de governo de 32 países da América Latina, Caribe e África.

O DCAA atuou ativamente prestando suporte ao Departamento de Energia do MRE nas discussões internacionais sobre biocombustíveis, o que foi fundamental para a reversão da tensão em torno do assunto, agravada em função do forte movimento de alta nos preços das commodities agrícolas, iniciada no segundo semestre de 2007.

A atuação da diplomacia brasileira foi fundamental para conter o radicalismo com que vinha sendo tratado o tema, inclusive por importantes organismos internacionais, como a FAO e o Banco Mundial. Com esse trabalho conjunto, onde também participaram outras áreas do Governo Federal e lideranças do setor privado, foi possível aumentar o conteúdo técnico dos debates.

Além disso, o DCAA atuou na coordenação das reuniões técnicas do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (CIMA), que integram: MAPA (presidência), MME, MDIC e MF. A Casa Civil da Presidência da República e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) também participaram de tais reuniões como convidados especiais. Isso possibilitou ao MAPA uma atuação mais precisa e coordenada sobre os temas açúcar e álcool dentro do governo federal.

O DCAA também retomou os trabalhos da Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool, envolvendo diversos Ministérios e representantes do setor sucroalcooleiro, relacionados às produções agrícola e industrial. A melhoria do entrosamento entre o setor privado e o governo é um dos principais resultados dessa Câmara. Ademais, algumas medidas práticas de apoio ao setor produtivo surgiram desse fórum, quais sejam: programa de subvenção econômica aos pequenos produtores de cana-de-açúcar da Região Nordeste do país e a retomada do financiamento à estocagem de álcool nas usinas.

Cabe destacar, por último, que embora a competência institucional do DCAA englobe a gestão de políticas para toda a agroenergia, a atuação vem se concentrando na cadeia sucroalcooleira e no setor de biodiesel. Isso se deve à limitação de pessoal para atuar ativamente nas demais áreas da agroenergia, em especial as florestas energéticas e os resíduos agrícolas e pecuários.

O DCAA vem enfrentando dificuldades para conceber indicadores de desempenho operacional relativos ao Programa 1409 devido a um conjunto de fatores. O primeiro diz respeito ao fato de que a dotação orçamentária de algumas Ações é muito inferior ao necessário para o desenvolvimento de atividades que produzam resultados significativos diante do objetivo do Programa que é promover o aumento da participação da agroenergia na matriz energética nacional. As restrições orçamentárias impedem o estabelecimento de metas de contratação de estudos (o orçamento de 2008 permitia o pagamento parcial de apenas um) e a estruturação de programas de transferência de tecnologia (celebração de convênios com instituições especializadas em capacitação e extensão rural). Da mesma forma, no que diz respeito à cooperação internacional, há dois problemas. De um lado a dotação orçamentária não permita a realização de mais de um curso anual (o realizado em 2008 só foi possível porque grande parte dos custos foi assumida pela ABC/MRE). Do outro, a participação em missões internacionais se dá como consequência de solicitações do Departamento de Energia/MRE (o DCAA não tem controle sobre a agenda desses eventos). De todo modo, o DCAA vem mantendo diálogo com a Assessoria de Gestão Estratégica – AGE/MAPA, a qual vem trabalhando na estruturação de indicadores de desempenho operacional para todas as Secretarias do Ministério, tal como já ocorre com a SDA.

2.4.1 – Evolução de Gastos Gerais

Descrição	UG: 130137			UG: 280106			TOTAIS GERAIS E PARCIAIS R\$
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	
1. PASSAGENS	291.797,65	182.838,55	232.101,13	140.635,41	128.500,84	157.411,36	1.133.284,94
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	227.021,99	187.554,36	107.178,40	83.540,89	78.795,59	115.860,92	799.952,15
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	11.817.252,30	8.652.340,02	7.051.050,80	135.945,36	-	-	27.656.588,48
3.1. Publicidade	5.507.466,08	2.162.658,39	-	135.945,36	-	-	7.806.069,83
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	6.309.786,22	6.489.681,63	7.051.050,80	-	-	-	19.850.518,65
3.4. Outras Terceirizações	-	-	-	-	-	-	-
3.5. Suprimento de Fundos	-	-	-	-	-	-	-
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	25.726,52	14001,33	7.852,71	-	-	-	47.795,89
TOTAIS	12.361.887,80	9.036.690,51	7.398.352,78	360.121,66	207.296,43	273.272,28	29.637.621,46

Fonte: DCAF/SPAE

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

- Não se aplica à SPAE

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

			RP Processados Inscritos				RP não-Processados Inscritos			
ANO DE INSCRIÇÃO	OBS	UG EXECUTORA	Inscritos	Cancelados	Pagos R\$	A Pagar R\$	Inscritos R\$	Cancelados R\$	Pagos R\$	A pagar R\$
2006	1	FUNCAFE	45.605,14	-	45.605,14	-	769.031,84	256.372,21	497.256,44	15.403,19
2007	2	FUNCAFE	463,59	-	463,59	-	1.253.905,44	33.582,44	1.117.619,52	102.703,48
2008	3	FUNCAFE	831.083,96	-	10.921,75	820.162,21	7.092.397,09	-	5.110.417,35	1.981.979,74
2006		SPAE	-	-	-	-	6.467,53	4.407,66	2.059,87	-
2007	4	SPAE	5.702,04	-	5.702,04	-	14.887,26	9.383,07	3.215,90	2.288,29
2008	5	SPAE	62.147,86	-	62.147,86	-	17.447,54	-		17.447,54

- 1 Restos a Pagar cancelados em 2008
- 2 RP das UG's 130163,130167 e 130170. Foi transmitido comunica via SIAFI solicitando informações e estamos no aguardo da resposta.
- 3 Restos a Pagar de 2008 com prazo para pagamento até 25.04.2010
- 4 Aguardando faturas para pagamento no prazo máximo de dois meses
- 5 Restos a Pagar de 2008 com prazo para pagamento até 31.12.2009

5. Demonstrativo de Transferência (recebidas e realizadas) no Exercício

Tipo	Código		Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos e Número do processo	Objeto da avença	Data da Publicação no Dou	Valor total pactuado	Valor Total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário	Razão Social	Situação de avença, prestação de contas, sindicância, TCE's
	SIASG	SIAFI									
1	1/2008	620664	21000.001288/2008-75	9º Agrocafé	29-fev-08	180.000	120.000	60.000	00702952000157	ASSOCAFE ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DE CAFE DA BAHIA	Aprovado
1	2/2008	620826	21000.001286/2008-86	11º Simpósio sobre Cafeicultura de Montanha	10-mar-08	103.800	50.650	53.150	20844551000149	ASSOCIACAO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGRONEGOCIOS DE MANHUAÇU	Aprovado
1	3/2008	621797	21000.001287/2008-21	Realização do FENICAFÉ 2008	24-mar-08	100.140	50.000	50.140	21242912000140	ASSOCIACAO DOS CAFEICULTORES DE ARAGUARI	Aprovado
1	4/2008	632142	21000.007610/2008-70	Estande Cafés do Brasil na 22nd International Conference on Coffee Science - ASIC 2008	8-set-08	135.000	108.000	27.000	47463062000101	SINDICATO DA INDUSTRIA DE CAFE DO ESTADO DE SAO PAULO	a liberar
1	5/2008	629434	21000.001662/2008-32	Exposição "A Trajetória das Correntes Imigratórias no Brasil - Japoneses, Italianos, Espanhóis e Austríacos - As Fazendas e a Contribuição na Cafeicultura".	4-ago-08	193.500	160.100	33.400	02634914000130L	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MUSEU DOS CAFES DO BRASIL	a comprovar
1	7/2008	632143	21000.006582/2008-73	Promoção dos Cafés do Brasil na Feira World Specialty Coffee Conference Exhibition SCAJ 2008.	8-set-08	373.000	302.000	71.000	03449280000370	CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFE DO BRASIL - CECAFE	a comprovar
1	8/2008	700151	21000.009166/2008-27	Pesquisa Tendências do Consumo de Café 2008	17-nov-08	197.040	155.040	42.000	47463062000101	SINDICATO DA INDUSTRIA DE CAFE DO ESTADO DE SAO PAULO	Em execução
1	9/2008	700159	21000.007149/2008-55	7º Concurso de Qualidade e 6ª Edição Melhores Cafés de SP.	14-nov-08	57.000	45.500	11.500	47463062000101	SINDICATO DA INDUSTRIA DE CAFE DO ESTADO DE SAO PAULO	Em execução
1	10/2008	700168	21000.003527/2008-21	II Curso de Classificação e Degustação de Café	4-dez-08	122.025	97.570	24.455	6119394000188	INSTITUTO SOCIAL TECNOLÓGICO E ECONÔMICO DO CAFÉ	Em execução
1	11/2008	700298	21000.007150/2008-80	9º Concurso de Qualidade Cafés do Brasil e Leilão Cup Of Excellence.	19-dez-08	108.185	86.548	21.637	19125327000118	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CAFES ESPECIAIS	Em execução

1	12/2008	700701	21000.010335/2008-71	Projeto Vendedor.	19-dez-08	137.000	109.600	27.400	19125327000118	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CAFES ESPECIAIS	Em execução
1	13/2008	700500	21000.009340/2008-31	Programa de Degustação (solúvel) - Bolívia, Uruguai, Chile e Romênia.	22-dez-08	1.637.925	818.990	818.935	43452002000124	ASSOCIACAO BRASILEIRA DA INDUSTRIA DE CAFE SOLUVEL	Em execução
1	29/2007	596941	21000.010521/2007-20	Apoio financeiro e institucional do FUNCAFE/MAPA À dinamização do Centro de Inteligência do Café - CIC.	12-dez-07	1.000.000,00	900.000,00	100.000,00	18715573000167	MG SEC DE ESTADO DA AGRICPECUARIA E ABASTECIMENTO	a aprovar
1	00008/2007	591363	21000.002522/2007-09	Apoio financeiro e institucional do Funcafé/MAPA à promoção dos Cafés do Brasil durante os jogos Panamericanos 2007, no Rio de Janeiro no período de maio a setembro de 2007.	10-mai-07	686.084,00	556.084	130.000,00	42185421000184	ASSOCIACAO BRASILEIRA DA INDUSTRIA DE CAFE	a aprovar
1	00011/2007	591905	21000.002517/2007-98	Apoio financeiro e institucional do Funcafé/MAPA à promoção dos cafés do Brasil por intermédio da realização do Programa de Degustação (solúvel) no Uruguai, Paraguai, Chile e Romênia no período de junho a dez/2007.	4-jun-07	3.347.349,42	1.770.238	1.577.111,00	43452002000124	ASSOCIACAO BRASILEIRA DA INDUSTRIA DE CAFE SOLUVEL	a aprovar
1	00015/2007	592138	21000.004358/2007-66	O presente convênio tem por objeto, mediante a conjugação de esforços dos partícipes o apoio financeiro e institucional do Funcafé-MAPA à realização de cursos de classificação para formação de juizes e classificadores de café na metodologia da SCAA, e de cursos de capacitação.	20-jun-07	168.880,00	100.000	68.880,00	03002288000121	FUNDACCER - FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DO CAFE DO CER	a aprovar
1	00017/2007	592199	21000.002519/2007-87	Apoio financeiro e institucional do Funcafé/MAPA à realização da Campanha de Qualidade ABIC, que compreende o 4º Concurso Nacional ABIC de Qualidade do Café e a 4ª Edição Especial dos Melhores cafés do Brasil.	26-jun-07	57.800,00	30.000	27.800,00	42185421000184	ASSOCIACAO BRASILEIRA DA INDUSTRIA DE CAFE	a aprovar

TIPO	Nº SIAFI	SITUAÇÃO EM 31.12.2008	JUSTIFICATIVA	SITUAÇÃO EM 31.03.2009	PRAZO PARA FINALIZAÇÃO
1	592199	a aprovar com vigência expirada	Em novembro de 2008 foi solicitado à conveniente informações complementares visando sanar pendências encontradas no processo de prestação de contas, cuja resposta só chegou em janeiro de 2009. Embora com atraso, foi acatada pelo concedente e lavrado o parecer de aprovação da prestação de contas.	Aprovado	- O -
1	592138	a aprovar com vigência expirada	O processo de análise e aprovação foi longo pelos seguintes motivos: Demora por parte da conveniente na solução de pendências, isto é, de maio de 2008 a outubro de 2008; Por duas vezes o processo foi encaminhado à Consultoria Jurídica/MAPA para dirimir dúvidas sobre a prestação de contas, no período de maio/2008 a julho/2008 e de outubro/2008 a janeiro de 2009 quando, finalmente, foi emitido o parecer de análise e aprovação.	Aprovado	- O -
1	591363	a aprovar com vigência expirada	O processo foi encaminhado à Consultoria Jurídica para dirimir dúvidas sobre uma possível irregularidade encontrada na prestação de contas e não retornou até a presente data.	A Aprovar	30.04.2009
1	591905	a aprovar com vigência expirada	A prestação de contas foi analisada e aprovada antes do encerramento do exercício de 2008, entretanto, por um equívoco nos pareceres de aprovação , não foi lançado no SIAFI.	Aprovado	- O -
1	596941	Vigente, comprovado a aprovar	A vigência foi prorrogada mediante termo aditivo passando o prazo final para 09.05.2009.	Aprovado	- O -

6. Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à SPAE

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.

- Não se aplica à SPAE

8. Renúncia Tributária

- Não se aplica à SPAE

9. Declaração de sobre a regularidade dos benefícios diretos de renúncia

- Não se aplica à SPAE

10. Operações de Fundos

10.1. Departamento do Café - DCAF

10.1.1.1 Demonstrativo das Despesas do Funcafé realizadas em 2008

Complementando os dados informados em relação ao Funcafé, o demonstrativo a seguir apresenta a execução orçamentária e financeira referente ao exercício de 2008.

Demonstrativo das despesas realizadas até 31-12-2008
Em R\$

Ações	PTRES	Fonte	LOA - 2008	Limite autorizado	Total empenhado	Total liquidado	Total a liquidar	Saldo limite autorizado	Saldo de limite a autorizar	Total pago	Total a pagar
			(A)	(B)	(C)	(D)	(E=C-D)	(F=B-C)	(G=A-B)	(H)	(I=D-H)
GAP/CAFÉ	1596	180-CA	435.129,04	326.596,53	325.645,64	325.645,64	0,00	100.950,89	8.532,51	324.140,99	1.504,65
GAP/CAFÉ	1596	180- IA	100.000,00	77.374,10	68.532,68	68.532,68	0,00	8.841,42	22.625,90	68.532,68	0,00
GAP/CAFÉ/CONAB	1596	180-CA	924.870,96	924.870,96	924.870,96	924.870,96	0,00	0,00	0,00	924.870,96	0,00
CAPCAFÉ	1597	180-CA	300.000,00	97.570,00	97.570,00	97.570,00	0,00	0,00	2.430,00	97.570,00	0,00
PUBLICAFÉ	1598	180-CA	6.400.000,00	6.275.988,00	6.275.988,00	6.275.988,00	0,00	0,00	124.012,00	786.312,79	5.489.675,21
PESQUISA/EMBRAPA	1600	180-CA	7.948.397,00	7.930.946,11	7.930.946,11	7.926.564,24	4.381,87	0,00	317.450,89	7.442.043,58	484.520,66
PESQUISA /EMBRAPA	1600	180- IA	1.000.000,00	1.000.000,00	999.852,44	999.852,44	0,00	147,56	0,00	373.350,42	626.502,02
PESQUISA /CNPQ	1600	180-CA	400.000,00	400.000,00	399.999,99	399.999,99	0,00	0,01	0,00	0,00	399.999,99
PESQUISA/SEAB-PR	1600	180-CA	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
ESTOQUE	1601	180-CA	6.458.500,40	6.399.056,64	6.399.056,64	6.399.056,64	0,00	0,00	59.443,76	6.215.138,55	183.918,09
ESTOQUE/CONAB	1601	180-CA	33.267,60	33.267,60	33.267,60	33.267,60	0,00	0,00	0,00	33.267,60	0,00
REMUNERAÇÃO	1602	180-CA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
PROCAFEX 1	20863	180-CA	4.000.000,00	1.230.589,57	1.230.589,57	1.230.589,57	0,00	0,00	2.769.410,43	411.600,00	818.989,57
Anexo I			28.500.165,00	24.996.259,51	24.986.319,63	24.981.937,76	4.381,87	9.939,88	3.503.905,49	16.676.827,57	8.305.110,19
GAPCAFÉ	1596	150-CB	1.202.990,52	462.956,73	462.956,73	462.956,73	0,00	0,00	740.033,79	406.798,05	56.158,68
GAPCAFÉ/CONAB	1596	150-CB	400.253,48	400.253,48	400.253,48	400.253,48	0,00	0,00	0,00	400.253,48	0,00
ESTOQUE	1601	150-CB	808.233,00	245.162,57	245.162,57	245.162,57	0,00	0,00	563.070,43	151.693,51	93.469,06
ESTOQUE/CONAB	1601	150-CB	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
CONTRIB. À OIC	1599	180-CA	1.500.000,00	1.063.164,61	1.063.164,61	1.063.164,61	0,00	0,00	436.835,39	1.063.164,61	0,00
Anexo II			3.971.477,00	2.231.537,39	2.231.537,39	2.231.537,39	0,00	0,00	1.739.939,61	2.081.909,65	149.627,74
PESQUISA/EMBRAPA	1600	182-CA	189.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189.504,00	0,00	0,00
Anexo III			189.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189.504,00	0,00	0,00
Reserva de contingência			7.342.909,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.342.909,00	0,00	0,00
Total I (Anexos I+II+III+IV)			40.004.055,00	27.227.796,90	26.917.857,02	26.913.475,15	4.381,87	309.939,88	12.776.258,10	18.758.737,22	8.154.737,93
FINANCIAMENTOS	1595	150	120.000.000,00	120.000.000,00	50.008.000,00	50.008.000,00	0,00	69.992.000,00	0,00	50.008.000,00	0,00
FINANCIAMENTOS	1595	180	1.674.792.937,00	1.532.951.370,00	1.491.337.860,94	1.491.337.860,94	0,00	41.613.509,06	141.841.567,00	1.491.337.860,94	0,00
FINANCIAMENTOS	1595	350	192.492.000,00	192.492.000,00	192.492.000,00	192.492.000,00	0,00	0,00	0,00	192.492.000,00	0,00
FINANCIAMENTOS	1595	380	454.556.630,00	454.556.630,00	454.556.630,00	454.556.630,00	0,00	0,00	0,00	454.556.630,00	0,00
Subtotal			2.441.841.567,00	2.300.000.000,00	2.188.394.490,94	2.188.394.490,94	0,00	111.605.509,06	141.841.567,00	2.188.394.490,94	0,00
EQUALIZA06	13834	150	80.000.000,00	80.000.000,00	24.718.594,28	24.718.594,28	0,00	55.281.405,72	0,00	23.678.828,49	1.039.765,79
Subtotal			80.000.000,00	80.000.000,00	24.718.594,28	24.718.594,28	0,00	55.281.405,72	283.683.134,00	23.678.828,49	1.039.765,79
Total II			2.521.841.567,00	2.380.000.000,00	2.213.113.085,22	2.213.113.085,22	0,00	166.886.914,78	425.524.701,00	2.212.073.319,43	1.039.765,79
Total geral (Total I+II)			2.561.845.622,00	2.407.227.796,90	2.240.030.942,24	2.240.026.560,37	4.381,87	167.196.854,66	438.300.959,10	2.230.832.056,65	9.194.503,72

Fonte: Funcafé/DCAF

10.1.2. Demonstrativo da Receita do Funcafé em 2008

A receita do Funcafé no exercício ficou em R\$ 1.587.783.902,77, oriunda de aluguéis de armazéns, juros de empréstimos, alienação de café dos estoques reguladores efetuada em leilão, e de receitas decorrentes de reembolsos dos financiamentos de custeio, colheita e estocagem e contrato de dação em pagamento, conforme discriminado no quadro abaixo.

Demonstrativo das Receitas Arrecadadas até 31-12-2008

Em R\$

Arrecadação das receitas próprias													
	150	180	180	180	150	182	150	150	180	150 - Dívida Ativa	Deduções e ajustes	Totais parciais e gerais	
Meses	Aluguéis	Rendimentos Taxa Selic junto aos Bancos	Aplicações Financeiros CTU	Juros de empréstimos	Serviços de armazenagem	Restituição de convênios exercício anterior	Restituição de despesas do exercício anterior	Alienação de estoque	Amortização de empréstimos	Dívida Ativa por meio de DARF			
Janeiro	274.849,36	2.489.703,25	7.107.004,08	12.261.681,65	250,00	848.300,85	155,81	30.724.018,97	177.590.600,83	-	(565.533,90)	230.731.030,90	
Fevereiro	244.695,78	2.049.755,82	8.639.156,80	4.010.000,43	240,00	282,10	-	19.744.212,01	67.813.017,05	1.605,36	(28.468,18)	102.474.497,17	
Março	228.590,76	14.217.307,85	10.656.261,73	11.164.421,16	7.489,00	56.602,65	-	13.758.508,08	256.889.833,61	2.408,04	(132.971,70)	306.848.451,18	
Abril	334.189,86	594.039,01	12.216.992,49	10.652.713,24	5.704,00	33.224,65	387,23	4.075.435,13	123.748.823,61	-	(23.879,11)	151.637.630,11	
Maiο	331.608,02	9.098.785,01	14.948.700,01	21.770.381,15	500,00	1.788,43	-	3.000.667,26	345.996.786,85	-	-	395.149.216,73	
Junho	332.765,64	701.806,99	13.477.258,78	4.152.236,27	-	81.039,56	-	492.462,55	14.564.151,73	-	-	33.801.721,52	
Julho	334.451,51	2.101.577,67	8.287.505,36	1.473.272,10	-	117.836,42	-	541.628,97	7.998.574,50	-	-	20.854.846,53	
Agosto	262.025,68	4.985.707,61	8.408.176,66	2.681.199,85	-	4.800,00	-	299.060,53	22.237.728,68	-	(3.949.189,68)	42.827.888,69	
Setembro	259.501,15	1.731.822,51	5.805.840,51	3.779.815,04	-	717,68	-	82.978,17	49.465.854,46	-	-	61.126.529,52	
Outubro	257.768,42	5.323.972,99	3.807.680,90	7.973.328,98	-	-	-	7.917,47	53.289.268,97	-	(3.323.835,98)	70.659.937,73	
Novembro	270.857,20	3.893.530,72	4.001.771,60	9.365.130,58	-	-	-	8.525,89	48.700.831,12	-	(2.956.038,96)	69.196.686,07	
Dezembro	5.434,56	1.583.863,99	3.889.434,74	7.083.675,56	-	-	-	101.973,89	109.800.445,65	-	(2.855.068,51)	125.319.896,90	
Fonte 150	3.136.737,94	-	-	-	14.183,00	-	543,04	72.837.388,92	-	4.013,40	(13.834.986,02)	62.157.880,28	
Fonte 180	-	48.771.873,42	101.245.783,66	96.367.856,01	-	-	-	-	1.278.095.917,06	-	-	1.524.481.430,15	
Fonte 182	-	-	-	-	-	1.144.592,34	-	-	-	-	-	1.144.592,34	
Arrecadadas	3.136.737,94	48.771.873,42	101.245.783,66	96.367.856,01	14.183,00	1.144.592,34	543,04	72.837.388,92	1.278.095.917,06	4.013,40	(13.834.986,02)	1.587.783.902,77	
Fonte: Funcafé/DCAF											Superávit	Fonte 380 (Exerc.anterior)	454.556.630,00
											Total		647.048.630,00
											Total geral		2.234.832.532,77

10.1.3. Repasses Concedidos em 2008

No exercício de 2008, foram concedidos repasses à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, no montante de R\$ 10.348.163,75, para atender, respectivamente, à ação de Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura e ao Plano de Trabalho referente à estimativa da safra de café e levantamento de estoques privados e custos de produção, conforme demonstrativo abaixo.

Repasses Concedidos		
UGs	Códigos	Valor R\$
Embrapa Café/Café	135097	8.929.771,71
Conab	135100	1.418.392,04
Total		10.348.163,75

Fonte: Funcafé/DCAF

10.1.4. Sub-repasses Concedidos em 2008

No exercício de 2008 foram concedidos sub-repasses às Superintendências Federais de Agricultura - SFA's e a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG/SPOA/MAPA, no montante de R\$6.724.088,99, conforme quadro demonstrativo abaixo, para atender, principalmente, à conservação dos estoques governamentais de café, destacando-se as despesas com vigilância, conservação e limpeza, luz, água e telefone das Unidades Armazenadoras de Café – UAC's localizadas nos respectivos Estados.

Sub-repasses concedidos		
UGs	Códigos	Valor R\$
CGLSG	130140	356.085,45
SFA/MG	130160	1.894.858,18
SFA/ES	130163	61.863,64
SFA/RJ	130165	4.811,04
SFA/SP	130167	554.386,03
SFA/PR	130170	3.852.084,65
Total		6.724.088,99

Fonte: Funcafé/DCAF

11. Despesas com cartão de crédito

Tabela 1 - Cartão Cooperativo: Série histórica das despesas

ANO	FATURA		SAQUE		TOTAL GERAL	
	QUANTIDADE	VALOR (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
2006	98 faturas - 386 itens	9.830,93	93 faturas - 219 itens	15.226,00	-	25.056,93
2007	73 faturas - 290 itens	9.226,50	44 faturas - 72 itens	5.400,67	-	14.001,33
2008	18 faturas - 41 itens	5.388,67	07 faturas - 07 itens	2.498,78	-	7.887,45

Fonte: SIAF

Tabela 2 - Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 4/3/2005

Limite de utilização total da UG: R\$ 72.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: Artigos eletrônicos, Outros varejos, Saques, Supermercados, Outros estabelecimentos	
Limites concedidos a cada portador: R\$ 15.000,00	
Portador: Hamilton José Cabral - CPF: 180.011.061-87	Limite: R\$ 15.000,00

Fonte: SPAE/MAPA

12. Recomendações do Órgão ou unidade de Controle Interno

- Ver anexo nº 01, página 105.

13. Determinações e recomendações do TCU

- Não houve.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.

- Não há registros de ocorrências durante o exercício de 2008.

15. Dispensas de Instauração de TCE E TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

- Não se aplica

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

OBS: Qtde. - Posição em 31.12; Despesa - Total incorrido no exercício

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$
Servidores Ativos do quadro em exercício na Unidade	12	319.559,97	12	429.952,44	12	558.657,89
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade	0	0	0	0	0	0
Total Pessoal Próprio	12	319.559,97	12	429.952,44	12	558.657,89

Fonte: SIAF

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	19	508,66	19	856.677,08	22	1.047.159,65

Fonte: SIAF

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAF

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza						
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	8	312.247,56	8	323.234,04	8	342.627,96
Pessoal Terceirizado Outras Atividades						
Estagiários						
Total Terceirizado + Estagiário	8	312.247,56	8	323.234,04	8	342.627,96

Fonte: SIAF

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	2	275.264,06	2	285.449,12	2	309.161,56
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	11	2.630,55	10	172.008,60	11	282.006,02
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	13	277.894,61	12	457.457,72	13	591.167,58

Fonte: SIAF

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$	Qtde.	Despesa R\$
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	0	0	0	0	0	0
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	1	107.363,34	1	118.854,84	1	128.763,73
Total Pessoal Cedido pela Unidade	1	107.363,34	1	118.854,84	1	128.763,73

Fonte: SIAF

Descrição	2008	
	Qtde.	Despesa R\$
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	3	384.613,30
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	53	437.326,15
Total Geral	56	821.939,45

Fonte: SIAF

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

a) Retorno dos financiamentos do Funcafé

No ano de 2008, em decorrência dos contratos de aplicação e administração de recursos do Funcafé assinados entre a SPAE e os agentes financeiros, com base nos normativos aprovados pelo CMN, retornou aos cofres do Fundo o montante de R\$ 1.269.056.104,32, referente ao capital repassado, conforme especificado na tabela a seguir:

Tabela 1. Retorno dos financiamentos do Funcafé por Resolução

Em R\$

Agentes	Mercado Futuro	3.003/02 Dação	3.230/04 PRONAF	3.360/06	3423/06	3451/07	3451/08	Total
ABN Amro Real	-	-	-	933.871,12	-	10.946.375,00	-	11.880.246,12
Banco do Brasil	5.000.000,00	50.631.307,53	100.120,08	140.552.328,68	58.163.575,14	166.551.612,75	-	420.998.944,18
Bancoob	-	-	-	49.757.079,05	50.187.255,07	236.543.900,97	16.386.764,49	352.874.999,58
Banespa	-	-	-	-	-	-	-	-
Banestes	-	-	-	-	10.632.735,58	22.004.104,86	1.212.045,81	33.848.886,25
Bradesco	-	-	-	12.513.594,11	-	21.867.868,41	87.682,00	34.469.144,52
Crediminas	-	-	-	-	-	40.710.897,86	1.452.812,51	42.163.710,37
Crediviar	-	-	-	1.181.177,26	5.484.042,18	8.936.449,23	538.882,16	16.140.550,83
Itaú S/A	-	-	-	2.682.633,94	-	2.803.446,63	65.965,46	5.552.046,03
Itaú BBA	-	-	-	-	-	35.347.845,79	7.944.387,35	43.292.233,14
Rabobank	-	-	-	-	-	4.451.000,00	2.310.000,00	6.761.000,00
Ribeirão Preto	-	-	-	-	-	30.861.765,13	264.461,89	31.126.227,02
Banco Safra	-	-	-	9.080.328,45	-	37.997.075,82	18.442.597,98	65.520.002,25
Santander	-	-	-	25.028.397,08	-	137.950.108,55	9.842.002,71	172.820.508,34
Unibanco	-	-	-	3.500.000,00	-	26.845.269,93	1.262.335,76	31.607.605,69
Total	5.000.000	50.631.308	100.120	245.229.410	124.467.608	783.817.721	59.809.938	1.269.056.104,32

Fonte: DCAF/SPAE

b) Leilões de café dos estoques do Funcafé

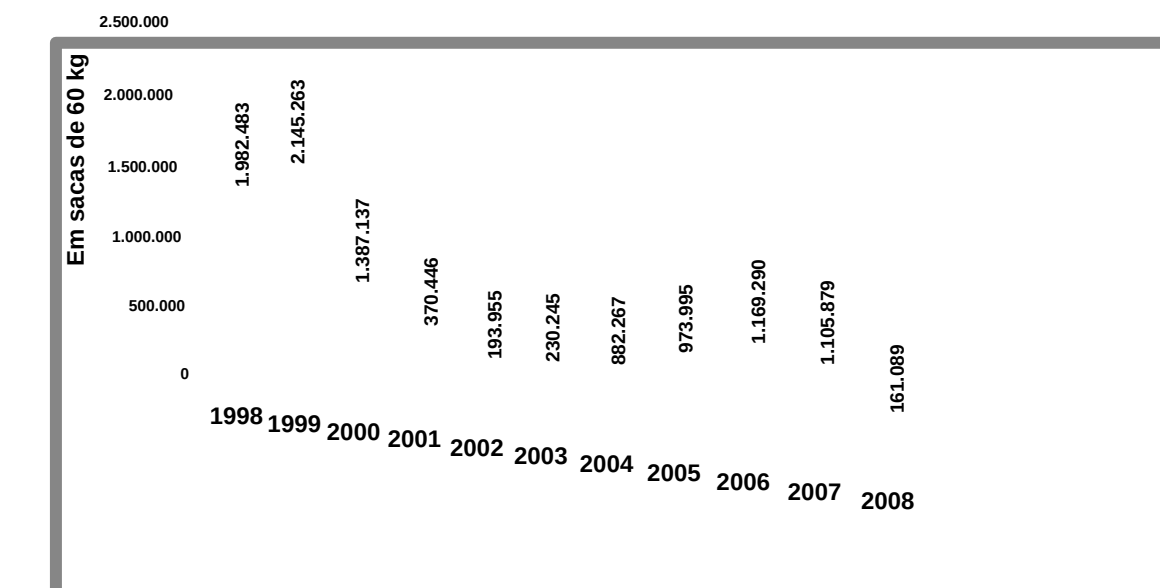
Em 2008, o Banco do Brasil, agente autorizado pela SPAE/DCAF, realizou quatro leilões dos estoques pertencentes ao Funcafé, sendo ofertadas 171.666 sacas de 60 kg. Desse total, foram arrematadas 161.089 sacas, gerando receita de cerca de R\$ 31.509.068,70, com preço médio de R\$ 195,60 por saca.

Com a realização desses quatro leilões, liquidou-se o estoque de cafés de propriedade do Funcafé albergado no estado do Paraná. Para os estoques localizados nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, cerca de 500 mil sacas de 60 kg, o Banco do Brasil manifestou impossibilidade de realizar os leilões devido a problemas na sua estrutura de suporte operacional e de logística nos referidos estados.

Para a venda dos cafés remanescentes, a Secretaria de Produção e Agroenergia já manteve tratativas com a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab para a realização dos leilões.

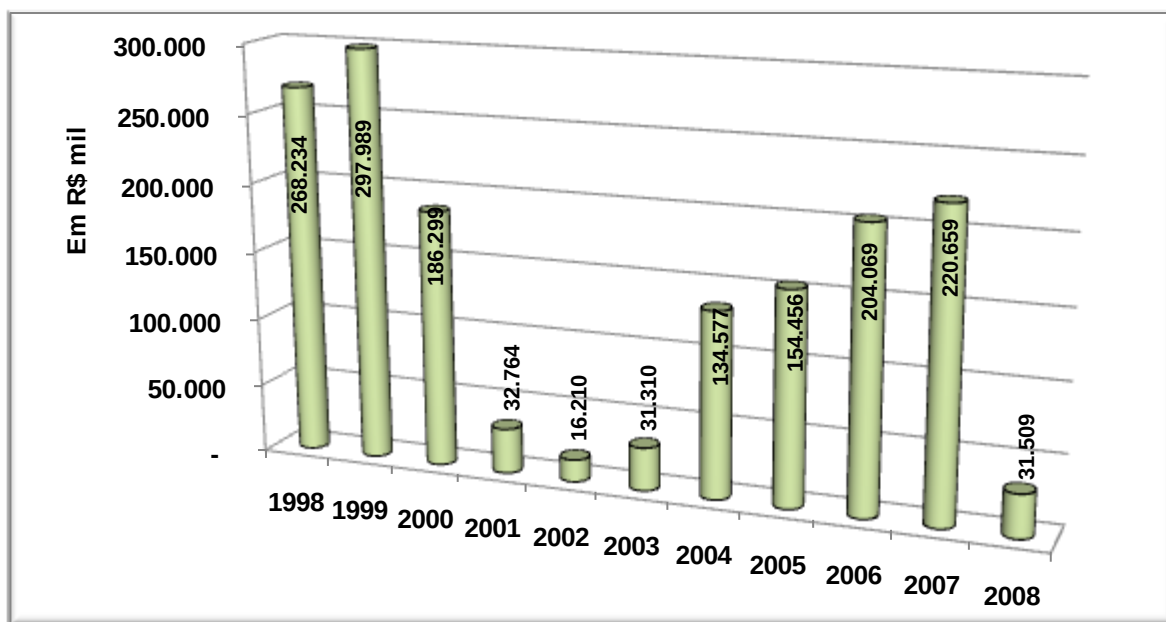
Os gráficos abaixo demonstram os quantitativos de cafés arrematados e os valores arrecadados com as vendas de café no período de 1998 à 2008.

Gráfico 1. Quantitativo de cafés arrematados em leilões públicos (1998-2008)



Fonte: DCAF/SPAE

Gráfico 2. Valores arrecadados nos leilões dos estoques do Funcafé (1998-2008)



Fonte: DCAF/SPAE

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.

- Não se aplica

ANEXOS

ROL DE RESPONSÁVEIS

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
ORGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO
UG : 280106 - SECRETARIA DE PRODUCAO E AGROENERGIA
GESTAO : 00001 - TESOUREO NACIONAL

EMISSAO: 17/04/2009

PAGINA: 001

REF.: 2008

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 924.161.958-91 - MANOEL VICENTE FERNANDES BERTONE

E-MAIL :

ENDERECO : RUA XV DE NOVEMBRO 1165, VILA WILLIANS, GARÇA

MUNICIPIO : 6435 - GARÇA

UF: SP CEP: 17400-000

CARGO : SECRETARIO DE PRODUCAO E AGROENERGIA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

06/Jul/2007 PORTARIA 747

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2008 A 31/Dez/2008

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
09/Jul/2007

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 082.462.896-91 - CELIO GOMES FLORIANI

E-MAIL :

ENDERECO : RUA TOME DE SOUZA 432, APTO 1202 BELO HORIZONTE

MUNICIPIO : 4123 - BELO HORIZONTE

UF: MG CEP: 30140-130

CARGO : SECRETARIO DE PRODUCAO E AGROENERGIA-SUBSTITU

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

23/Nov/2007 PORT.NR 361

16/Jul/2008 PORTARIA 663

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2008 A 15/Jul/2008

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

23/Nov/2007

17/Jul/2008

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 027.443.759-77 - ALEXANDRE BETINARDI STRAPASSON

E-MAIL : ALEXANDRE.STRAPASSON@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : RUA FERNANDO CRETELHA 372 BAIRRO BACACHERI

MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA

UF: PR CEP: 82600-460

CARGO : SECRETARIO SUBSTITUTO DE PROD. E AGROENERGIA.

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

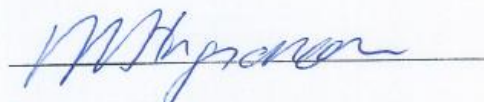
16/Jul/2008 PORTARIA 664

PERIODO(S) GESTAO
16/Jul/2008 A 31/Dez/2008

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

17/Jul/2008

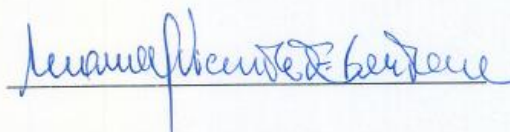


ENCARREGADO DO SETOR ✓

Alexandre Betinardi Strapasson

Secretário Substituto

SPAEMAPA



DIRIGENTE DA UNIDADE

Manoel Vicente F. Bertone

Secretário de Produção e Agroenergia - SPAE

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS EMISSAO: 28/04/2009
ORCAO : 22905 - FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA PAGINA : 001
UG : 130137 - SECRETARIA DE PROD.E AGROENERGIA/MAPA/FUNCAFE REF. : 2008
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 924.161.958-91 - MANOEL VICENTE FERNANDES BERTONE

E-MAIL :

ENDERECO : RUA XV DE NOVEMBRO 1165, VILA WILLIAMS, GARÇA

MUNICIPIO : 6435 - GARÇA

CARGO : SECRETARIO DE PRODUCAO E AGROENERGIA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

06/Jul/2007 PORTARIA 747

PUBLICACAO DESIGNACAO

09/Jul/2007

PUBLICACAO EXONERACAO

UF: SP CEP: 17400-000

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2008 A 31/Dez/2008

TIPO: SUBSTITUTO

SEQ: 001 -

AGENTE : 082.462.896-91 - CELIO GOMES FLORIANI

E-MAIL :

ENDERECO : RUA TOME DE SOUZA 432, APTO 1202 BELO HORIZONTE

MUNICIPIO : 4123 - BELO HORIZONTE

CARGO : SECRETARIO DE PRODUCAO E AGROENERGIA - SUBST

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

23/Nov/2007 PORTARIA 361 16/Jul/2008 PORTARIA 663

PUBLICACAO DESIGNACAO

26/Nov/2007

PUBLICACAO EXONERACAO

17/Jul/2008

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2008 A 15/Jul/2008

TIPO: SUBSTITUTO

SEQ: 001 -

AGENTE : 027.443.759-77 - ALEXANDRE BETINARDI STRAPASSON

E-MAIL : ALEXANDRE.STRAPASSON@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : RUA FERNANDO CRETELHA 372 BAIRRO BACACHERI

MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA

CARGO : SEC. SUBSTITUTO DE PRODUCAO E AGROENERGIA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

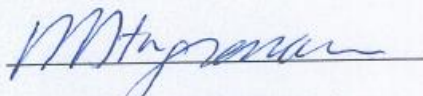
16/Jul/2008 PORTARIA 664

PUBLICACAO DESIGNACAO

17/Jul/2008

PUBLICACAO EXONERACAO

PERIODO(S) GESTAO
16/Jul/2008 A 31/Dez/2008

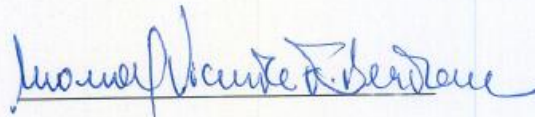


ENCARREGADO DO SETOR

Alexandre Betinardi Strapasson

Secretário Substituto

SPAEMAPA



DIRIGENTE DA UNIDADE

Manoel Vicente F. Bertone

Secretário de Produção e

Agroenergia-SPA



INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação de Contabilidade



ABASTECENDO O BRASIL



DECLARAÇÃO COM RESSALVAS

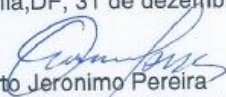
Código da Unidade Gestora:	280106
Nome da Unidade Gestora :	SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA – SPAE/MAPA – (AGREGADO)
CNPJ:	00.396.895/001369

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas, do Exercício de 2008, exceto no tocante a:

- a) 19962.03.00 – A LIBERAR (COM DATA EXPIRADA); UG 130137
- b) 19962.04.00 – A COMPROVAR (COM DATA EXPIRADA) UG 130137

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, DF, 31 de dezembro de 2008.



Alberto Jerônimo Pereira
Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada



DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2008, da Secretaria de Produção e Agroenergia, estão em dia com a entrega das cópias das Declarações de Bens e Rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

Adriana Alda Meirelles
Alexandre Betinardi Strpasson
Célio Gomes Floriani
Claudia Marinelli
Eduardo Chacur
Elenice de Souza Barbosa
Francisco Pires Sobrinho
Janaina Macedo Freitas
Jose Nilton de Souza Vieira
Lucas Tadeu Ferreira
Manoel Vicente Fernandes Bertoni
Ronil Carlos da Silva
Thiago Siqueira Masson

Brasília, 12 de março de 2009.


Nelson Suassuna da Moita
Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos





Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos



00396 895/0012-88

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Coordenação Geral de Recursos Humanos
Esplanada dos Ministérios, Bloco "D"

Anexo - 1º Andar, Ala "A"
CEP 70.043-900 - BRASILIA - DF



MIN. AGRI. PEC. ABAST/SPAE
DOC 70820-000155/2009-14

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2008, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

- ✓ Alberto Jerônimo Pereira;
- ✓ José Calazans dos Santos;
- ✓ Maria de Fátima Álvares Araujo;
- ✓ Ivone Severina de M. Pereira do Nascimento.

Brasília, 23 de janeiro de 2009.


NELSON SUASSUNA DA MOITA
Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos


CONFERE COM ORIGINAL
Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC 0065247-1/GO
OC/CONT/SPON/SE/MA/PA



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SUPERINTENDENCIA FEDERAL NO PARANÁ
SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que, os servidores DANIEL GONCALVES FILHO, ANTONIO HENRIQUE DE SOUZA MASCARENHAS NETO, GUILHERME BIRON BURGARDT, EDGARD BASSFELD, CARLOS AUGUSTO CURY DA PAZ, DENISE REINALDET, CELSON ULTCHAK, LUIZ ANTONIO VANER e GERSON WALDEMAR KARPSTEIN, qualificados no rol de responsáveis desta Superintendência Federal de Agricultura no Paraná, entregaram suas Declaração de Bens e Rendas, referente ao ano calendário 2007 do exercício 2008, visando atender o disposto na Portaria CGU nº. 2.238 de 19.12.2008..

Por ser verdade, firmamos a presente declaração nesta data.

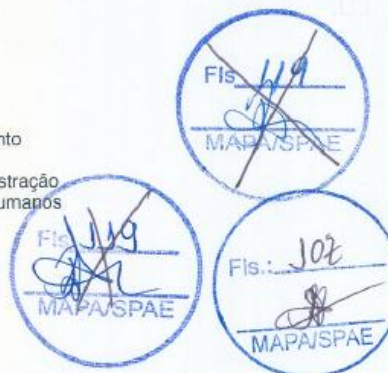
Curitiba, 05 de marco de 2009.

RICARDINO SENA DOS SANTOS
Chefe da Seção de Recursos Humanos - Substituto
SRH/DAD/PR.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos

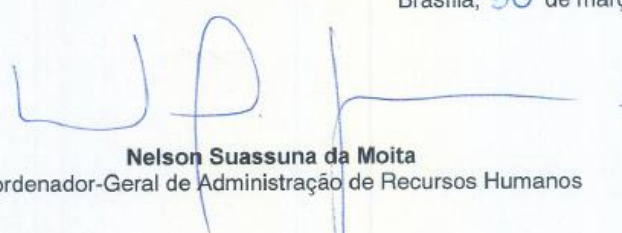
DECLARAÇÃO



Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2008, da Secretaria de Produção e Agroenergia, estão em dia com a entrega das cópias das Declarações de Bens e Rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

Adailton Pereira de Queiroz
Ângelo Francisco da Silva
Carlos Maurício Corrêa
Claudete Martins
Israel Leonardo
Jorge Luiz Siqueira
José Itamar Pereira
José Paulo Marcelino
Marcelo Jorge de Abreu Dechiqui
Marcelo Narvaes Fiadeiro
Marcos Aurélio Ribeiro da Silva
Maria de Fátima Álvares Araujo
Romilda Maria de Fátima Resende
Sônia Maria Soares Peres
Walkiria Reis Moraes

Brasília, 30 de março de 2009.


Nelson Suassuna da Moita
Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos





SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO
NO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
Rua Treze de Maio, 1558 7º Andar- Bela Vista
São Paulo/SP-CEP 013.27-002
CNPJ:00396.895/0028-45

Declaração

Declaramos para os devidos fins, que os servidores abaixo, arrolados nas contas referente ao exercício de 2008, do Serviço Orçamentário e Financeiro, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV, da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III, do artigo 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

- FRANCISCO SERGIO FERREIRA JARDIM
- SEBASTIAO BUFF BLUMER BASTOS
- SONIA MARIA MASCHIO PINHO
- SILVANA SCOTT
- MARIA JOSE BORDIGNON FERNANDES
- ZORAIDE PEREIRA
- JORGE NUNES SUAREZ

SP

SP

Seção de Recursos Humanos.06/03/2009

Solange Aparecida Tomaz
Chefe da SRH/SFA/SP

Bastone



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS
DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS



00.396.895/0026-83

Superintendencia Federal de Agricultura
em Minas Gerais

Av. Raja Gabaglia, 245

B.:Cidade Jardim - CEP:30.380-090

DECLARAÇÃO

BELO HORIZONTE - MG

Declaramos conforme a Lei 8.429/92, art. 1º da Lei 8.730/93 e a Instrução Normativa nº 5, de 10/03/94, do Tribunal de Contas da União, que os integrantes do Rol de Responsáveis da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais – SFA/MAPA-MG, UG 130160, Gestão 00001, entregaram suas respectivas Declarações de Bens e Rendias, referente ao ano Calendário 2007, Exercício 2008, visando atender o disposto no inciso III, do artigo 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

Belo Horizonte, 21/02/2008


Luciana Trindade Souza
Chefe da Seção de Recursos Humanos
SRH/DAD-MG





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, para os devidos fins, que todos os componentes do Rol de Responsáveis desta SFA-RJ relacionados abaixo, apresentaram a esta Seção, cópia da Declaração de Rendimentos, referente ao Ano Calendário 2007, Exercício 2008, conforme previsto na Lei 8730/93:

- PEDRO CABRAL DA SILVA – Dirigente Máximo e Ordenador de Despesas Titular – CPF 004.337.214-72;
- ERNANI PAULO DO AMARAL ANDRADE – Responsável pela Área de Administração – Titular – CPF 035.422.707-68;
- COSME PIRES DE OLIVEIRA – Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão Titular – CPF 818.602.267-87;
- IVAN ARTHUR BOMFIM DE CARVALHO – Responsável pelo Setor Financeiro – Titular – CPF 774.235.187-00;
- EDVANI CABRAL DE LIMA – Chefe da Seção de Recursos Humanos – Titular – CPF 542.873.327-68;
- ELAINE DE CASTRO CERQUEIRA – Agente Administrativo Responsável pelo Almoxarifado – 033.897.687-69;
- MONIQUE LEMOS DE SOUZA HORN – Agente Administrativo, Chefe da Seção de Planejamento e Acompanhamento, CPF 035.380.057-02;
- TELMA ALVES BENEDICTO – Agente Administrativo Responsável pelos Atos de Gestão Orçamentária e Financeira – Substituta – CPF 012.037.957-00,

- TELMA VIRGÍNIA GONÇALVES PONTES
Almoxarifado – Titular – CPF 447.222.493-34.



Responsável pelo Patrimônio e



Rio de Janeiro, 24 de março de 2009.


PAULO DOS SANTOS PEREIRA FILHO
Chefe Substituto do SRH/DAD

Paulo dos Santos Pereira Filho
Chefe do SRH/SAD/DFA/RJ
Substituto

EM BRANCO





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Seção de Recursos Humanos/SAD



Memo SRH/SAD/SFA/ES nº 019

Vitória-ES, 31 de março de 2007.

Aos cuidados de Donizeth
Secretaria de Produção e Agroenergia
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
BRÁSILIA-DF

Ao cumprimentá-lo cordialmente, informamos para os devidos fins que os servidores detentores de cargos comissionados, funções de confiança ou funções gratificadas, pertencentes ao Rol de Responsáveis desta SFA/ES, entregaram as Declarações de Bens e Rendas de que trata a Lei 8730/93 e Decisão Normativa TCU nº 71, de 07/12/2005, referente ao exercício de 2006, ano calendário 2007, conforme a seguir:

Responsabilidade	Agente Responsável	CPF.
Luiz Guilherme Barbosa	Superintendente em exercício	159.785.837-49
Anna Elizabeth Rizzo	Ordenador de Despesas	730.950.877-72
Mauro Vieira de Carvalho	Chefe do SAD	318.054.187-34
Fernando Cazeli Bragança	Chefe Substº SAD a.e mai/07	022.824.367-09
Maria José Scalfoni	Chefe Substº SAD	752.404.677-49
Jair Alfredo Passos Silva	Chefe da SEOF	826.782.517-72
Celina Arantes Brendel	Chefe Substº SEOF	000.236.297-03
Adelina Edite Giacomini Rozalém	Chefe da SRH	201.623.327-34
Ana Paula dos Santos Souza	Chefe Substº SRH	034.853.837-59
Maria José Scalfoni	Chefe da SAG	752.404.677-49
João Carlos Teixeira	Chefe Substº SAG	621.769.607-00
Carlos Alberto Simões Rocha	Resp. Conf. Documental	579.297.007-63
Sueli Rodrigues	Resp. Substº Conf. Documental	119.948.431-87
João Carlos Teixeira	Chefe do SMP/SAG	621.769.607-00
Wilson da Silva	Chefe Substº SMP/SAG	324.210.907-68
Helcio José Monteiro	Resp. Almoxarifado	318.081.907-34
Ricardo Scantamburlo Prates	Chefe do SEDESA	329.261.036-20
Alba Luisa Pereira Ribeiro Said	Chefe Substº SEDESA	010.232.557-07

Atenciosamente,

Adelina Edite Giacomini Rozalém
Chefe da SRH/SAD/SFA/ES